

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE HUMANIDADES

UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



ROZEANE ALBUQUERQUE LIMA

**LOUZEIRO: A INVENÇÃO DE UMA MATA. 1960-2013.
CAMPINA GRANDE: ESPAÇO, PAISAGEM E TERRITÓRIO**

Campina Grande - PB

2014

ROZEANE ALBUQUERQUE LIMA



**LOUZEIRO: A INVENÇÃO DE UMA MATA. 1960-2013.
CAMPINA GRANDE: ESPAÇO, PAISAGEM E TERRITÓRIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em História.

Orientador: Professor Dr. José Otávio Aguiar

Campina Grande-PB

2014

ROZEANE ALBUQUERQUE LIMA

**LOUZEIRO: A INVENÇÃO DE UMA MATA. 1960-2013.
CAMPINA GRANDE: ESPAÇO, PAISAGEM E TERRITÓRIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em História, na área de concentração História, Cultura e Sociedade.

Dissertação Avaliada em __/__/__

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Otávio Aguiar. PPGH/UFGC
Orientador

Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Junior. PPGH/UFRN
Examinador externo

Prof. Dr. Edson Hely Silva PPGH/UFGC
Examinador interno

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado ao meu esposo Cristian Costa, aos meus filhos Arthur e Brenda, e aos meus pais, Expedito e Rizolete, que compartilharam de todas as minhas angustias e pequenas vitórias ao longo desta pesquisa, me apoiando e me erguendo nas dificuldades.

É dedicado também a todos os que acreditam na capacidade de, com suas práticas transformarem-se a si mesmos e o mundo em sua volta.

AGRADECIMENTOS

O ato de escrever, de sentar em frente a um computador, fazer suas reflexões e expor suas conclusões pode ser um ato solitário, no entanto todo o momento que o antecede não o é. Me atrevendo a pesquisar e frequentar uma pós graduação com filhos ainda pequenos, este texto e toda a pesquisa só me foi possível com o apoio incondicional de toda a família, principalmente do meu esposo, Cristian, e dos pequeninos filhos Arthur e Brenda que vivenciaram minhas ausências e foram minha fonte de revitalização para seguir adiante sempre. Minha sogra Edna e meus pais Expedito e Rizolete, sempre presentes, ajudando a aliviar o sofrimento das ausências para as crianças, foram um apoio essencial ao longo da pós-graduação. Principalmente à esta família linda, unida e compreensiva, não tenho palavras que descrevam a gratidão pela dedicação e carinho com o qual sempre pude contar.

Alargando os horizontes para a Academia, onde a produção acontece, contei com o apoio de José Otávio Aguiar, sempre compreensivo e sensível aos meus limites e às minhas teimosias. Meu muito obrigado por aceitar a orientação de uma estranha à época, e por toda liberdade que me deu para a escrita.

Quero registrar aqui um agradecimento especial ao professor Jógerson Pinto, do Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais- UFCG, que sugeriu o Louzeiro como objeto passível de historicização provocando para que este trabalho se tornasse possível.

Esta pesquisa, as reflexões nela feitas, as conclusões às quais cheguei, as fontes que encontrei foram, em grande medida, resultado de contatos, de leituras de amigos, de trocas. Alguns em especial acompanharam de forma ativa toda a pesquisa, quer por envolvimento com o tema, quer por conhecimento maior sobre a temática. Ao Marco Vidal, Hugo Vieira, Edson Silva meu agradecimento especial por apontarem fontes, por debaterem o trabalho, pelo interesse e pela forma sempre prestativa com a qual me receberam, me enviaram e-mails, me ouviram, criticaram e deixaram, nas entrelinhas, muito de si mesmos.

No momento da qualificação, as contribuições feitas pela banca, Socorro Queiroga, Edson Silva e José Otávio Aguiar também ajudaram no redirecionamento e melhora na qualidade do texto que ora apresentamos. Sou muito grata pelo cuidado e pela sensibilidade que a banca teve ao redirecionar o trabalho em sua fase final.

Como resultado deste redirecionamento, entrevistas foram realizadas com Marco Vidal, Hugo Vieira, Bruno Vaz, Ramiro Pinto, Marlene Luna e Veneziano Guedes. Na verdade os documentos produzidos muitas vezes apenas legitimaram ideias fartamente discutidas com estas pessoas, tão importantes ao que me propunha a fazer. Todos tinham agenda lotada, mas me atenderam com tanto interesse pela pesquisa que fiquei lisonjeada. A eles o meu agradecimento é não apenas pela contribuição para a pesquisa, mas também pela disponibilidade e entusiasmo com o qual me receberam.

Ao longo dos dois anos, a docência assistida e a participação em eventos me colocaram em contato com a graduação, principalmente através do Pet História, que sempre me convidou para suas atividades. A relação de afetividade emergiu para com todos os petianos, para com a tutora do programa, professora Regina Coeli, e para com os alunos da graduação, este espaço seria pequeno para citar um a um, mas o coração é imenso para abrigar o carinho e sentimento de gratidão para com todos.

Agradeço também ao Programa de Pós Graduação em História por ter acreditado na proposta e a todos os professores e colegas de turma que, de alguma forma contribuíram para a pesquisa, dentre os quais o professor Iranilson Buriti, com uma delicadeza ímpar presente na sua fala e escrita, foi de grande inspiração.

Na busca por fontes, as visitas a instituições as mais diversas abriram novos horizontes não apenas no campo das amizades, mas da troca de saberes acadêmicos, neste sentido agradeço muito à Ana Paula Santos e Catarina Buriti, ambas do INSA, por toda disponibilidade e fornecimento de material, à Bruno Vaz e Marlene Luna, da Secretaria de Cultura, pelo auxílio nas informações e fornecimento de documentos, à Pós-Graduação em Recursos Naturais- UFCG, sempre muito prestativa, na pessoa de Veneziano Guedes, cuja pesquisa dialogamos de perto, sempre fornecendo dados, às pessoas que integram a Articulação pela Revitalização das Fontes de Campina Grande, sempre muito solícitas, e ao Laboratório de Estudos e Gestão em Água e Território- LEGAT- UFPB, na pessoa de Francisco Segundo Neto, pelo georeferenciamento da área.

Durval Muniz de Albuquerque Junior e Regina Horta Duarte não influenciaram diretamente na pesquisa, mas os resultados de conversas, de palestras, alicerçado pelos seus textos deram cores especiais ao trabalho. Agradeço muito a eles por todo apoio.

Agradeço à CAPES, que financiou toda esta pesquisa ao longo dos dois anos.

Por fim, agradeço a todos que se envolveram comigo, que comemoraram a cada fase vencida, que interagiram a cada nova descoberta, a cada nova palavra acrescida neste texto. O texto é acadêmico, mas nas suas entrelinhas há muito de emotivo. Levo muitos de vocês comigo, espero também deixar um pouco de mim para cada um.

EPÍGRAFE

“A maior riqueza do homem
é a sua incompletude.
Nesse ponto sou abastado.
Palavras que me aceitam como sou - eu não aceito.

Não aguento ser apenas um sujeito que abre portas,
que puxa válvulas, que olha o relógio,
que compra pão às 6 horas da tarde,
que vai lá fora, que aponta lápis,
que vê a uva etc. etc.

Perdoai
Mas eu preciso ser Outros.
Eu penso renovar o homem usando borboletas.”

Manoel de Barros

RESUMO

O Louzeiro, na década de 1960 um sítio de Campina Grande - Paraíba adquire o status de floresta protegida em 1990, e posteriormente, em 2013 é escolhido para abrigar o Jardim Botânico de Campina Grande. Esta pesquisa visou compreender quais as transformações ocorridas na construção imagético-discursiva e nas práticas dos seus moradores e frequentadores ao longo deste período, e as razões pela qual uma mancha verde de 60 hectares, localizada a 10 minutos do Centro da cidade, se invisibiliza, sendo desconhecida da população. Para tal buscamos perceber como a paisagem e a identidade campinenses foram construídas dialogando com os discursos emergentes e as intencionalidades quando das apropriações destes. As fontes utilizadas foram principalmente a legislação vigente ao longo deste recorte, entrevistas temáticas, mapas diversos, inventário de fauna e flora do local, acervo do *Jornal da Paraíba* e do site *jusnavigandi*, além de vídeos e fotos disponibilizados na internet, símbolos de Campina Grande, principalmente a bandeira, o brasão e o hino; o livro *História de Campina Grande*, de Elpídio de Almeida e documentos disponibilizados pelas Secretarias de Cultura, Meio Ambiente e Planejamento do Município. Verificamos que a emergência do discurso ambiental e da legislação por ele alimentada depois de 1970, trouxe à tona a necessidade de preservação das fontes de água doce localizadas no Louzeiro e por isso a sua transformação em zona de proteção. No entanto, apesar de ser um ecótono, o espaço tem por paisagem a Caatinga e esta mata branca ia de encontro a toda uma construção imagética de natureza alimentada pela mídia e também à construção de progresso, de cidade predestinada ao sucesso, fato ilustrado inclusive pelos seus “elementos naturais”, feita sobre Campina Grande na época do centenário da cidade, em 1964. A estes discursos soma-se a construção negativa que da Caatinga se fez desde o início do século XX e compreendemos o porquê da invisibilidade do Louzeiro, também agravada pelo uso da paisagem como elemento cênico, como algo a embelezar a cidade, belo que, em se tratando da natureza, foi alimentado pela mídia com imagens das florestas tropicais, com árvores altas e copas sempre verdes e fechadas. A historicização dos conceitos sobre natureza que dialogavam com o trabalho foi de grande importância para a compreensão do que a comunidade campinense esperava da construção da paisagem da cidade.

Palavras-chave: Louzeiro, espaço, paisagem, território, identidade.

ABSTRACT

This research has as a proposal to understand how the Louzeiro, in the 1960's a site in Campina Grande-Paraíba, acquires a status of protected forest in 1990, and later, in 2013, it is chosen to shelter the Botanical Garden of Campina Grande. Which transformations occurred during the imagetic-discursive construction of this space and in the actions of its inhabitants and visitors throughout this period. Moreover, what were the reasons for a green spot of 60 acres, located 10 minutes from downtown, to turn invisible, being unknown by the majority of the population. For that, we intended to perceive how the landscapes and the identity of the "Campinenses" were imagetic-discursively built, dialoging with the emerging speeches and the willfulness related to its appropriation. The sources used were mainly the current legislation throughout this research, thematic interviews, various maps, fauna and flora inventory, collection from "Jornal da Paraíba" and from the "Jus Navigandi". Furthermore, it was used videos and pictures from the internet, symbols of Campina Grande, specially the flag, coat of arms, anthem; the book "História de Campina Grande" of Elpídio de Almeida and documents provided by the Departments of Culture, Environment and Planning of the city. We verified that the emergency of the environmental speech and the legislation fed by it after 1970, brought up the need for the preservation of the fresh water fountains located in the Louzeiro, and because of that, the transformation into a protection zone was necessary. However, despite being an ecotone, the area has as its main landscape the "Caatinga". This white jungle was opposite to all the imagetic construction of nature fed by the media and also to the construction of progress, of a city predestined to success, fact that was illustrated by the "natural elements", done about Campina Grande in the time of its hundredth anniversary in 1964. Along with these speeches, we add the negative construction of the "Caatinga" which has been done since the beginning of the 20th century, making it possible to understand the invisibility of the Louzeiro. This invisibility was aggravated by the use of the landscape as a scenic element, as something to beautify the city, aspect that has been fed by the media with rain forest images, with tall trees and evergreen and dense tops. The historicization of the concepts about nature that dialoged with the work was of great importance for the understanding of what the community awaited with the construction of the city's landscape.

Keywords: Louzeiro, space, landscape, territory, identity.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASA- Articulação do Semiárido Brasileiro

BIRD- Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CESED- Centro de Ensino Superior e Desenvolvimento

CINGRA- Companhia de Industrialização de Campina Grande

COMUDE- Comissão Municipal do Desenvolvimento

CONAMA- Conselho Nacional de Meio Ambiente

CONDECA- Conselho de Desenvolvimento de Campina Grande

DENATRAN- Departamento Nacional de Transito

EIA- Estudo de Impacto Ambiental

EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FACISA- Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas

IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBDF- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IFPB- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

INSA- Instituto Nacional do Semiárido

JBCG- Jardim Botânico de Campina Grande

MMA- Ministério do Meio Ambiente

ONG- Organização Não Governamental

ONU- Organização das Nações Unidas

PAC- Programa de Aceleração de Crescimento

PDLI- Plano de Desenvolvimento Local Integrado

PIB- Produto Interno Bruto

RBJB- Rede Brasileira de Jardins Botânicos

SECULT- Secretária de Cultura

SEMA- Secretaria de Meio Ambiente

SEPLAN- Secretaria de Planejamento

SNUC- Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

SUDEPE- Superintendência de Pesca

SUDHEVEA- Superintendência da Borracha

SUPLAN- Superintendência de Obras do Plano do Desenvolvimento do Estado

UC- Unidade de Conservação

UEPB- Universidade Estadual da Paraíba

UFCG- Universidade Federal de Campina Grande

UFMG- Universidade Federal de Minas Gerais

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01 - Georeferenciamento do Louzeiro	41
FIGURA 02 - Georeferenciamento do Louzeiro- delimitação do bairro	42
FIGURA 03 - Mapa de Solo de Campina Grande	43
FIGURA 04 - Mapa dos Bairros de Campina Grande	47
FIGURA 05 - FOTO- Vista de Campina Grande de dentro do Louzeiro	48
FIGURA 06 - FOTO- Olária no Louzeiro	51
FIGURA 07- Mapa dos biomas	66
FIGURA 08 - Mapa do polígono das secas	66
FIGURA 09 – Mapa do semiárido brasileiro	67
FIGURA 10- FOTO- Louzeiro: estação chuvosa	76
FIGURA 11- FOTO- Louzeiro: estação seca	76
FIGURA 12- Revista Roteiro- URNE- riacho das Piabas	82
FIGURA 13 – FOTO - Trecho urbano da canalização do riacho das Piabas	83
FIGURA 14- Frota de veículos da Paraíba	85
FIGURA 15- Bandeira de Campina Grande	90
FIGURA 16- Brasão de Campina Grande	90

SUMÁRIO

• INTRODUÇÃO	18
• CAPÍTULO I	35
1 <i>Louzeiro - Espaço- A invenção de uma mata</i>	35
1.1 Algumas palavras iniciais	35
1.2 O Louzeiro	39
1.3 O Louzeiro e a identidade campinense	53
1.4 Outros discursos que possibilitaram a invenção da mata do Louzeiro	58
1.5 A legislação federal que fundamentou a invenção da mata do Louzeiro	69
• CAPÍTULO II	72
2- <i>Louzeiro - Paisagem - O que é uma mata? A construção de um significado</i>	72
2.1 As dicotomias sítio-fazenda e mata-floresta	72
2.2 Paisagem urbana de Campina Grande - a construção cultural da natureza	77
2.3 Paisagem urbana de Campina Grande- a representação simbólica da natureza.	87
• CAPÍTULO III	95
3. <i>Louzeiro – Território - A implantação do jardim botânico</i>	95
3.1 A territorialização do Louzeiro	95
3.2 Como se constrói um jardim	103
3.3 O Jardim Botânico de Campina Grande	105
3.4 O Louzeiro e a paisagem de Campina Grande	108
• CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
• REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA	118
• ANEXOS	125
Anexo 01- Programação da II Reunião dos Jardins Botânicos do Nordeste e I Fórum Campinense de Meio Ambiente e Cultura	125
Anexo 02 – Inventário de fauna e flora	128
Anexo 03 - Ações do Projeto Cura na gestão de Enivaldo Ribeiro	130
Anexo 04- Mapeamento do Código Florestal de 1964 e do Código das Águas de 1934 que dialogam com o Louzeiro	141
Anexo 05- Resolução 266, de 03 de agosto de 2000.	152

Louzeiro: a invenção de uma mata - 1960-2013.
Campina Grande: espaço, paisagem e território

Introdução

Fevereiro de 2013. Em um ritual cotidiano, abro o meu e-mail pela manhã bem cedo e lá encontro um convite que tem por remetente a Secretaria de Cultura do município de Campina Grande-PB para participar do *I Fórum Campinense de Meio Ambiente e Cultura e a II Reunião dos Jardins Botânicos do Nordeste* (anexo 01). Na programação do evento constava o lançamento do Jardim Botânico de Campina Grande-PB (JBCG) e a visita ao Louzeiro para plantio da árvore símbolo do JBCG. Atônita, sem conseguir assimilar a ideia daquele espaço enquanto jardim botânico, vivi as duas semanas seguintes ao evento assistindo e ouvindo várias entrevistas sobre a implantação deste jardim na cidade e sua importância.

O Louzeiro, objeto de estudo desta pesquisa, era então por mim pensado enquanto um espaço que tinha sido ressignificado, saindo espaço rural para o urbano quando parte de seu território começou a ser loteado na década de 1960, para fins de construção civil, mudando a paisagem local. Para analisar estas transformações me inspirava em Raymond Williams e seu livro *O campo e a cidade na História e na Literatura*. Outro movimento que eu tentava entender era a transformação deste mesmo espaço no início da década de 1990 em uma zona de proteção ambiental, via este movimento como uma outra ressignificação do espaço. Para tal, os clássicos da sustentabilidade me auxiliavam, dentre eles, os autores Enrique Leff (*Epistemologia ambiental*) Ignacy Sachs (*Rumo à ecossocioeconomia*) e Eli da Veiga (*Desenvolvimento sustentável*), ajudavam a compreender como o espaço se “moldava” às exigências do debate ambiental da década de 1980.

A pesquisa, na época avançada, em muito me incomodava quando ao tentar um diálogo mais próximo com algumas fontes, notadamente com o espaço, com as fotografias de uma região antropizada para, em muitos aspectos assumir a função

de sítio, não percebia transformação na paisagem quando dos recortes aos quais eu queria chamar de ressignificações, muito menos no cotidiano ou na memória das populações dos arredores no que se refere ao Louzeiro. Eu, que não conseguia compreender estes dois movimentos que me pareciam nitidamente distintos, teria que dar conta deste novo desdobramento: a transformação da “mata do Louzeiro” em jardim botânico. Como assimilar mais esta “ressignificação” sem sentir transformações efetivas no espaço em questão?

Momento comum em uma pesquisa, ocorreu um bloqueio, uma pane. Mas eis que, depois de quase um mês sem conseguir avançar nos trabalhos, conversas com pessoas envolvidas na área provocavam um deslocamento não apenas no olhar o espaço, mas também no sentir e no pensar o Louzeiro.

Esta é a trajetória de uma pesquisa que poderia ser mais uma que versa sobre história das cidades, especificamente sobre um recorte geográfico da minha cidade natal: Campina Grande - PB, não fosse o foco nas questões ambientais e suas transformações históricas e na relação do ser humano com a natureza¹ ora convivendo sustentavelmente, ora explorando, ora territorializando os espaços destinados à preservação. Esta é uma história ambiental do Louzeiro e de como este espaço dialoga (ou não) com a história ambiental de Campina Grande – PB, com as suas paisagens e com a identidade do campinense. Não foi encontrado nenhum trabalho sobre a história de Campina Grande que tivesse o meio ambiente por tema principal, o que tornou esta pesquisa mais instigante e mais desafiadora no campo da história.

História que, neste caso, se casou com o tema meio ambiente ao mesmo tempo em que me casava com um biólogo. Foi partilhando a mesma mesa para estudar e trabalhar que mesclamos informações, diluímos um pouco das fronteiras que separam os campos de saber para nos aventurar em novos caminhos. Minha

¹Neste trabalho os termos natureza, ambiente e meio ambiente são compreendidos a partir das reflexões feitas por Richard Domingues Dulley em seu artigo *Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais*. O autor faz uma revisão dos conceitos e afirma que natureza e ambiente são “duas faces da mesma moeda”, hoje não se diferenciando e se definindo, a ambos, como conjunto de meios ambientes das diversas espécies conhecidas pelo homem, considerando inválidas as noções anteriores de natureza 100% natural e ambiente, modificado. Natureza é conceito culturalmente construído tanto quanto ambiente e meio ambiente e, portanto, não há como pensar em um espaço completamente natural. (p.20) (Agric. São Paulo, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 15-26, jul./dez. 2004).

curiosidade nas viagens de campo que fazíamos para mapear roteiros ecoturísticos foi o que me levou a descobrir o prazer que é transformar o meio ambiente em arquivo histórico. Tocar os acervos com as mãos e os pés, palmilhar o próprio documento, descobrir o que a direção dos ventos, ou mesmo os aromas que eles nos trazem podem nos dizer, escavar literalmente as fontes, tocar, tatear, sentir, sujar as mãos de terra, de lama e de tantos outros materiais que também nos contam histórias. Foram estas vivências que me levaram a voltar o olhar para o Louzeiro enquanto objeto de estudo tomando por base as interrelações entre natureza e cultura.

Dulley, refletindo sobre estas interrelações, afirma que natureza, meio ambiente humano e ambiente historicamente impõem desafios para o ser humano e que foi o ‘desenvolvimento’ da cultura que permitiu ao ser humano se adaptar aos variados ambientes e dominá-los. Para o engenheiro agrícola “a noção de ambiente pode ser considerada como resultado do pensamento e conhecimento humano e do seu trabalho intelectual e físico sobre a natureza. O conhecimento humano então foi construído em estreita relação com o ambiente no qual o homem está inserido” (DULLEY, 2004, p.22).

As noções de natureza, meio ambiente e ambiente (atualmente os conceitos não diferem entre si) são apresentadas pelo autor como construções culturais que por sua vez foram influenciadas pela sua relação com o ambiente no qual o ser humano está inserido. Estes diálogos entre cultura e natureza permeiam toda esta pesquisa.

Apesar de estar aqui afirmando que meu objeto de estudo é um espaço, um dado recorte geográfico, não há como negar a presença humana, inclusive na própria delimitação de sua área geográfica. As transformações sobre as quais este trabalho se debruça, não apenas antropizaram a área física, mas se deram em nível discursivo, construindo, desconstruindo e reconstruindo o Louzeiro, e são transformações elaboradas pelo ser humano, em sua relação com o espaço, mas também em diálogo com os discursos dominantes de uma época e com as tensões entre as relações de poder existentes nos recortes temporais estudados.

Estudar o meio ambiente em uma perspectiva histórica implica em deslocar o olhar no sentido de dialogar de forma mais íntima com o espaço. Em um primeiro momento da pesquisa enfatizamos o debate sobre as aproximações e

distanciamentos entre o que é natural/cultural, em um estudo sobre um espaço urbano e como a interação ser humano - natureza possibilita usar o Louzeiro como um arquivo através das camadas de história que podem ser escavadas neste lugar. Ao escavar estas camadas buscamos não apenas o sentido arqueológico do que o espaço pode deixar como documento que dialogue com a presença humana, mas também uma arqueologia feita a partir do que se diz e de como se diz o Louzeiro através de documentos.

Esta pesquisa foi gerida pensando inicialmente no Louzeiro enquanto um espaço natural, o espaço do mundo empírico, com a certeza de que este espaço só pode ser pensado a partir de uma concepção cultural, no olhar para o Louzeiro com a bagagem cultural que cada ser humano carrega consigo (SCHAMA, 1996) e que, muitas vezes, guiado pelos discursos que influenciam dados momentos históricos, territorializam os espaços. E porque não dizer que foi gerida pensando também na relação do ser humano para com o local em um nível mais íntimo? Pensando em como o ser humano sente o Louzeiro, e como esta sensibilidade é historicamente construída e transformada ao longo das décadas estudadas.

A afirmação de Marc Bloch de que “A história é o estudo do homem no tempo” em meados do século XX por muito tempo foi acatada sem muitas contestações pelos historiadores. Bloch tentava legitimar o campo da história enquanto ciência ao afirmar que era um estudo e, ao mesmo tempo enfatizar que o objeto de estudo da história seriam as transformações e permanências que envolviam o ser humano ao longo de um determinado recorte temporal. Atualmente, no entanto, ao refletir sobre os vários caminhos que a história tem percorrido, percebe-se a necessidade de se complementar o conceito afirmando que a História é o estudo do ser humano no tempo e no espaço (BARROS, 2006).

Este diálogo mais próximo da história com o conceito de espaço é, em parte, legatário da discussão sobre o alargamento do campo de pesquisa histórica proposto pela *Escola dos Annales* e que ocorreu ao longo do século XX, permitindo um trabalho mais interdisciplinar e notadamente uma aproximação maior com a geografia. É neste debate mais interdisciplinar que esta pesquisa se situa: uma história de fronteiras, característica primordial da história ambiental, usando fontes de diversas áreas, se construindo não apenas a partir da análise do ser humano que frequenta o Louzeiro, mas a partir da análise do solo, da água, do inventário de

fauna e flora do local, da declividade do terreno, das fontes de água, entre outras variáveis que influenciam a forma como os seres humanos vão se relacionar e territorializar o espaço em discussão.

A escola geográfica de Vidal de La Blache (escola possibilista), pode ser lida por alguns como uma alternativa à escola geográfica Alemã (que tinha Ratzel por referência e era determinista), discutindo a ideia de um possibilismo geográfico, evidenciando as várias respostas que os seres humanos apontavam aos desafios enfrentados no ambiente, ela influenciou bastante o pensamento de Lucien Febvre em sua obra *O Reno: história, mitos e realidades* e Fernand Braudel em *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico* (BARROS, 2006).

Cumprе enfatizar a importância desta obra de Braudel nos debates sobre espaço e, posteriormente no exercício da história ambiental. Para estudar o seu objeto Braudel usou três temporalidades distintas: a longa, a média e a curta duração, com ritmos diferentes entre si. Para o estudo da longa duração o autor considerou tudo o que se transforma lentamente, e colocou o espaço enquanto algo passível desta transformação. Associando conceitos de civilização e macro-espacialidade, ou seja, de sociedade e meio geográfico, Braudel propôs uma nova concepção historiográfica: a geo-história que propunha que o historiador usasse a geografia como grade de leitura para a história e deslocava o espaço para o primeiro plano. Elementos climáticos, vegetais, animais e geológicos, interagindo com o ser humano, eram observados em uma história quase imóvel. Há aqui uma espacialização da temporalidade. Braudel trabalhou com um único recorte geográfico, no entanto o tempo avança nele com velocidades diferentes. Para o autor, tudo está sujeito a mudanças, inclusive o próprio espaço, estando tempo e espaço sujeitos aos ditames um do outro (BARROS, 2006).

É importante que se tenha em mente que o recorte temporal de uma pesquisa é diferente do ritmo de tempo que o pesquisador sintoniza para a análise de um dado objeto. Pode-se ter um recorte temporal de 20 anos em uma pesquisa e vários ritmos de temporalidade. O mesmo ocorre com o espaço: a longa duração não necessariamente ocorre em um espaço macro, cuja homogeneidade é difícil de ser encontrada. Ela pode ser utilizada em espaços menores (BARROS, 2006). Cumprе observar que o recorte temporal desta pesquisa, considerando a categoria de Braudel, é um recorte de curta duração. Apesar de usarmos os dados geológicos,

botânicos, zoológicos entre outros, o foco desta pesquisa não se dá na transformação lenta deste espaço e na relação do ser humano ao longo desta transformação. Esta não é uma pesquisa que tem por objetivo a longa duração. Usamos destas fontes apenas para melhor compreender a relação que o ser humano, no tempo presente, tem com o Louzeiro.

Aspecto importante ao considerar o tempo aqui trabalhado é o fato de que seu recorte vai até 2013. Classificada como história do tempo presente, esta pesquisa parte do preceito de que a enunciação do tempo passado é, em grande medida, dada pelo pesquisador e pelas fontes que direcionam a pesquisa. Muito significativa nesta área é a pesquisa do historiador Simon Schama que cobriu em tempo real a primeira eleição do Presidente Barack Obama nos Estados Unidos e cujo produto, em forma de livro: *O futuro da América* (Companhia das Letras, 2009) foi lançado em simultaneidade ao resultado das eleições.

Retornando à questão do espaço, este pode ser um dado recorte geográfico e/ou político, que é o palco das transformações e permanências ocorridas com o ser humano, espaço este necessariamente social. Dialogando com reflexões sobre o conceito de espaço em um período mais recente, notadamente no início do século XXI, José D'Assunção Barros afirma que o espaço pode ser imaginário (imaginação, iconografia, literatura) e em um futuro bem próximo, pois Barros escrevia em 2006, ele previa um espaço virtual construído pela comunicação virtual ou tecnologia artificial (BARROS, 2006). Atualmente existem trabalhos acadêmicos com este norte.

Refletindo sobre o alargamento do conceito de espaço: “do espaço físico ao social, político e imaginário e daí até a noção de espaço como ‘campo de forças’ que pode reger a compreensão das práticas discursivas” (BARROS, 2006, p. 463), pode-se inferir aproximações com outros campos do saber. Ao dialogar com espaço imaginário ou espaço literário, por exemplo, o historiador tem diante de si a possibilidade de se aproximar da psicanálise, da crítica literária, da semiótica e de tantas outras disciplinas que ofereçam novas possibilidades e métodos para o fazer histórico (BARROS, 2006).

Ao nos propormos a analisar os discursos sobre o Louzeiro, nos aproximamos também da linguística, notadamente das pesquisas de Ferdinand de Saussure que decompôs o signo em significante e significado no qual o significante era a imagem

e o significado, o conceito, e a relação entre a imagem e o conceito é o que forma o signo. A imagem por si, o Louzeiro, é vazia de significado. O seu sentido é dado pelo conceito que a ele é atribuído. Afinal, o que é o Louzeiro? Uma zona de proteção? Um sítio, como muitos ainda o concebem? Um jardim botânico? E mesmo estas especulações, são novas imagens que precisam de um conceito para lhes dar sentido: o que é uma zona de proteção? O que é um sítio? O que é um jardim botânico? O discurso, de acordo com Michel Foucault, é um emaranhado de signos, fluídos, que podem ter seus significados deslocados dependendo das intencionalidades e das tensões e relações de força que o legitimam e que o tornam dominante em um dado momento histórico.

A história dos conceitos proposta por Reinhart Koselleck também influenciou esta pesquisa. Mata, floresta, sítio, ambiente, natureza, meio ambiente, jardim entre outros, foram conceitos que mereceram uma maior atenção não apenas no campo semântico, mas também no histórico. Sobre este campo de estudos – a história dos conceitos, Albuquerque Júnior afirma que “ele nos obriga a desnaturalizar e pensar como produtos da história os próprios nomes como as coisas foram chamadas, os próprios sentidos e significados que estes nomes carregaram e carregam ao longo de distintas temporalidades” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, P.34).

Sobre as aproximações entre a história dos conceitos e a obra de Michel Foucault, Albuquerque Junior afirma que tal qual Foucault, este campo de estudos “procura traçar uma arqueologia das várias camadas de discurso que foram se cristalizando e dando forma a um dado objeto e a um dado sujeito; que faz uma genealogia das forças que entraram em cena para constituírem uma dada versão da realidade e da verdade” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, P.34).

Tanto quanto a história dos conceitos, as ideias de Michel Foucault inspiram e influenciam os caminhos escolhidos para este trabalho, assim como as reflexões sobre tempo presente e sobre espaço.

Barros (2006) definiu espaço como “lugar que se estabelece na materialidade física, como campo que é gerado através das relações sociais, ou como realidade que se vê estabelecida imaginariamente em resposta aos dois fatores anteriores” (p.462).

Ainda alargando o conceito de espaço para os liames do discurso, Albuquerque Junior afirmou que “O espaço é feito de natureza, de sociedade e de discurso” (p.108), ou seja:

O que faz um supermercado não é apenas suas paredes e prateleiras, mas as relações humanas, as relações sociais, as redes de códigos sociais e culturais que ali se desenrolam. São as práticas que trabalham este espaço, que o tornam vivência e experiência, são os sentidos que seus praticantes lhe dão, são os desejos, fantasias, sonhos, imagens que sobre ele se projetam, que constitui como espaço social, cultural e histórico (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p.108).

É especificamente aqui que nossa pesquisa se situa: pensar o espaço enquanto natureza, sociedade e discurso. Pensar nas práticas que fazem o Louzeiro, no sentido que a sociedade lhe atribui, nas imagens que sobre ele projetam e em como tudo isto pode ser analisado em nível discursivo, através da legislação que contempla o local, através dos projetos de recuperação de áreas degradadas, do projeto de implantação do Jardim Botânico, do que se diz sobre o Louzeiro na Secretaria de Cultura, Secretaria de Planejamento e Secretaria de Meio Ambiente e de como a população do entorno do Louzeiro, os proprietários e o poder público sentem e territorializam o espaço.

Na abordagem feita por Barros e Albuquerque Junior, não cabe a concepção de região, apropriada da geografia pelos historiadores. A região seria um dado espaço caracterizado por uma homogeneidade interna com relação a certos e variáveis critérios (não necessariamente estáticos). A principal crítica feita aos modelos que tomaram a região por grade de estudo foi a de que o espaço era previamente determinado, que as regiões já vinham previamente definidas, muitas vezes como recortes geográficos e administrativos e que o historiador se limitava à sua escolha. Este modelo não é compatível com o alargamento dos domínios historiográficos e com os novos problemas surgidos. Estas são as razões pelas quais o conceito de região não é trabalhado neste texto.

Outras categorias, entre elas paisagem e território, também apropriadas da geografia pela história, dialogam com as questões recentes. Entenda-se por paisagem a forma como culturalmente esta é construída se valendo dos seus aspectos naturais. Um autor que discutiu bem esta categoria é Simon Schama. Sua obra *Paisagem e memória* tem influenciado muitos estudos que colocam o espaço em plano equivalente ao tempo na pesquisa histórica. Para o autor “antes de poder

ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas” (SCHAMA, 1996, p. 17). Schama afirma ainda que o ato de identificar um local pressupõe a presença humana e, com ela, toda nossa bagagem cultural.

Ao perceber a paisagem em seu aspecto natural, estuda-se um “padrão de visualidade que se mostra aos humanos no seu estado de percepção mais espontânea, foi (...) o primeiro grande aspecto a ser considerado pelo conhecimento geográfico no seu esforço de compreensão do mundo” (BARROS, 2006, p. 464). A paisagem no seu aspecto cultural enfatiza “as interferências do homem que acabam por imprimir-se na fisionomia de um determinado espaço conferindo-lhe nova singularidade” (BARROS, 2006, p. 464).

Este aspecto paisagístico foi muito importante ao longo da pesquisa, notadamente pelo fato de que Campina Grande, ao longo da década de 1980, recebendo uma quantidade considerável de recursos do Banco Mundial, teve a sua paisagem urbana modificada com a construção de uma área reservada aos mecânicos automotivos cujo objetivo era retirar as oficinas do Centro da cidade, a criação de um horto que contemplava a melhor arborização do espaço urbano, e a elevação de algumas partes da cidade, através da Lei Orgânica Municipal, à categoria de zona de proteção. Entre estas áreas estava o Louzeiro.

Dialogando com o geógrafo Claude Raffestin, que distinguiu espaço de território, temos o último conceito que nos propomos a trabalhar e que influencia esta pesquisa em história ambiental. Sobre território, Raffestin afirmou que ele “se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p.144).

A territorialização ocorre com as práticas da vida real e com as ações empreendidas pelo sujeito de conhecimento. A consciência de uma territorialidade que é transferida ao espaço transcende o mundo humano, podendo, por exemplo, ser observada em vários animais (BARROS, 2006).

Tal qual ocorre com os conceitos de tempo, espaço, paisagem e região, o conceito de territorialidade pode ser alargado, permitindo-se territorialidades superpostas, desterritorialização e reterritorialização que podem ser analisadas em curta, média ou longa duração. Gilles Deleuze (1997) afirma que o território é o

espaço codificado pelo humano e que, portanto, é móvel, fluído, construído pelos códigos e práticas humanas. É esta concepção de territorialização que norteou esta pesquisa: sobre o que se diz, e o que se impõe como prática para a relação com o Louzeiro.

Por fim, refletindo sobre espaço, território e discurso, Barros nos lembra que “Produzir ideias é se assenorear de espaços imaginários, e, de algum modo, exercer através destes espaços diversificadas formas de poder. A produção de discursos (...) implica em se adequar a uma espécie de territorialização da fala” (BARROS, 2006, p.475). Barros afirma ainda que a produção de discursos estabelece territórios e redefine espaços que devem ser apropriados pelo historiador no exercício de seu ofício.

Estes foram os diálogos que influenciaram em grande medida a legitimação da história ambiental enquanto ramo autônomo do saber histórico. Vejamos um pouco da emergência deste ramo no cenário mundial.

A história ambiental emergiu na década de 1970, mais especificamente em 1972, nos Estados Unidos. O termo foi cunhado pela primeira vez na Universidade da Califórnia. Legitimando ainda mais a nova área de estudo, em 1977 foi formada a *American Society for Environmental History* (Sociedade de Estudos de História Ambiental).

Este novo campo do saber que se abriu para os historiadores dialoga diretamente com as fronteiras do conhecimento histórico, sendo influenciado por saberes advindos da biologia, da ecologia, da geografia, da geologia, da sociologia, da botânica, da zoologia, da agronomia, entre outros. Necessário enfatizar que a emergência de temas como a poluição, a preservação de recursos naturais, as mudanças climáticas, os estudos de engenharia genética e seus consequentes desdobramentos nas comissões de ética, também influenciaram a delimitação do objeto de estudo da história ambiental. No entanto, eles não são suficientes para explicar a emergência deste campo de saber. José Augusto Pádua em seu artigo *As bases teóricas da história ambiental* (2010) afirma que a história ambiental foi construída a partir da percepção ecológica de três concepções: a ação humana impacta a natureza, a mudança na grade cronológica de compreensão de mundo e a compreensão de mudança do meio biofísico em sua dinâmica (PÁDUA, 2010, P.81) (DUARTE, 2013, P.3).

Atualmente consideram-se três categorias de análise nos estudos de história ambiental: a reconstrução de ambientes naturais do passado, o estudo dos modos humanos de produção e seu impacto no ambiente e a análise da história das ideias, das percepções e dos valores sobre o mundo natural. No exercício proposto por Warren Dean em seu livro *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica* estas categorias de análise são entrelaçadas. José Augusto Pádua, na sua obra *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil 1786-1888* propôs um exercício a partir de apenas uma destas categorias (STEWART, 1998; WORSTER, 1991; DRUMMOND, 1997, 1999).

Nos Estados Unidos, tido como “berço” da história ambiental, alguns autores que ratificaram as pesquisas neste ramo, e suas principais obras são Alfred Crosby (*Imperialismo ecológico*), William Cronon (*Changes in the land*), Donald Worster (*Nature's economy: a History of ecological ideas*), Stephen Pyne (*A human history of fire in America*) e Clive Ponting (*Uma história verde do mundo*). Estes tiveram suas obras influenciadas por Keith Thomas (*O homem e o mundo natural*), Edward Palmer Thompson (*Senhores e caçadores*), Raymond Williams (*O campo e a cidade na História e na Literatura*) entre outros.

No Brasil, na década de 1960, o crescimento das cidades foi impulsionado pela explosão demográfica e pelo êxodo rural que foram intensificados. Esse adensamento populacional desordenado trouxe problemas de impactos ambientais causados pela urbanização de novas áreas: “como resultado dessa expansão, processos geomorfológicos são alterados, e, em consequência, cheias, ravinas, voçorocas e desabamentos passam a constituir problemas afetando toda a comunidade” (DEL GROSSI, 1991, p.109).

Thomas Skidmore (1988) se referiu a este período como o milagre econômico, iniciado em 1967 com o Governo Arthur da Costa e Silva, que conseguiu um maior controle da inflação a qual, em anos anteriores, chegou a 80% ao ano e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) a uma velocidade 2,18% maior do que a média mundial. Segundo Regina Horta Duarte (2007), este crescimento econômico se refletiu na paisagem das cidades, que tiveram que dar passagem aos inúmeros automóveis recém-adquiridos também pela nova classe média. A derrubada de árvores, a abertura de estradas, a exploração dos minérios, foram sinais do

crescimento econômico de uma época. Mas o que parecia progresso trazia consequências desastrosas para os ecossistemas brasileiros.

Os debates das décadas de 1960 e 1970, aliados à situação política, econômica, social e cultural vivenciada pelo país, permitiram o afloramento de trabalhos de história ambiental, dentre eles o livro *A ferro e fogo*, escrito pelo brasileiro Warren Dean, deslocando o olhar do historiador para a percepção da devastação ocorrida na Mata Atlântica em nome de um progresso que beneficiava uma elite nacional influenciada pelo modo de viver europeu. Atualmente a história ambiental tem seu espaço consolidado no Brasil. Autores de várias instituições escrevem a partir de seus preceitos teórico-metodológicos e discorrem sobre temas diversos: relatos de viajantes oitocentistas, transformações no meio ambiente urbano ou rural, relações ser humano-natureza, a exploração dos recursos naturais, relações humanas com os animais, entre outros. Regina Horta Duarte (UFMG), Eunice Nodari (UFSC), Lize Sedrez e José Augusto Pádua (UFRJ), Jose Augusto Drummond (UNB) e Paulo Henrique Martinez (UNESP), são alguns dos nomes que referenciam os trabalhos brasileiros que tem a natureza e suas transformações como fio condutor da pesquisa histórica. Em nível regional a produção de Frederico de Castro Neves (UFC), José Otávio Aguiar (UFCG) e Edson Hely Silva (UFPE) também são referências.

Regina Horta Duarte, em seu livro *História e Natureza*, influenciada pelas obras de Michel Foucault e de Cornelius Castoriadis, propôs um exercício de história ambiental diferente, nas entrelinhas ela alerta para o fato de que os estudos de história ambiental estadunidenses ignoraram autores e obras franceses referenciados anteriormente que, partindo das transformações sugeridas pela *Escola dos Annales* (que propunha a construção de uma história tendo por referência tudo o que tivesse relação com o ser humano, inclusive o ambiente), podem influenciar as pesquisas sobre as relações história e natureza.

É no debate nacional acima descrito que esta pesquisa sobre o Louzeiro se insere: as transformações ocorridas no Brasil da década de 1960 aos dias atuais e como estas transformações foram sentidas e percebidas na cidade de Campina Grande-PB. Quais as condições de possibilidade para a construção do Louzeiro enquanto espaço e sua territorialização? Esta é a pergunta que guia parte deste trabalho.

Considerando a história ambiental e seu status no Brasil atual, esta pesquisa é influenciada pela sensibilidade para estudar as relações do ser humano para com a natureza e pelas reflexões sobre as transformações no espaço urbano evidenciadas por Regina Horta Duarte, não descartando evidentemente a contribuição que outros autores podem dar às discussões sobre o tema.

Como primeiro conjunto de fontes que criaram condições de possibilidade para a viabilização da pesquisa, foi utilizada a literatura já existente sobre o local e sobre paisagismo em Campina Grande, arquivos de fotos, inventário ambiental, artigos de jornal e revistas. Também nesse mesmo conjunto inclui-se a documentação existente nos órgãos controladores e fiscalizadores e Institutos de Pesquisa - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto Nacional do Semiárido (INSA).

O segundo conjunto de fontes é constituído pelas leis, decretos, tratados e resoluções que dizem respeito à matéria ambiental, no Brasil e no exterior. Utilizamos como base os Códigos Florestais, o Código das Águas e as resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) na esfera federal; e na esfera municipal, a Lei Orgânica Municipal de Campina Grande, e o Código do Meio Ambiente da cidade, além dos arquivos das Secretarias de Cultura, Meio Ambiente e Planejamento e do arquivo da Prefeitura de Campina Grande.

Com o terceiro conjunto documental visamos o registro oral. As memórias de autoridades políticas, de ambientalistas, de estudiosos que residiram ou residem no Louzeiro auxiliaram na construção de uma história do Louzeiro e a identificação de sua relevância ambiental para a cidade de Campina Grande.

Apesar de elencarmos as fontes em conjuntos, visualizamos o *corpus* documental desta pesquisa sem hierarquização, debate já bastante esclarecido no campo de estudo da história. Qualquer documento, feito a sua devida crítica, é válido e esta validação tem o mesmo peso para toda fonte.

As entrevistas de história oral que foram usadas como fontes neste trabalho enriqueceram o olhar sobre o Louzeiro e sobre as transformações na paisagem de Campina em seu diálogo com as políticas públicas e com a construção de identidade para o campinense. Foram de surpreendente valor, dada à variedade de informações e de recortes cronológicos que foram abordados.

A presente pesquisa tenta responder às questões sobre as transformações ocorridas no espaço estudado: quais os interesses que levaram o poder público municipal a transformar um espaço rural, com todas as suas peculiaridades, em zona urbana? O que mudou neste espaço e nas práticas dos seus frequentadores e moradores com essa transformação? Quando da promulgação da Lei Orgânica Municipal, quais correlações de força e poder levaram o poder público a transformar legalmente o Louzeiro em zona de proteção, protegida por lei e passível de desapropriação? O que pode se encontrar, além do discurso de proteção ambiental dos gestores de políticas públicas, que efetivamente influenciou esta transformação? Porque a “mata” do Louzeiro, localizada a 10 minutos a pé do Centro de Campina Grande, sendo a primeira fonte de água doce do município, um ecótono² importante do ponto de vista ambiental, não é conhecida pela maior parte da população desta cidade?

Tendo tais perguntas como eixos norteadores, este trabalho se debruça na análise dos vários discursos (jurídico, político, institucional, ambiental) envolvidos nas transformações do espaço em questão e no contraste existente entre o que se propõe de forma discursiva e o que se pratica não apenas pelos gestores de políticas públicas, mas também pela própria população que mora no entorno, que frequenta e se beneficia com os recursos extraídos do Louzeiro.

Tentando contribuir para a implantação do Jardim Botânico de Campina Grande (JBCG), que está em fase inicial, este estudo se justifica como subsídio que poderá somar-se às várias pesquisas nos campos de saber das ciências naturais, como um debate sociocultural, enriquecendo o projeto do JBCG e fomentando políticas públicas para o Louzeiro e para o paisagismo urbano em Campina Grande.

Este trabalho está dividido em três momentos específicos, já anunciados no próprio título. Nos três capítulos propostos há um debate com as fontes entrelaçado ao debate teórico proposto sobre algumas categorias históricas que dialogam diretamente com o meio ambiente.

² Entendemos por ecótono “a tensão observada entre as espécies de biotopos vizinhos que procuram se interpenetrar cada uma tentando invadir o território alheio. Isso decorre da tendência natural de dispersão dos seres e dessa interpenetração resulta uma faixa limitrofe com maior densidade e variedade de espécies.” (SOARES, José Luis. *Dicionário Etimológico e Circunstanciado de Biologia*. São Paulo: Scipione. 1993. p.128). No caso em estudo o ecótono é compreendido como um espaço de transição entre a Caatinga e a Mata Atlântica, no qual a riqueza da biodiversidade é maior e legítima projetos de preservação da área.

O desafio travado ao longo de toda a pesquisa, devido a um corpus documental de natureza tão diversa se deu principalmente no trato com os documentos. Ao interpretá-los levamos em consideração o cenário em que foram escritos, as intenções, os diálogos com os discursos emergentes, e com os nossos objetos de pesquisa.

Temos, portanto, no capítulo 01 – *Louzeiro - espaço: a invenção de uma mata*, um debate sobre como se constrói um espaço. Como se codifica um espaço? Quais os discursos que possibilitaram a invenção do Louzeiro enquanto uma mata? O que este espaço tem que permite sua visualização enquanto mata e, portanto, enquanto zona de proteção urbana? Como esta “mata” é percebida na construção da identidade do cidadão campinense? Para compreender esta construção discursiva e imagética utilizamos como fontes principais a legislação: o Código Florestal, de 1965, o Código das Águas, de 1934, a Lei Orgânica de Campina Grande, de 1990; além de dados do IBGE e da Secretaria de Planejamento de Campina Grande, entrevistas temáticas com pessoas que dialogam diretamente com o Louzeiro, que foram e ainda são envolvidas em ações de preservação da área, fotos do local, o mapa de solos de Campina Grande, os mapas do IBAMA sobre biomas e da Articulação do Semiárido (ASA) sobre a delimitação do semiárido, o georeferenciamento do Louzeiro, o inventário de fauna e flora do Louzeiro e o Hino de Campina Grande. Neste capítulo explicitamos o que entendemos por invenção, além de localizar o Louzeiro, dialogar com os discursos enunciados enquanto condições de possibilidade para a sua emergência enquanto mata e das aproximações/distanciamentos que esta mata urbana tem para com a construção da identidade campinense. Dialogamos, enfim, com a construção espacial e discursiva sobre uma mata.

No capítulo 02- *Louzeiro - paisagem : o que é uma mata? A construção de um significado*, o dialogo proposto é conceitual. A primeira pergunta que nos norteia é: o Louzeiro era percebido, no momento anterior à Lei Orgânica de Campina Grande, como um sítio. Mas o que é um sítio? Que significado se atribuía a este significante? Textualmente existe uma floresta na Lei Orgânica do Município, por que o espaço é conhecido como mata e não como floresta como propõe a lei? O que diferencia uma mata de uma floresta? Como são imagetivamente construídas a floresta e a mata na percepção dos moradores de Campina Grande? O que muda na relação das

peças com o Louzeiro depois de ser a ele atribuído o status de zona de proteção? Para responder a estas perguntas nos utilizamos novamente do hino de Campina Grande, assim como de sua bandeira e brasão, de várias fotos do referido espaço e da cidade, dos textos legais que definem mata e floresta e dos depoimentos de pessoas que moram no entorno da zona protegida do Louzeiro ou que estão, de alguma forma, ligados ao debate sobre meio ambiente na cidade. Neste capítulo, o debate que Simon Schama faz em seu conhecido livro *Paisagem e memória* nos guia no sentido de perceber as influências culturais sobre as construções das paisagens urbanas.

Por fim, no capítulo 03 *Louzeiro – território: a implantação do jardim botânico*, há um debate sobre a territorialização do espaço do Louzeiro, e sobre o uso desta territorialização pelo poder público e por várias autoridades locais com vistas à sua proteção. Outra proposta do capítulo é analisar as intencionalidades e as condições de possibilidade para a implantação do jardim botânico. Porque esta ação foi capitaneada pela Secretaria de Cultura Municipal e não pela Secretaria de Meio Ambiente? A quem interessa e por que interessa a preservação do Louzeiro e a invenção de um jardim botânico no local? Em que fase está a implantação do jardim botânico? Para responder a estas perguntas utilizaremos o projeto de implantação do jardim botânico, uma entrevista com Bruno Vaz, projetista da Secretaria de Cultura de Campina Grande, uma entrevista com Marlene Luna, Secretária de Cultura do município e a peça de uma ação movida pela Curadoria do Meio Ambiente cobrando das autoridades públicas a efetiva implantação da zona de proteção no Louzeiro, anterior à criação do jardim botânico.

Estas são as perguntas, as fontes, as reflexões que movem esta pesquisa e a tornam possíveis dentro do universo de discussão da história ambiental, neste texto, em declarada fronteira com a geografia, o direito e a biologia. Como todo trabalho pioneiro este também sofreu com a falta de referenciais, de mais textos históricos sobre Campina Grande em uma perspectiva ambiental para dialogar. Esta pesquisa se galgou solitária em alguns aspectos e nesta solidão residiu a provocação e o desafio que me moveram a buscar respostas para as várias perguntas aqui apresentadas. Que a emergência de temas ambientais na história roubem a solidão deste texto e presenteiem as pesquisas históricas sobre Campina Grande com mais

reflexões que tenham por foco o seu ambiente, a sua paisagem, o seu território, enfim o seu espaço.

Capítulo I

1- Louzeiro – espaço: a invenção de uma mata

No descomeço era o verbo.
 Só depois é que veio o delírio do verbo.
 O delírio do verbo estava no começo, lá onde a
 criança diz: Eu escuto a cor dos passarinhos.
 A criança não sabe que o verbo escutar não funciona
 para cor, mas para som.
 Então se a criança muda a função de um verbo, ele
 delira.
 E pois.
 Em poesia que é voz de poeta, que é a voz de fazer
 nascimentos —
 O verbo tem que pegar delírio.
 Manoel de Barros

1.1- Algumas palavras iniciais

As astúcias que o ser humano utiliza para burlar as instituições e estruturas sociais (CERTEAU, 1998), não podem ser usadas na sua relação com o ambiente. A natureza tem tido um tempo de resiliência³ muito pequeno, e as consequências são sentidas nas formas de ocupar o planeta e em muitos dos problemas socialmente enfrentados.

A relação de exploração humana para com a natureza se intensificou com o desenvolvimento da agricultura e a domesticação de animais. A agricultura “rasgou a terra para alimentar populações cujas demandas (por necessidade ou por luxo) provocaram mais inovações tecnológicas que, por sua vez, ao exaurir os recursos naturais, impulsionaram mais e mais o ciclo exasperado de exploração” (SCHAMA, 1996, p. 23-24).

³ Por resiliência compreendemos a capacidade de um sistema restabelecer seu equilíbrio após este ter sido rompido por um distúrbio, ou seja, sua capacidade de recuperação (GUNDERSON, L.H. Ecological resilience - in theory and application. Annual Review of Ecology and Systematics, 2000. 31: 425-439)

Some-se a esses fatores uma sociedade sedentária, produtora de resíduos orgânicos e inorgânicos, e tem-se a emergência de um desequilíbrio ambiental em maior escala.

Pensar a história do ser humano enquanto ser social implica em pensar a utilização dos recursos naturais finitos, ou não renováveis em curto prazo, para atender às demandas da sociedade. O Brasil se insere neste contexto de uma forma mais intensa desde a chegada dos colonizadores portugueses que, já em seu primeiro ato simbólico para com a natureza, derrubaram uma árvore e com ela fizeram a cruz usada na celebração da primeira missa. A forma de colonização à qual o Brasil foi submetido fez com que os ciclos econômicos brasileiros fossem marcados pelo aumento na devastação do ambiente (DEAN, 1996).

Em um recorte mais contemporâneo, a década de 1960 faz emergir alguns eventos importantes para o debate ambiental: o conceito de ecologia, repensado por Eugene Odum⁴ desfaz a ideia de que o micro pode ser estudado como fim em si só. Em franco diálogo com o holismo, influenciado pelo seu pai, o sociólogo Howard W. Odum, Eugene atentou para o macro, para a visão ecossistêmica e integrativa de mundo; os movimentos verdes e o crescimento das cidades, provocado pela explosão demográfica e pelo êxodo rural intensificados compõem o cenário que subsidiou o debate ambiental deste período.

A partir da década de 1980, em nome de um discurso que favorecesse o desenvolvimento sustentável⁵, imprensa e empresas operam um deslocamento do conceito e o utilizam como um apelo de consumo: o produto ecologicamente correto surgiu e logo em seguida, o economicamente viável, o culturalmente diverso, e o socialmente justo.

Sobre o conceito de desenvolvimento sustentável Caporal (2013), referência nacional em agroecologia, em artigo publicado no site do *Instituto Carbono Brasil*, afirma que ele não existe, que foi inventado por tecnocratas, que desenvolvimento e sustentabilidade são coisas relativas, não estáticas nem absolutas. “Quando eu falo

⁴ ODUM, Eugene Plesants. **Fundamentos de ecologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

⁵É conceituado como o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, – Relatório Brundtland – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1987.

de sustentável, estou tomando como referência algo que não é sustentável. Quando eu evoco a palavra desenvolvimento tomo como referência o subdesenvolvimento” (CAPORAL, 2013).⁶

Caporal faz uma crítica ao desenvolvimento sustentável tal qual proposto pela Organização das Nações Unidas, que tem por estratégia o contínuo crescimento econômico como condição para resolver problemas socioambientais. Ele lembra que o crescimento econômico não é necessário em todas as sociedades. Seguindo a sua crítica, Caporal afirma que o conceito de desenvolvimento sustentável foi esvaziado “por ter sido abandonada a ênfase original para a solução das desigualdades sociais, chegando à Rio+20 com uma noção absolutamente mercantil. Lançou-se a noção de “economia verde”, como se fosse possível um capitalismo verde comandado pelo mercado (CAPORAL, 2013).⁷

O autor evidencia a tensão existente entre a preservação do meio ambiente para a garantia da sustentabilidade e a busca pelo crescimento econômico. Neste sentido o capitalismo se apropriou do discurso do desenvolvimento sustentável e o inverteu em seu próprio benefício. Não há um questionamento sobre o consumo como um contraponto à preservação ambiental, pelo contrário, o discurso da sustentabilidade auxilia o ser humano a se eximir da culpa do consumo por estar sendo ‘ecologicamente correto’. Regina Horta Duarte em seu livro *História e Natureza* (2007) faz esta relação entre preservação e consumo e mostra o quanto estes discursos aparentemente opostos estão presentes e tensionam um ao outro desde o fim do século XX.

Caporal continua o texto refletindo sobre a proposta da Rio +20 sobre crescimento verde em uma perspectiva que está longe de ser consenso entre os ambientalistas. Para ele a tese do crescimento verde é uma falácia por não haver como combinar o aumento na quantidade de produção e a melhoria na qualidade ambiental, fazendo isso de forma compatível com os equilíbrios naturais. Não se pode acreditar em crescimento exponencial indefinido em um mundo finito (CAPORAL, 2013).

⁶ <http://www.institutocarbonobrasil.org.br/artigos/noticia=735346> acesso em 02-12- 2013.

⁷ <http://www.institutocarbonobrasil.org.br/artigos/noticia=735346> acesso em 02-12- 2013.

Atualmente as discussões sobre ecologia, economia e preservação ambiental ocupam meios acadêmicos nacionais e internacionais e fazem parte das políticas e iniciativas das instituições públicas e privadas. Como consequência, a preservação do ambiente (com direta ligação com a preservação da espécie humana), inspirou atitudes como a instituição de leis específicas e tratados internacionais que estabelecem cumprimento de metas, entre outras ações coercivas.

A partir de então o direito ambiental se construiu com a elaboração das leis e sua aplicabilidade pelos órgãos controladores. Líderes ambientalistas, dentre eles Chico Mendes, se basearam no texto legal para fazer denúncias acatadas pelo ministério público e buscar medidas que amparassem as áreas protegidas contra a degradação que vinham sofrendo.

Evidencia-se então que um discurso jurídico preocupado com a preservação da natureza tornou-se possível pelo surgimento de uma sensibilidade que historicamente emergiu a partir da década de 1960, se intensificando principalmente a partir da década de 1980, e que tem como base a utilização racional dos recursos naturais.

Neste contexto nos propomos a contar uma história do Louzeiro, analisando a codificação de um espaço: uma área de aproximadamente 60 hectares, localizada em Campina Grande-PB. Na verdade, nos propomos a escrever sobre as condições de possibilidade que transformaram o sítio Louzeiro em zona de proteção, sobre como um lugar que tinha suas praticas associadas a um sítio foi construído como uma mata urbana com vistas à preservação, sobre os discursos que alimentaram esta construção e a posterior construção do jardim botânico no mesmo espaço. Por fim, nos propomos a analisar como, porque e quais as intencionalidades que estão envolvidas na invenção da “mata” do Louzeiro.

Segundo Albuquerque Júnior, invenção não está relacionado a uma origem do nada, ela se dá a partir pressupostos, de algo que a anteceda. “A palavra invenção tem esse sentido de ressaltar, de remarcar aquilo foi construído em um dado momento, pelos homens, pelas relações sociais, que foi construído no campo da cultura, no campo do pensamento, que emergiu a partir de ações humanas” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011, p. 257).⁸

⁸http://revistadeteoria.historia.ufg.br/uploads/114/original_ENTREVISTA_PROF._Dr._DURVAL.pdf?1325211408

Portanto, dizer que a mata foi inventada implica em negar uma origem para ela. Significa dizer que em algum momento da história, algumas condições de possibilidade, entrelaçadas a intencionalidades diversas, alimentadas por discursos dominantes, autorizaram a sua emergência. Significa desnaturalizar a própria natureza, e deslocar o olhar para a construção cultural que dela se faz. Estas condições de possibilidade, estas intencionalidades, estes discursos e esta desnaturalização de conceitos são o nosso foco de pesquisa.

Do mesmo modo, a invenção tal qual foi explicitada acima não carrega necessariamente um sentido negativo. Embora seja uma construção discursiva, que esconde intencionalidades diversas e é alimentada por condições de possibilidade também diversas, a invenção da mata do Louzeiro quando analisada do ponto de vista ambiental foi algo positivo, motivando a preservação daquele espaço.

Este trabalho é uma tentativa de mapear o exato momento no qual a mata do Louzeiro foi inventada, e posteriormente, o momento no qual o jardim botânico também foi inventado. É uma história de rupturas, que analisa a substituição de um discurso dominante por outro discurso, na teia ambiental e analisa as condições que fizeram este novo discurso emergir em tensão com o anterior e com outros discursos do período.

1.2- O Louzeiro

O município de Campina Grande está situado no agreste paraibano, na parte oriental do planalto da Borborema, em uma área de transição entre a zona da mata, brejo e sertão. Faz parte do semiárido paraibano e apresenta uma média de precipitação pluviométrica de 800 mm ano. Localiza-se numa altitude média de 550 metros acima do nível do mar, a 130 km de distância da capital do estado e abrange uma área territorial de 594,182 Km². A população estimada para 2013 é de 400.002 habitantes. Atualmente, a população urbana é de 367.209 e a rural 18.004. É a segunda cidade mais populosa do estado. (IBGE, 2010)

Nas últimas décadas houve um crescimento significativo da população, especialmente na área urbana, alcançando uma média de 104% entre os anos 1970 a 2010. Esse crescimento reflete uma realidade nacional e está relacionado a um modelo de desenvolvimento urbano-industrial.

População estimada 2013	400.002
População 2010	385.213
Área da unidade territorial (km ²)	594,182
Densidade demográfica (hab/km ²)	648,31

Fonte IBGE, 2013

O Louzeiro é um espaço de 60 hectares, indicado pelo georeferenciamento nas figuras 01 e 02, uma mancha verde, propriedade privada, cujos proprietários principais são João Ribeiro (aproximadamente 25 hectares), Severino Guedes (aproximadamente 08 hectares) e os herdeiros da família Biró (aproximadamente 17 hectares), localizado ao norte de Campina Grande, em uma transição periurbana, cuja altitude mínima é de 545 metros e a máxima 645 metros. Situado entre os bairros da Conceição, Jeremias, Rosa Mística, Alto Branco, Jenipapo, Cuités, Jardim Continental, Alto Branco e Palmeiras, é um bairro que recebeu o status de zona de proteção pela Lei Orgânica Municipal de Campina Grande, de 1990.

Um dos fatores que tornam o Louzeiro um espaço passível de estudos é o fato de que nele estão localizadas algumas fontes de água que fluem para o riacho das Piabas, única fonte de água doce de Campina Grande. Considerando as análises de solo feitas na cidade e o mapa de solos - figura 03⁹, Campina Grande tem um solo salinizado. No solo das margens do riacho das Piabas a salinidade é neutra, o que garante uma água doce de boa qualidade, como mencionado por Elpídio de Almeida em seu livro *História de Campina Grande*¹⁰. O Louzeiro se insere na bacia hidrográfica do riacho das Piabas, tendo o médio curso dele em seu espaço. Lima (2010), sobre os solos do riacho das Piabas e Louzeiro afirma “a região possui a particularidade de ter solos Regosol, que diferem de grande parte dos solos do Município de Campina Grande, que apresentam solos Solonchets Solodizado, com alto teor de sódio o que deixa as águas com sabor salgado e amargo” (LIMA, 2010, p. 09).

⁹ O mapa de solos de Campina Grande está disponível em uma publicação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, de 1972, que foi resultado de um levantamento exploratório, no site: <http://www.uep.cnps.embrapa.br/solos/index.php?link=pb> acesso em 03/05/2012.

¹⁰ ALMEIDA, Elpídio. *História de Campina Grande*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978.

Figura 01
Georeferenciamento do Louzeiro

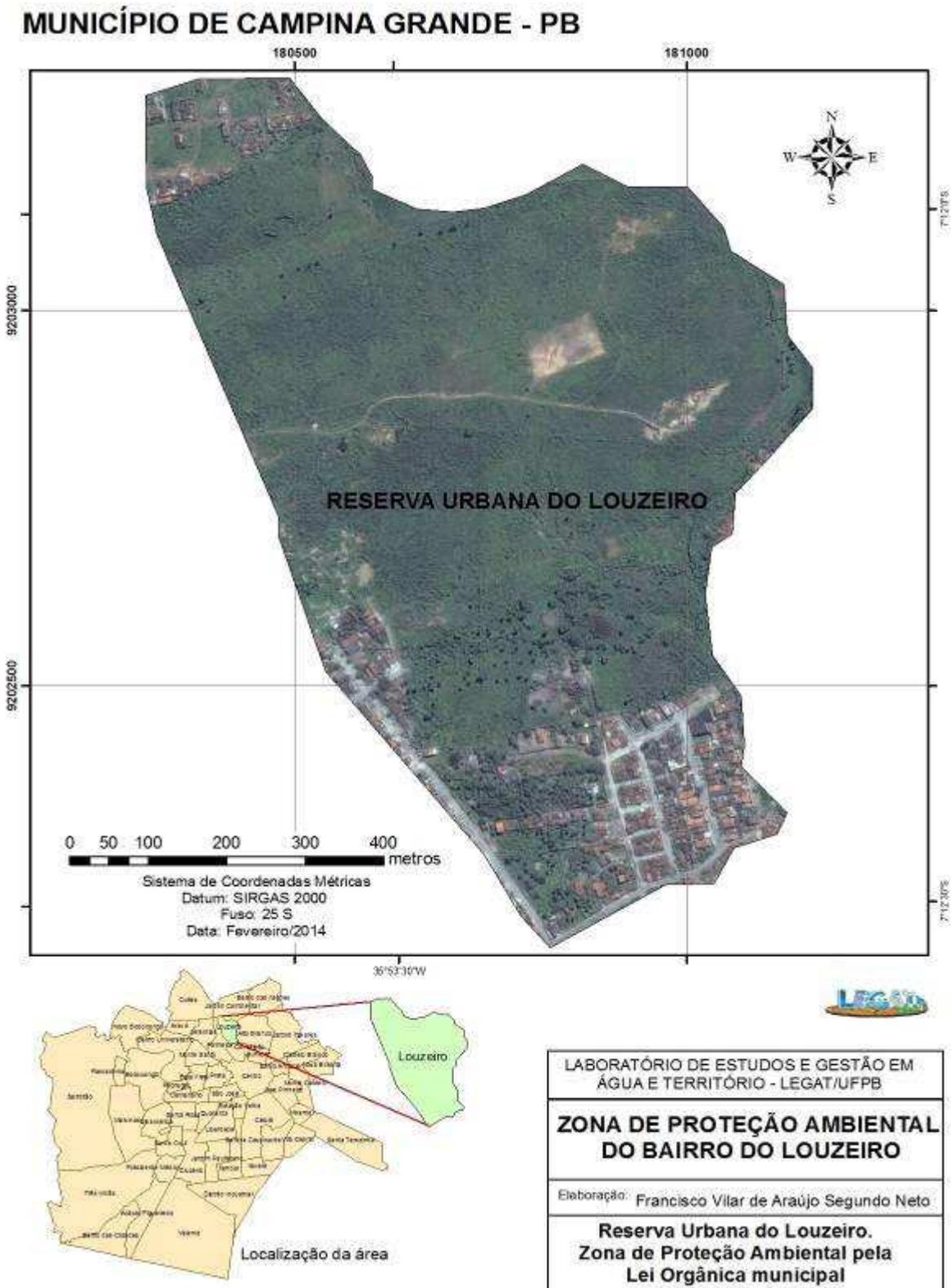
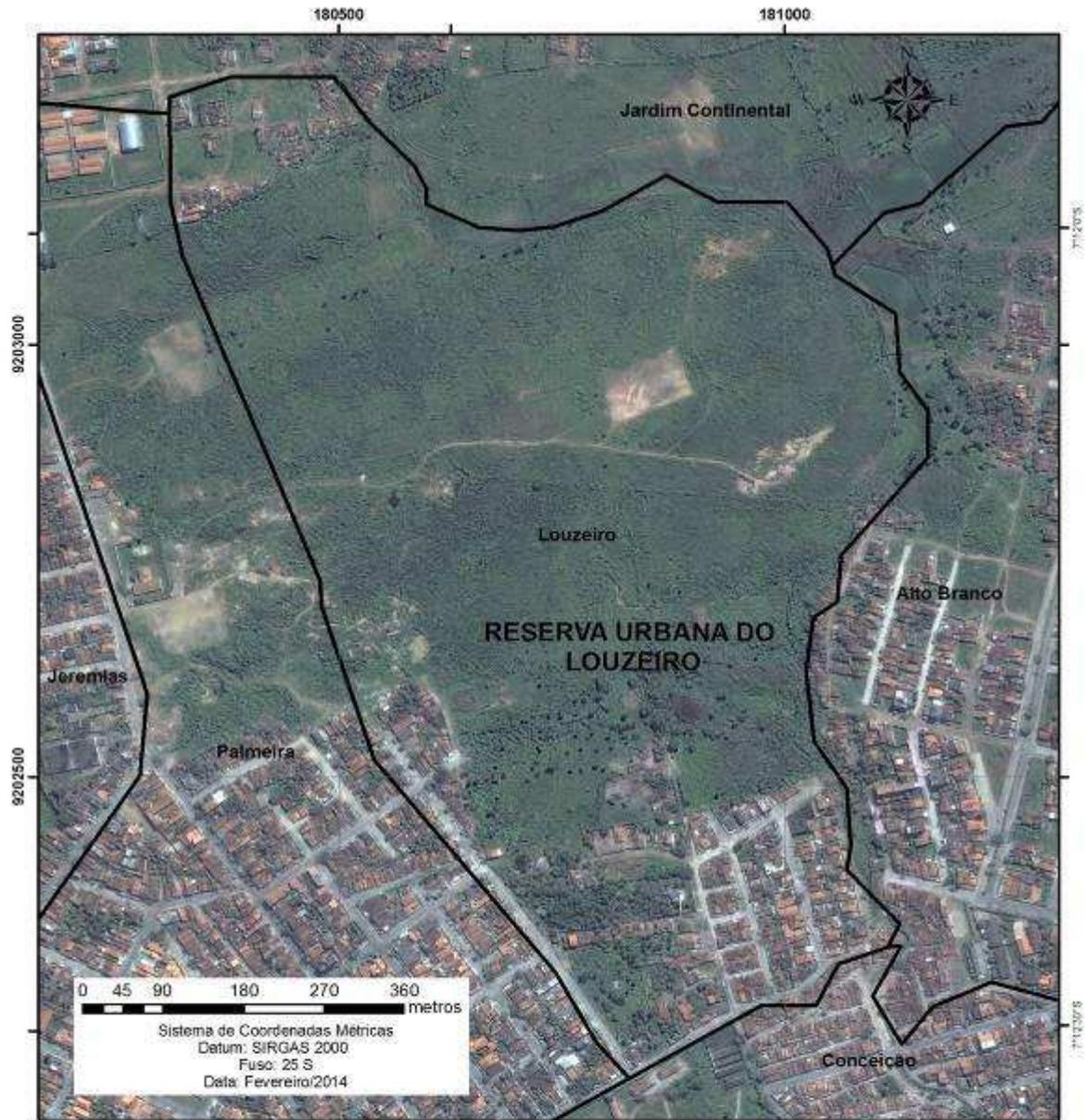


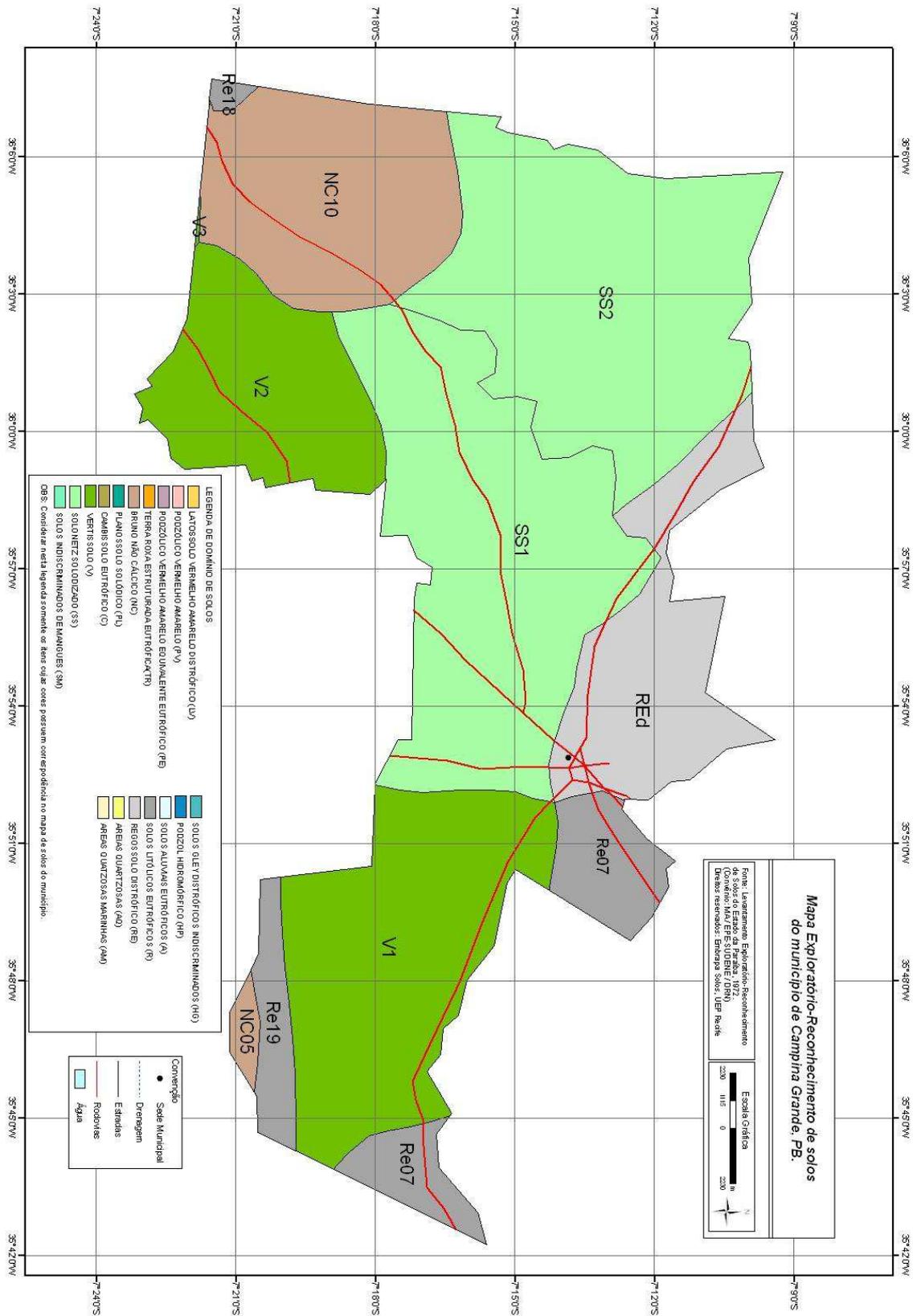
Figura 02
Georeferenciamento do Louzeiro-delimitação de bairro



**ZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
DO BAIRRO DO LOUZEIRO**

	LABORATÓRIO DE ESTUDOS E GESTÃO EM ÁGUA E TERRITÓRIO - LEGAT/UFPB
MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - PB	
Elaboração: Francisco Vilar de Araújo Segundo Neto	
Reserva Urbana do Louzeiro. Zona de Proteção Ambiental pela Lei Orgânica municipal	

Figura 03- Mapa de solo da cidade de Campina Grande¹¹



¹¹ <http://www.uep.cnps.embrapa.br/solos/index.php?link=pb> acesso em 10/01/2013.

O riacho das Piabas é a fonte que abastece o conhecido açude Velho, corpo hídrico construído para abastecer Campina Grande por causa da seca que o Norte enfrentou de 1824 a 1828. Sua construção foi concluída em 1830 e o manancial foi de grande importância para a cidade nas secas de 1845 e 1877. Atualmente o açude é um cartão postal e juntamente com o Louzeiro e outros espaços, constitui zonas de proteção da cidade. Assim, durante o século XIX e início do século XX, até a construção do açude de Bodocongó, em 1917, o riacho das Piabas era a principal fonte de abastecimento de água para a população da cidade.

Sobre o açude Velho é importante destacar que naquele espaço já havia uma lagoa abastecida pelo riacho das Piabas e cuja construção do açude apenas aumentou a capacidade de retenção com o barramento. A região do entorno do açude Velho já era conhecida como uma campina grande: uma planície com gramíneas, um alagado com capim em abundância e água doce. Brito, 2012, discorre sobre estes fatos:

Campina Grande era um lugar perfeito para pouso de viajantes e negociantes por estar situado bem no meio do caminho que ligava o sertão ao litoral (Estrada Real do Sertão), em terras adequadas à cultura de vários cereais indispensáveis à vida dos colonos e junto a uma lagoa no remanso do Riacho das Piabas, que bem mais tarde viria a ser o Açude Velho. A evidência de que havia uma lagoa na povoação indígena de Campina Grande pode ser encontrada numa sesmaria de 1781 onde menciona: "... até toparem com a lagôa das terras que foram dos índios da Missão da Campina Grande..." (TAVARES, 1982 p. 394) e na obra de Aires de Casal, editado em 1817, que ao tratar de Campina Grande, diz: "seus habitantes bebem duma lagoa contígua, a qual, faltando água nos anos de grande seca, os obriga a ir buscá-la ali a duas léguas" (CASAL, 1976 p. 276). Como sabemos, o Açude Velho só começou a ser construído em 1829 (...) (PINTO, 1977 p. 110) e, portanto, nada mais é do que paredes de retenção erguidas para aumentar a capacidade hídrica de uma lagoa, ou alagado, já existente no lugar... (BRITO, 2012, 12)

Portanto, o nome da cidade: Campina Grande, como tantas outras cidades e estados brasileiros, a exemplo de Bahia, Alagoas, Serra Branca, Recife entre outros, se relaciona diretamente com as condições naturais do lugar no qual a cidade emergiu. Tentando descrever o espaço ao qual nos referimos e dialogando com o mito de origem de Campina Grande, Brito (2012) afirma:

Chegando a uma imensa planície, coberta de gramíneas e plantas herbáceas, ou subarborescentes, os Ariú trazidos por Oliveira Ledo foram

acomodados numa aldeia de índios Cariri que ali existia. Pois, a passagem “juntos aos Cararys, onde chamão a Campina Grande” deixa claro que um grupo de etnia Cariri já habitava àquela pradaria, e certamente eram Bultrins os senhores daquele agreste, que já deviam ser bem conhecidos do famoso capitão-mor (possuidor da fazenda Santa Rosa próximo dali), e muito possivelmente esta aldeia Bultrim já era bem frequentada pelos boiadeiros nesta época, pois o lugar já constava registrado num mapa publicado em Roma desde 1698, elaborado por Andreas Antonius Horatij. (BRITO, 2012,11).

A descrição acima dialoga diretamente com a arborização de Campina Grande: uma cidade cuja paisagem analisada a partir de um vídeo que utiliza fotos do acervo do blog *Retalhos Históricos de Campina*, organizadas por décadas, desde 1910, por Carlos Magno Marcelo de Lacerda, e disponibilizado na Internet através do Youtube em 27/07/2013¹²: demonstra a existência de poucas árvores compondo o seu cenário urbano. Esta percepção é sentida em conversa com Bruno Vaz Diniz, consultor de projetos da Secretaria de Cultura, que, em entrevista, afirmou:

O que me vem à cabeça quando se fala em paisagismo urbano de Campina Grande é justamente que a cidade surge numa grande campina, ou seja, sua paisagem original era um grande descampado com vegetação basicamente rasteira e poucas manchas arborizadas. Quando as populações do Brasil foram abruptamente se urbanizando, a nossa cidade cresce em cima dessa realidade anterior. Ou seja, surge uma extensa mancha urbana com pouquíssimas árvores em seu interior. Some-se a isso a inexistência de preocupação com meio ambiente e ao modelo desenvolvimentista explorador que sempre ensinou a extrair os recursos naturais (inclusive as árvores) que tivéssemos disponíveis. Está aí o caldo que trouxe pra campina a paisagem de uma cidade com tamanho déficit arbóreo (BRUNO, 2014).

No que se refere à cobertura vegetal do Louzeiro, Sousa, em 2009, fez um inventário de fauna e flora (anexo 02). No levantamento florístico do Louzeiro, identificou 109 espécies diferentes, tratando-se de vegetais que ocorrem em ecossistemas variados, o que reforça a classificação da zona como um ecótono, ou seja, uma transição, mas também indica a interferência humana, que modificou a vegetação nativa.

Uma outra percepção da avaliação dos representantes florísticos é o grande potencial vegetacional na área em estudo também poder ser destacadas, nesse sentido: espécies que são citadas como medicinais a exemplo da canela e jurema preta, frutíferas como coqueiro, pitangueira, jabuticabeira,

¹² CAMPINA GRANDE - PB - Homenagem a mais bela Cidade. Produção: Carlos Magno Marcelo de Lacerda. Campina Grande, 2013. 1 YouTube (14Min57s). Áudio: português. <http://www.youtube.com/watch?v=aMFI3pXm1jg> (acesso em 04/11/2013).

entre outras, com potencial forrageiro como a maniçoba e a palma, e até ameaçadas de extinção como a baraúna e a aroeira que fazem parte da lista de extinção do IBAMA (SOUSA, 2011, pg.100).

O levantamento de espécies de fauna encontrou 61 espécies diferentes, dentre os quais poucos mamíferos; o autor do inventário acredita que estes sofreram mais com o antropismo por serem utilizados como fontes proteicas.

Hugo Vieira, atualmente engenheiro agrônomo e professor do IFPB, morador do entorno do Louzeiro até a década de 1990, se referindo às décadas de 1980 e 1990, em um de seus depoimentos sobre o Louzeiro, afirma:

Havia remanescentes de mata de agreste. Nas duas áreas e nos arredores ainda havia muita fauna: pebas, raposa, guaxinim, codorniz, rolinhas, cobras, sagüim... e por isso, uma forte atividade de caça. A população circundante também fazia uso dessas áreas para retirada de muitas plantas “como medicinais” (cascas, folhas e raiz). E varas para cercas (HUGO VIEIRA, 2013).

A antropização é percebida no sentido de modificar a área para servir ao ser humano, tal qual uma propriedade rural. A introdução de espécies frutíferas e medicinais é um grande indício do uso do solo para atender às necessidades humanas de sobrevivência. Atualmente, a ausência de mamíferos, devido principalmente à caça para alimentação humana, como apontou Sousa, é outro indicador do tipo de relação que a população do entorno tem com o Louzeiro. Uma relação de exploração do local para atender às necessidades humanas, sem se importar com o equilíbrio do ecossistema.

Este inventário está sendo atualizado com vistas à implantação do jardim botânico na área, no entanto os novos dados ainda não foram disponibilizados pelos pesquisadores responsáveis à Secretaria de Cultura de Campina Grande.

A imagem a seguir é um mapa dos bairros de Campina Grande. Nele temos uma melhor noção da localização do Louzeiro e de como este espaço verde é ilhado pelos demais bairros da zona norte da cidade.

Figura 04- Mapa dos Bairros de Campina Grande



Localização geográfica do Louzeiro¹³

¹³FONTE: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Bairros_de_Campina_Grande.svg. Acesso em 16/09/2011

Abaixo a foto tirada de dentro do Louzeiro, mostra a sua proximidade com a cidade. A mesma foi tirada no mês de junho, quando Campina Grande esfria e a Caatinga fica mais verde devido às chuvas de inverno. Em primeiro plano percebe-se a presença da vegetação típica da Caatinga, com suas árvores baixas e caminhos fechados.

Figura 05



Foto: Vista de Campina Grande de dentro do Louzeiro. Autor: Cristian Costa, ano: 2012.

O Louzeiro é estudado ao longo de suas transformações espaciais: anteriormente um sítio, novamente nos utilizamos da fala do professor Hugo Vieira para estabelecer este marco, esta passagem do sítio para a cidade, segundo ele a incorporação do espaço rural pelo urbano se deu:

...com o loteamento de áreas ao redor do Louzeiro, a partir da década de 60, progressivamente este fato foi se tornando mais forte, associando com os proprietários irem envelhecendo e seus filhos irem ocupando postos de trabalho fora da propriedade (comércio) (...) Havia uma pequena mata secundária e muita cerca viva no sítio de Sr. Biró, Já, no entanto, na área do Sr. João Ribeiro, havia produção e criação, mas também uma mata de agreste de grande porte e mais conservada. Com o tempo as duas propriedades foram sendo cada vez mais assediadas pela população, levando a uma enorme degradação ambiental, inclusive com ocupação de parte por sem tetos da região. Posteriormente a área do Sr. João Ribeiro foi desmatada para loteamento, meados dos anos 80 e início dos anos 90 (HUGO VIEIRA, 2013).

Na fala de Hugo, sente-se um pouco o saudosismo do sítio bucólico que ocupa sua memória, que foi se desconstruindo e se incorporando à cidade, perdendo pouco a pouco as características de zona rural e assumindo as feições de um bairro a partir da década de 1960, e que posteriormente, recebeu o status de zona de proteção ambiental pela Lei Orgânica Municipal de Campina Grande em 1990 e, por fim, em 2013, é escolhido para abrigar o Jardim Botânico de Campina Grande-PB.

Em 1990, na época da instituição legal da zona de proteção, o prefeito da cidade era Cássio Cunha Lima, mas a preocupação com a paisagem de Campina Grande já se faz sentir desde as gestões anteriores: gestão de Enivaldo Ribeiro (1977-1983) e gestão de Ronaldo Cunha Lima (1983-1989). Foi principalmente nesta década de 1980 que emergiu uma maior sensibilidade para com os temas ambientais em Campina Grande-PB. Este trabalho, debruçado sobre a construção da identidade campinense em diálogo com a natureza, tem também por foco de análise o governo de Evaldo Cruz (1973-1977) quando foi trocada a bandeira da cidade, instituído um brasão e feito um concurso para escolher a letra do hino de Campina Grande. Neste momento não havia uma consciência dos problemas ambientais da cidade, mas a natureza foi usada para construir uma identidade imagética de Campina através de alguns de seus símbolos. Voltaremos a discutir estas gestões no capítulo 02, quando da análise das transformações na paisagem de Campina Grande neste recorte temporal.

Abaixo o artigo da referida Lei de 1990 que protege legalmente o Louzeiro de ações antrópicas degradantes:

- Artigo 269- Consideram-se áreas de preservação permanente, além das declaradas por lei:
- I- A cobertura vegetal que contribua para a estabilidade das encostas sujeitas à erosão e deslizamento;
 - II- As áreas que abriguem exemplares raros, ameaçados de extinção ou insuficientemente conhecidos da flora, fauna, e aqueles que sirvam como local de pouso, abrigo ou reprodução de espécie;
 - III- O Açude Velho, o Açude de Bodocongó, o Rio Bodocongó, Floresta do Louzeiro, Horto Municipal, Floresta de São José da Mata e Feira Central;
- Parágrafo Único- Não serão permitidas, nas áreas de preservação permanente, atividades que contribuam para a descaracterização, ou prejudiquem seus atributos e funções essenciais, excetuadas aquelas destinadas a recuperá-las e assegurar sua proteção mediante própria autorização dos órgãos municipais competentes

(Lei Orgânica Municipal - 05 de abril de 1990).¹⁴

Por se tratar de uma área com uma densidade demográfica de menos de dois habitantes por quilômetro quadrado (IBGE 2000), percebe-se que o espaço se diferencia dos outros espaços de Campina, cuja densidade demográfica, conforme tabela da página 27 é de 648,31 hab/km².

A tabela abaixo evidencia alguns dados significativos para ilustrar o quanto o Louzeiro é desabitado:

Estatística	Valor
Escolas Municipais	00
Creches Municipais	00
Número de residências particulares	274
Número de residências particulares próprias	184

(Fonte: IBGE: 2000 e Secretaria de Planejamento de Campina Grande-PB 2002)

Apesar de ser uma zona desabitada, o Louzeiro é o espaço de várias práticas de burla. Ao ser instituída a zona de proteção, muitas destas práticas se tornaram criminosas, dentre elas a caça, a retirada de lenha, de argila (para uma olaria que funciona no próprio local), de areia, e o despejo de resíduos industriais. Estas são algumas das formas como a população do entorno, os moradores dos bairros vizinhos, vem se relacionando com a área desde a década de 1960.

A foto abaixo foi tirada em uma olaria que retira argila do próprio Louzeiro para a produção de tijolos refratários que são usados, dentre outras atividades, no fabrico de churrasqueiras e são comercializados dentro da área protegida. A argila do Louzeiro, por estar localizada em solo não salinizado, é conhecida pela sua qualidade, principalmente para o fabrico de tijolos ou fornos refratários. Ela é conhecida na cidade de Campina Grande como argila branca.

¹⁴ <http://www.sintabpb.com.br/wp-content/uploads/2010/04/LEI-ORG%C3%82NICA-DO-MUNIC%C3%8DPIO.pdf> acesso em 13-03-2013.

Figura 06

Foto: Olária no Louzeiro. Autor: Cristian Costa, ano: 2012.

A realidade urbana das cidades brasileiras, e Campina Grande não é exceção, revela um ecossistema em total desequilíbrio, e as práticas cotidianas, políticas, jurídicas, históricas, culturais e discursivas redundam em um conjunto de táticas (CERTEAU, 1988) aleatórias que não buscam a restauração do equilíbrio dessa biota¹⁵.

Escrever sobre o Louzeiro em Campina Grande possibilita escrever também sobre as táticas dos fracos, das populações da periferia da cidade, favelas e regiões carentes que delimitam as fronteiras da zona de proteção, acessando-a e tendo com ela uma relação de simbiose e de exploração, no sentido de obter os recursos para a sua sobrevivência na sociedade. Sousa, em 2009, identificou através de diagnóstico as principais práticas que degradam o Louzeiro, muitas exercidas pela comunidade que mora no entorno: “deposição de lixo na área, retirada de espécies vegetais na forma de lenha, trânsito de pessoas e animais dentro da reserva, pesca, caça de animais e queimadas” (SOUZA, 2009, p.96). Ainda analisando estes impactos, Sousa afirma que isso ocorre por causa do grande crescimento da população urbana. Segundo ele:

¹⁵ Compreende-se por biota os seres integrantes da fauna e da flora de uma determinada região. O termo tem valor de referência específico dentro de um complexo biológico local. (SOARES, José Luis. **Dicionário Etimológico e Circunstanciado de Biologia**. São Paulo: Scipione. 1993. p.49).

O homem, em especial aqueles de baixa renda, visando atender suas necessidades básicas, tende a buscar nos resquícios de vegetação, meios de sobrevivência, retirando destes fragmentos madeira, frutas e animais para alimento, provocando incêndios e, comprometendo o potencial biológico dos ecossistemas (SOUZA, 2009, p.96).

Algumas das formas como as pessoas dos bairros vizinhos se relacionam com o Louzeiro são afirmadas neste diagnóstico e interpretadas pelos autores. Percebe-se no comentário a exploração dos recursos naturais do espaço como uma estratégia de sobrevivência desta população.

Os estudos sobre o Louzeiro tiveram por eixo norteador os recursos naturais, o inventário de fauna e flora, as fontes de água que existem no local e o riacho das Piabas, primeira fonte de abastecimento de água doce de Campina Grande, que atravessa o local e cujas fontes lá existentes ajudam a formá-lo. Estes estudos, notadamente desenvolvidos no Curso de Pós Graduação em Recursos Naturais/ UFCG nos servem como fonte e como alternativa de diálogo para a construção de uma história cultural do ambiente tendo o Louzeiro como ponto referencial.

Um trabalho com o qual dialogamos diretamente foi a dissertação escrita por Veneziano Guedes de Souza no Programa de Pós Graduação em Recursos Naturais- UFCG- Campina Grande, que tem por título: *Diagnóstico e prognóstico socioeconômico e ambiental das nascentes do Riacho das Piabas (PB)- 2010*. Outros artigos também do mesmo autor ou de participantes da *Articulação em Prol da Revitalização das Nascentes do riacho das Piabas*, que reúne a sociedade civil como um todo: a igreja católica, principalmente as paróquias dos bairros do entorno do Louzeiro, com destaque para o Convento de São Francisco, no bairro da Conceição, onde geralmente ocorrem as reuniões, as SABs da microbacia do riacho das Piabas, pesquisadores e instituições diversas (EMBRAPA, Quartel do Exército, escolas privadas e públicas e estabelecimentos comerciais) que se localizam na microbacia, interessadas no debate, devidamente referenciados ao longo desta pesquisa, também nos foram de muita importância.

Sobre esta Articulação, Veneziano, em depoimento, afirma:

A articulação surgiu inicialmente por um pedido da comunidade, foi uma intervenção da comunidade durante a campanha da fraternidade em que a população ao redor da mata do Louzeiro vinha sofrendo muitos sinistros do

ponto de vista da violência enfim, e estavam sendo liderados por um franciscano e este franciscano soube que eu estudava a região, me recorreu, me pediu ajuda, então eu não podia ajudar como pessoa física em função das tensões daquele momento, das ameaças, de alguns donos que pensavam que eu queria tomar a terra deles, que eu queria complicar a vida deles, mas eu vim aqui ao projeto Universidade Cidadã da Universidade Federal e trouxe o pedido da comunidade. Eu disse olha, tem uma comunidade sofrendo esta realidade de exclusão social, de injustiça ambiental e mandaram pedir aqui ao projeto Universidade Cidadã apoio, e o coordenador, o Professor Fernando Garcia foi sensível e o projeto Universidade Cidadã já tinha uma parceria com uma das escolas lá, a Luzia Dantas que é uma escola de ribeirinhos e a partir de então houve uma feliz coincidência, entre a comunidade, entre a igreja, entre as escolas, entre o projeto Universidade Cidadã que precisava de um papel social para não se descontinuar como aconteceu em todo o Brasil exceto aqui na Paraíba, ele conseguiu com esta região se firmar. E para mim, como pesquisador, que fui ver aquilo do ponto de vista do fenômeno, entende? A articulação ela dialoga com todos os atores da sociedade, de uma forma apolítica, de uma forma ecumenical sempre tentando questionar qual é o acesso e o uso que nós estamos dando a estes recursos naturais e tentando também ver se nós não podemos fazer isso de uma forma que se beneficie a todos. Através de bens e serviços que possam melhorar gradativamente aquele ambiente do ponto de vista econômico, social, ambiental, cultural, tecnológico... (VENEZIANO GUEDES, 2014).

Pela fala de Veneziano Sousa percebemos a participação ativa de várias instituições na defesa do espaço, uma delas a Universidade Federal de Campina Grande, através do projeto Universidade Cidadã que, pelos conceitos trabalhados no depoimento, se alinha com o discurso da sustentabilidade já problematizado no início deste capítulo. Neste momento, já depois de 2010, há uma presença mais ativa da população, ainda que seja apenas a do entorno do Louzeiro, no debate sobre preservação, segurança, dentre outros debates que envolvem o espaço. Mas nem sempre foi assim.

1.3- O Louzeiro e a identidade campinense

As cinquenta mil pessoas que moram nos sete bairros do entorno do Louzeiro referenciam este espaço como um sítio, mesmo depois da implantação do jardim botânico, que ainda não está efetivamente funcionando. Nas várias memórias constam as cheias do riacho das Piabas, a fartura de fruteiras e a coleta de água doce para abastecer as casas. Veneziano Guedes de Sousa, também morador do entorno do Louzeiro, também pesquisador da área, em depoimento sobre a infância no Louzeiro, afirma:

Eu ainda me lembro do tempo em que eu era criança e tomava banho no riacho das Piabas. Eu e meus amigos íamos comer frutas, as mais diversas no Louzeiro. (VENEZIANO GUEDES, 2014)

O Professor Hugo Vieira, já citado neste trabalho, também lembra das suas atividades no Louzeiro:

Coletei muita raiz e casca de árvores para fazer remédios pra minha família no Louzeiro. Além de pastorear nossas cabras. (HUGO VIEIRA, 2013)

Excetuando as comunidades do entorno, o Louzeiro é um espaço invisível, desconhecido dos moradores de Campina Grande, muitos sequer ouviram falar sobre ele quer enquanto bairro quer enquanto zona de proteção.

Olhar para a natureza entendendo que existe uma sensibilidade historicamente construída do ser humano para com ela e existe atualmente uma preocupação alimentada pelo discurso da sustentabilidade que emerge na década de 1980 e perpassa a finitude dos recursos naturais e o equilíbrio do ambiente no qual o ser humano se insere, possibilita compreender a transformação do Louzeiro em zona de proteção em 1990. Sobre este contexto e sobre o debate sobre meio ambiente ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990 no Brasil e, especificamente em Campina Grande, o Dr. Ramiro Manoel Pinto, atualmente analista da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e professor do Centro de Ensino Superior e Desenvolvimento (CESED) e da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (FACISA), além de ambientalista por mais de 30 anos na cidade, em depoimento, afirma:

Reconheço que o tema ambiental, que era bastante marginal nas décadas de 1970 e 1980, chega na década de 90 com bastante força, principalmente no Brasil, por ter sido a sede da ECO-92. Nas décadas de 1970 e 1980, nós ativistas ambientais, éramos tratados de forma pejorativa, de desprestígio, sem sermos levados em consideração, éramos tachados de “lunáticos”, “ecochatos”, “sonhadores”, dentre outros adjetivos depreciativos. Porém, os desastres ambientais de grandes proporções começam a acontecer em diversos países e o movimento ambiental começa a tomar força desde 1962 quando ocorreu um fato emblemático na denúncia dos problemas ambientais, com o lançamento do livro Primavera Silenciosa (Silent Spring), da escritora, cientista e ecologista norte-americana Rachel Louise Carson, um best-seller alarmante que trouxe à luz do dia os problemas do pesticida DDT e tornou pela primeira vez grande parte do Governo Americano e do público consciente de que todos os seres vivos dependiam uns dos outros, e de um ambiente saudável, para sobreviverem, aliado a pressão da Guerra do Vietnã, com o uso do agente laranja, posteriormente com as ações do Greenpeace. (RAMIRO, 2014)

Cabe uma reflexão sobre a chegada do Partido Verde no Brasil e em Campina Grande para compreendermos a emergência, com maior intensidade do discurso ambiental na cidade na década de 1980.

Em 1972 um grupo de ecologistas da Tasmânia (Austrália) se reuniu para impedir o tranbordamento do Lago Pedder, este grupo era o *Green Party* (Partido Verde), que atualmente é bastante ativo na política australiana. Da Austrália os Verdes propagaram suas ideias também na Europa na década de 1970, se consolidando enquanto partido político na década de 1980 e, no Brasil, em 1986, no Rio de Janeiro emerge o Partido Verde com um grupo composto por escritores, jornalistas, ecologistas, artistas e ex-exilados políticos. Dentre eles estavam Alfredo Sirkis, Herbert Daniel, Guido Gelli, Lucélia Santos e Fernando Gabeira. O primeiro deputado estadual pelo Partido Verde foi Carlos Minc, eleito em aliança com o Partido dos Trabalhadores em 1986. Foi no início da década de 1990, principalmente com a Rio 92 (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano) que o Partido ganha força no país.¹⁶

Em Campina Grande, o Partido Verde (PV) tem suas ideias difundidas em 1985, sendo Ramiro Pinto um dos membros fundadores, ocupando também, no intervalo entre 1985 e 1995 o cargo de dirigente estadual e municipal. Ramiro também foi membro fundador e dirigente da Organização Campinense dos Amigos da Natureza- OCAN entre 1982 e 1985 e membro fundador e dirigente do Movimento Ecológico Livre – MEL entre 1985 e 1988. PV, MEL e OCAN tiveram um papel ímpar na emergência de um discurso ecológico que inserisse Campina Grande no cenário ambiental nacional. Ramiro Pinto, juntamente com Josafá de Orós (também ambientalista) e Jógerson Pinto (irmão de Ramiro Pinto) foram vozes muito fortes nesta conjuntura. A emergência destas vozes, destas instituições, deste discurso ambiental em Campina Grande na década de 1980 foi muito importante para compor cenário que possibilitou a instituição da zona de proteção no Louzeiro no início da década seguinte.

¹⁶ Sobre o Partido Verde no Brasil e no mundo ver : <http://pv.org.br/opartido/> acesso em 24/01/2014.

Deslocar um pouco o olhar para os 3.953 ha da Floresta da Tijuca no Rio de Janeiro para tentar compreender como o local “encontra-se no coração geopolítico dessa cidade, confundindo-se com a identidade visual mais nobre do Rio de Janeiro e incluindo alguns dos ícones da sua paisagem cultural” (PÁDUA, 2006), auxilia na compreensão das razões pelas quais o Louzeiro ocupa um lugar de invisibilidade, de quase inexistência na construção da identidade do campinense: ele encontra-se na periferia, e apesar de sua importância histórica devido ao fornecimento de água para a cidade quando do surgimento dos primeiros aglomerados populacionais, esta região foi esquecida pelos principais escritores que se propõem a dissertar sobre Campina Grande. Mas por quê? Para compreender esta invisibilidade precisamos entender os discursos que dialogam direta ou indiretamente com o Louzeiro e que (des) autorizam o Louzeiro a integrar a identidade de Campina.

A construção do belo, no que toca ao meio ambiente é ditada pelos programas midiáticos, que transformam as florestas em verdadeiros jardins do Éden. Esta construção é norteada pela floresta tropical, com suas árvores altas, folhagens sempre verdes, clima quente e úmido. Neste sentido, a Caatinga não atende ao imaginário coletivo de uma bela paisagem ambiental, não é o que a população quer associar à uma identidade visual de uma cidade. O espaço do Louzeiro é um ecótono, composto também pela vegetação típica da Caatinga: arbustos baixos, galhos retorcidos, algumas plantas usam o recurso de perderem as folhas no verão para sobreviver com pouca água, o que deixa a mata com o aspecto branco, daí o seu nome Caatinga - mata branca.

Esta construção imagética da Caatinga se relaciona com os debates propostos por Albuquerque Junior (2011) em seu livro *A invenção do Nordeste e outras artes*. Invenção esta que atende inicialmente ao clamor dos políticos que ambicionavam a liberação de mais verbas para este espaço. A seca foi o principal argumento para conseguirem tal intento. No entanto, ao se construir a região baseada em um fenômeno climático natural, não se levou em consideração a existência de outras estações que não a da seca no bioma Caatinga, nem se considerou que há um reducionismo em muitos aspectos, inclusive no ambiental (cuja construção se dá na Caatinga e no período de estiagem, ignorando que este recorte geográfico abrange três biomas: Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica) ao se limitar o Nordeste às adversidades causadas pelas irregularidades do regime

pluviométrico. Desta construção discursiva do Nordeste emergiu a identidade atribuída ao nordestino.

Ser nordestino para muitos, inclusive para a elite intelectual, era, e ainda é sinônimo de ser rural, miserável, arcaico e culturalmente inferior. A identidade regional foi sendo construída tendo por base os elementos mais conservadores da cultura popular tais quais o cangaço, os “costumes” da zona rural, a literatura de cordel, as imagens da Caatinga no período da seca, entre outros, sem se considerar outros aspectos culturais, ambientais e econômicos presentes no mesmo espaço. Esse discurso reducionista em torno da identidade do nordestino fomentou a discriminação do Sul no que toca ao tratamento para com os que ali chegavam provindos do Nordeste em todos os níveis da sociedade, inclusive no meio acadêmico. Se durante algum tempo esta construção imagética pôde ser interpretada por alguns como sinônimo do sertanejo forte, do homem que vence o meio ambiente, de algo positivo, depois de 1980, com a emergência de novos discursos sobre o semiárido, alguns destes elementos são postos em cheque.

Campina Grande sempre foi apresentada como símbolo de modernidade, de progresso. Uma das maiores cidades do interior do Norte e Nordeste, de importância singular para o compartimento da Borborema, que comporta 43% do estado, polo de produção acadêmica, de relações comerciais, de prestação de serviços. Sua imagem foi construída se contrapondo à este Nordeste (ao mesmo tempo em que fortalecia este discurso). O verde das serras anunciado no hino da cidade não poderia ser “manchado” com a mata branca do Louzeiro. Os intelectuais desta cidade não haviam de querer associar a imagem da Caatinga à construção identitária do seu povo. No trecho do hino de Campina Grande percebe-se que os elementos naturais são usados para construir um discurso de uma cidade agraciada pela beleza cênica de um ambiente detalhadamente pensado para se adequar à imagem de uma cidade predestinada ao progresso, ao sucesso:

Venturosa Campina querida,
 Ó cidade que amo e venero!
 O teu povo o progresso expande,
 És na terra o bem que mais quero!
 O teu céu sempre azul cor de anil,
 Tuas serras de verde vestidas
 Salpicadas com o ouro do sol,
 Ou com a hóstia dos brancos luazes!
 (trecho do hino de Campina Grande, letra Fernando Silveira).

Ao voltar o olhar para o hino, um dos símbolos de Campina Grande, percebe-se o enaltecimento de aspectos da paisagem “natural” na construção imagética de uma terra bem aventurada, aspectos inclusive que nem sempre correspondem ao que lidamos no cotidiano. Campina Grande é famosa pela nebulosidade e as nuvens não permitiriam um *céu sempre azul cor de anil*, as mesmas nuvens atrapalhariam os *brancos luazes e o ouro do sol* que salpica as serras propostos por Fernando Silveira na letra. Dados do IBGE que situam o município na Caatinga confirmam a paisagem da mata branca em seu entorno (ou pelo menos em parte dele) quando da estação seca, por isso mesmo nem sempre as serras estariam vestidas de verde. Voltaremos a trabalhar o hino de Campina Grande no capítulo dois em um diálogo mais próximo com a paisagem e a identidade.

O discurso que inventa o Nordeste também dialoga com a invisibilidade do Louzeiro, pois Campina Grande, ao se construir enquanto moderna e predestinada ao sucesso, não quer ter sua imagem associada à Caatinga presente no Louzeiro, ao Nordeste rural e atrasado que este bioma, neste discurso, faz lembrar.

1.4- Outros discursos que possibilitaram a invenção da Mata do Louzeiro

Até a década de 1980 as ações antrópicas que tinham por foco o combate à seca eram realizadas sem que se levasse em consideração a própria fragilidade da Caatinga, a insegurança hídrica do bioma e a resiliência. Discorrer sobre estes temas em período anterior a 1980, ou mesmo exigir de autoridades preocupações sugere anacronismo, pois estes debates afloram em momentos posteriores. No entanto, é cabível refletir sobre o quanto estas obras afetaram a Caatinga em seu solo, regime pluviométrico, cobertura vegetal e fluxos de água. Vejamos como estes debates emergem no cenário nacional.

Depois da década de 1960, com a emergência de várias mobilizações sociais, notadamente os movimentos verdes, aflora no mundo uma nova perspectiva ambiental. O conceito de ecologia repensado, tomando por base as ideias de Eugene Odum, defendia a perspectiva de que qualquer pequena ação em um ecossistema, afeta o macro: em termos ecológicos, as ações e seus efeitos estariam conectados em uma grande trama; o movimento Hippie nos Estados Unidos

inicialmente defendia uma postura contrária ao consumo exagerado e em seguida passou a levantar a bandeira da não poluição; a utilização dos recursos naturais, inicialmente atrelada ao discurso de exploração de riquezas naturais das nações, no Brasil demonstrado através da preocupação do Código Florestal, de 1934 em gerir o uso destes recursos ao largo de todo o território nacional, passou a ser visto como uma preocupação pela sua possibilidade de finitude. Para tanto se escreve um novo Código Florestal em 1965, com a sensibilidade de preservar e proteger o ambiente.

Nas duas décadas que se seguem, 1970 e 1980, emerge a preocupação a respeito da sustentabilidade do planeta. Iniciam-se então debates em torno da redução, da reutilização e da reciclagem de produtos na perspectiva de reduzir o consumo e preservar os recursos naturais. Aliado a esses debates, segue uma preocupação em gerir o crescimento econômico de forma que exista uma política de preservação dos biomas, garantindo a convivência das populações locais com meio ambiente em uma relação harmônica, de simbiose.

O discurso da sustentabilidade emerge atrelado aos questionamentos feitos sobre o conceito de desenvolvimento, geralmente medido pela renda per capita e pelo PIB de cada nação, sem considerar outros fatores tais quais a distribuição de renda e a qualidade de vida da população. A Organização das Nações Unidas estipula então o Índice de Desenvolvimento Humano, baseado em fatores quantitativos e qualitativos de uma determinada nação para melhor definir o que seria um desenvolvimento sustentável (Veiga, 2008). O economista polonês Ignacy Sachs, referência para quem trabalha com sustentabilidade, opera o conceito através de três variáveis: a social, a ecológica e a econômica. (SACHS, 2007).

A partir de então foi promulgada uma ampla legislação com este foco em nível nacional e internacional: A Declaração de Estocolmo -1972, a Política Nacional do Meio Ambiente - Lei 6.938/81, a Agenda 21 - Rio-92, a Política Nacional dos Recursos Hídricos – Lei 9.433/97, o Protocolo de Kyoto- 1997, as Resoluções CONAMA, a Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei 12.305/2010 e a Rio +20 - 2012 estão entre os principais aparatos legais produzidos no país ou por ele recepcionados que exemplificam a preocupação brasileira com a gestão de seus recursos, a proteção de seu meio ambiente e o desenvolvimento de projetos com foco na sustentabilidade.

O discurso da sustentabilidade, uma das nuances do discurso ambientalista, também é considerado como base de sustentação para a legislação que possibilitou a implantação da zona de proteção do Louzeiro. A cidade da década de 1990 deve ser pensada como um espaço sustentável, capaz de gerir seus recursos e cuidar de seu ambiente de forma equilibrada. O Louzeiro se insere nestes requisitos não apenas pela presença da mata, mas também pelas fontes de água.

Alinhado a esse discurso da sustentabilidade em nível mundial, a EMBRAPA, influenciada pelo trabalho de várias Organizações Não Governamentais- ONGs, algumas que mais tarde comporiam a Articulação do Semiárido- ASA, inicia no Brasil pesquisas com o intento de provar que é possível conviver com o semiárido. Ao discurso que envolve o Nordeste brasileiro se agrega outra dimensão. Agora já não se fala mais em migração para o Sul como única possibilidade redenção aos problemas que afetam a população nordestina. Criam-se condições para que a população conviva bem no espaço onde mora.

A tentativa é a de operar um deslocamento na construção imagética do espaço conhecido como Nordeste, expressões como sertão, polígono das secas, Caatinga etc., são incorporados pelo debate do semiárido brasileiro. Nesta tentativa, o Louzeiro é deslocado também para um não-lugar, para um espaço que é belo mas precisa ser valorizado adequadamente, precisa ser cuidado. O Louzeiro torna-se então, passível de ser transformado, de recuperar as áreas degradadas e ser inserido na construção imagética de Campina Grande como um espaço que agrega valor à cidade, que a coloca na vanguarda das cidades que se preocupam com a preservação do meio ambiente.

O discurso adotado após 1980 não leva em consideração a desnaturalização do “fenômeno da seca”. Embora a seca seja um fenômeno natural, há muito de construído em torno de seu conceito, das variáveis que sustentam sua definição; não apenas da seca, mas dos outros termos acolhidos pelos recentes debates sobre o semiárido; também não é feita uma análise da intencionalidade dos discursos, tanto dos que defendem a seca como inimigo a ser combatido, como dos que defendem a possibilidade de convivência com o semiárido.

O discurso científico, usado como ferramenta para legitimar as políticas públicas que liberariam verbas para mitigar os “efeitos” da escassez de recursos hídricos no Nordeste, aparece de forma mais incisiva. Estudos de Impacto Ambiental

(EIA), pesquisas sobre índice de aridez do solo, delimitação de áreas passíveis de desertificação, acompanhamento de regime pluviométrico, pesquisas sobre as melhores lavouras a ser cultivadas considerando o cenário ambiental, melhoramento genético de espécies animais e vegetais, tem sido amplamente desenvolvidas pelas mais diversas instituições que tem por foco a melhoria na qualidade de vida da população do semiárido. Este crescente banco de dados é manipulado de forma a alimentar e gerir as políticas públicas voltadas para o espaço em questão.

A criação do Instituto Nacional do Semiárido – INSA através da Lei 10.860/2004, com sede em Campina Grande-PB e da Articulação do Semiárido – ASA, reforçam a ideia de convivência e sustentabilidade neste espaço, buscando alternativas para resolver os problemas que afetam a população, em que pese também as decisões do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC do Governo Federal que, através de suas obras, fomentam projetos dessa natureza. Um novo discurso sobre o Nordeste brasileiro aflora e convive como uma alternativa ao discurso criado e institucionalizado anteriormente. Perceba-se que um discurso não é excludente do outro, são perspectivas e visões diferentes sobre o mesmo espaço que convivem mutuamente e transitam pelos mesmos territórios se aproximando ou se afastando conforme a conveniência do momento.

O desenvolvimento sustentável para a região Nordeste pode ser pensado a partir da perspectiva do ecorregional e hidrográfico (LITTLE, 2002). É pensando a região do ponto de vista das grandes bacias hidrográficas que a transposição do Rio São Francisco é apontada como a solução para um dos grandes problemas que afetam a população do semiárido, que é a irregularidade do regime pluviométrico e a consequente escassez hídrica. Muitas são as críticas aos impactos desta obra e os seus reais beneficiados. O principal ponto levantado é o tamanho do semiárido e a distribuição da sua população. Como fazer esta água chegar às populações mais afastadas e isoladas? Também se questionam os impactos sobre o São Francisco e suas consequências para a já frágil fonte hídrica do semiárido.

Campina Grande se insere no contexto devido à crescente demanda por água na cidade, ao manancial que abastece o município estar localizado no semiárido, sofrer processo de assoreamento e estar na iminência de um colapso no abastecimento. O Louzeiro, na zona urbana da cidade, possui fontes de água doce de um riacho que já abasteceu a cidade. Urge, neste cenário, preservar estas fontes.

Sobre a insegurança hídrica no município, um dos fatores que mais contribuem para seu agravamento é o crescimento da cidade. Observe a tabela abaixo, segundo dados do IBGE:

População	Pessoas					Percentual				
	1970	1980	1991	2000	2010	1970	1980	1991	2000	2010
Total	195.303	247.827	326.307	355.331	385.213	100	100	100	100	100
Urbana	167.335	228.182	307.468	337.484	367.209	85,7	92,1	94,2	95,0	95,3
Rural	27.968	19.645	18.839	17.847	18.004	14,3	7,9	5,8	5,0	4,7

IBGE¹⁷

A população urbana, entre 1970 e 2010 mais que dobrou em número de habitantes, e o manancial construído para atender a cidade no fim da década de 1960 não sofreu aumento na sua capacidade de armazenamento, pelo contrário, está assoreado e atualmente abastece Campina Grande e mais dezenove municípios. Não apenas o manancial foi construído nesta época, mas também parte da canalização das águas pluviais. Uma área pensada para atender algumas famílias, atualmente com a demanda da construção civil por água e a mudança nos estilos de moradia do campinense, que tem substituído a casa por um apartamento, agora tem que atender um número bem maior de famílias. Sobre isto o ambientalista Dr. Ramiro Manoel Pinto, em depoimento afirma:

Não há planejamento em relação ao Saneamento Básico, o esgotamento sanitário que foi projeto na década de 1960, está sendo praticamente sobrecarregado com um crescimento urbano desproporcional ao que foi projetado, em breve, haveremos de ver o colapso nos esgotos pelo excesso de carga, o que foi projetado para vinte casas, de repente surge 200 apartamentos, como dar vazão aos canos que não suportam esta carga? Vão estourar na certa. A questão o lixão de Campina Grande que foi transferido num processo nebuloso para o "lixão" de Puxinanã, que fica as margens do açude que já abasteceu a cidade em 1928, um absurdo colossal. O abastecimento da cidade, através do açude Epitácio Pessoa (açude de boqueirão) que vem apresentando problemas de recarga com as baixas quantidades de chuvas na região, possivelmente se não chover neste ano de 2014 acima da média estaremos passando novamente outra grave crise de abastecimento, como aconteceu há 15 anos... (RAMIRO, 2014)

¹⁷<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=250400&search=paraiba|campina-grande>
acesso em 05/09/2013

Os problemas acima referidos não denotam uma realidade exclusiva de Campina Grande. Afetam o país de uma forma mais geral e, em se tratando de abastecimento hídrico, atingem de forma mais grave o espaço do semiárido, no entanto, estes temas nem sempre ocupam a ordem do dia quando se trata de políticas públicas.

Apesar destes, entre outros problemas urbanos, o semiárido, no qual Campina Grande está inserido, agora é visto como um espaço diverso, o foco é deslocado da perspectiva do bioma Caatinga, que é exclusivamente brasileiro devido ao seu patrimônio biológico singular, e toma uma perspectiva internacional, pois regiões semiáridas existem em vários países, em diferentes continentes. Há algo em comum, uma identidade entre o ambiente brasileiro e o de outros países. O debate toma feições internacionais. O que será pontuado é que o espaço do semiárido brasileiro é o mais rico em diversidade do mundo, o mais habitado, e o mais chuvoso. Pesquisas paralelas dão conta dessa biodiversidade propondo o estudo do semiárido não como um todo homogeneizado, mas a partir de suas microrregiões geográficas, esta perspectiva foi sugerida por Vasconcelos Sobrinho desde a década de 1970, entre elas o brejo, o agreste, o carrasco, o cariri, o seridó e o curimataú (SOBRINHO, 1970, p. 74), pensando em seus diferentes contextos e em alternativas de convivência diferentes, considerando as condições naturais (variações climáticas e pluviométricas, vegetação, tipo de solo, entre outros) de cada microrregião.

O discurso que construiu o Nordeste brasileiro como uma região pobre, rural e atrasada na dicotomia Nordeste-Sul, muito forte e presente na sociedade atual, tem dividido espaço com o discurso de que é possível conviver com o semiárido de forma sustentável. No entanto, no que toca à identidade nordestina, esta permanece fortalecida em nível local e nacionalmente continua alimentando a discriminação que traz consequências graves para a população.

Uma discussão pertinente às imagens exibidas na mídia sobre o Nordeste pode ser pensada a partir de Simon Schama sobre a paisagem enquanto uma obra da mente que se compõe tanto de camadas de lembranças quanto de extratos de rochas. Escrever uma história possível das relações do ser humano para com a natureza perpassa por essas camadas de lembrança que habitam a história. Comparando as imagens do discurso produzido sobre o flagelo da seca e do

discurso resultante da convivência com o semiárido percebe-se o quanto a relação do ser humano com o seu meio é influenciada por uma série de aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais que o cercam e que tem os mais variados níveis de intencionalidade.

Um aspecto que foi menosprezado em ambas as construções do espaço em questão é o fato de que este era habitado muito antes de emergirem os discursos sobre as adversidades supostamente provocadas pela estiagem. As práticas das comunidades tradicionais não foram e ainda não tem sido levadas em consideração pelos pesquisadores que tentam encontrar “receitas” para a convivência “harmônica e simbiótica” com a região semiárida e seus núcleos de desertificação. Experiências como a da maior parte dos grupos indígenas em Pernambuco, que habitam o semiárido há um tempo considerável e aprenderam a lidar com as adversidades deste espaço, cultivando inclusive produtos com fundamentos na agroecologia, como é o caso dos Xukuru do Ororubá (Pesqueira e Poção), não são tão valorizadas quanto deveriam ser na formulação de políticas públicas para a região (SILVA, 2008).

Considerando o tamanho geográfico do semiárido brasileiro e as diferenças ambientais, culturais, econômicas, entre outras, é improvável que uma obra grandiosa atenda à população como um todo e mitigue os impactos das adversidades climáticas. O semiárido, ainda que pensado em um recorte mais hegemônico que o Nordeste, pelo menos em seu aspecto ambiental, tem que ser pensado de forma plural, tais quais as possibilidades de convivência com esse ambiente.

Ao analisarmos os mapas abaixo, percebe-se que a construção da paisagem nordestina se deu também em nível discursivo. Se sobrepusermos a área geográfica caracterizada como o polígono das secas em 1937 à área que atualmente é considerada o semiárido brasileiro, delimitada em 2005, ou ainda à área delimitada pelo IBGE como pertencente ao bioma Caatinga, poucas mudanças serão sentidas. O que vem se modificando na verdade é a relação do ser humano para com o meio ambiente e a forma como se pensam e se geram estas relações.

A figura 07, mapa bastante utilizado pelo Ministério do Meio Ambiente, notadamente pelo IBAMA, foi produzido pelo IBGE e faz um recorte do Brasil a partir de seus biomas. Pensar o Brasil a partir de suas variações de fauna, flora, clima

etc., é uma proposta que já era ponderada por Martius, viajante que escrevia sobre o país no século XIX. Atualmente, com o acúmulo de informações, principalmente com as imagens geradas pelos satélites, estes mapas tem contornos mais específicos e mais explicáveis pelo discurso científico.

A figura 08 se refere à delimitação geográfica do polígono das secas, instituído pela Lei 175 em 1936 (revisada em 1951 pela Lei 1.348) que “reconheceu o polígono das secas como a área do Nordeste brasileiro composta de diferentes zonas geográficas com distintos índices de aridez e sujeita a repetidas crises de prolongamento das estiagens.”

Nessas áreas ocorrem, periodicamente, secas que representam, na maioria das vezes, grandes calamidades, ocasionando sérios danos à agropecuária nordestina e graves problemas sociais, razão pela qual são áreas objeto de especiais providências do Poder Público.¹⁸

A figura 09 se refere à nova delimitação do semiárido brasileiro instituída em 2005 após estudo feito por um Grupo de Trabalho Interministerial e que considerou para a demarcação da área os seguintes critérios:

- I. Precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros;
- II. Índice de aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990;
- III. Risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990.

A partir de 2005, portanto, pode se caracterizar o semiárido brasileiro como sendo uma região de baixo índice pluviométrico, com má distribuição de chuvas, temperaturas altas, e alto grau de insolação. Sua vegetação predominante é a da Caatinga.

Encontram-se oficialmente inseridos no semiárido brasileiro 1.133 municípios, que juntos totalizam uma área de 982.563.30 km², situados quase que em sua totalidade nos estados do Nordeste do país, com exceção de municípios do nordeste do estado de Minas Gerais (região Sudeste do Brasil). Estima-se que vivam hoje nas regiões semiáridas brasileiras mais de vinte milhões de pessoas, o que significa que aproximadamente 47% das pessoas que vivem no Nordeste, estão inseridas nessa região.¹⁹

¹⁸ <http://www.lfg.com.br> acesso em 03/01/2012.

¹⁹ http://www.dnpm.gov.br/mostra_arquivo.asp?IDBancoArquivoArquivo=3194 acesso em 03/01/2012.

FIGURA 07- Mapa dos Biomas Brasileiros²⁰FIGURA 08- Mapa do polígono das secas²¹

²⁰ fonte: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=169 acesso em 05/02/2012.

²¹ fonte: <http://educacao.uol.com.br/geografia/seca-no-nordeste-desmatamento-e-politicas-ineficazes-sao-agravantes.jhtm>. acesso em 05/02/2012.

FIGURA 09- Mapa do Semiárido Brasileiro²²

Notadamente nas duas últimas décadas o número de pesquisas sobre o semiárido tem crescido tanto nos órgãos governamentais que tratam do assunto, quanto nas universidades. A temática sobre a convivência com este espaço de forma sustentável tem atraído olhares de pesquisadores e investidores. Como exemplo cite-se o projeto das cisternas, estimulando a agricultura de subsistência e inserindo o Nordeste brasileiro no debate sobre segurança alimentar, preocupação constante das Nações Unidas; o desenvolvimento de pesquisas sobre o algodão colorido da EMBRAPA Campina Grande-PB, as mandalas e experimentos de agroecologia nas propriedades do semiárido, as barragens subterrâneas, pesquisas sobre melhoramento genético de rebanhos, entre outros.

Estas pesquisas mudaram a paisagem do entorno de Campina Grande e a forma como o ser humano se relaciona com o meio. Algodão colorido, fazendas

²² fonte : <http://www.asabrasil.org.br> acesso em 05/02/2012.

agroecológicas, mandalas convivem em meio à recuperação da vegetação nativa devido ao abandono de propriedades por pessoas que, dentre outros fatores, temem a violência cada vez mais presente no espaço rural ou não conseguem competir com o agronegócio.

Com a perspectiva de convivência com o Semiárido, outro discurso que dialoga diretamente com o Louzeiro, este espaço ganha maior importância no âmbito da preservação, pois a riqueza da Caatinga é apontada concomitantemente à fragilidade do bioma e do abastecimento hídrico no semiárido.

No fim da década de 1980 e início da década de 1990, o Brasil vivia a redemocratização, Campina Grande, sob o governo do Prefeito Ronaldo Cunha Lima passava por um processo de busca pela modernização e progresso com intensas transformações na sua paisagem. Estas alterações foram estimuladas por um projeto estético paisagístico e pela postura de alguns intelectuais participantes do movimento verde da época, visando tornar o centro urbano um espaço mais agradável. Foi no início da década de 1980 que foi construído o Distrito dos Mecânicos, com o objetivo de deslocar as oficinas que se localizavam no Centro e proximidades, dando um tom de cinza à cidade, para um lugar mais afastado, criado especificamente para abrigá-las. Também nesta década foi construído um horto com o intuito de melhor arborizar o espaço urbano e a paisagem ganhou novos contornos. Estas ações se iniciaram na gestão do Prefeito Enivaldo Ribeiro (1977-1983) e estão inseridas no Projeto Cura (I, II e III), cujo mapeamento das principais atividades encontra-se em anexo (anexo 03) buscavam atender às necessidades da população da cidade que já estava em amplo crescimento desde a década de 1960, quando do início da canalização do riacho das Piabas, para ampliação gradativa da malha viária, impermeabilizando o solo e derrubando árvores para atender demandas de expansão do espaço urbano.

Entre as décadas de 1980 e início da década de 1990, os gestores de Campina Grande, sob os governos de Enivaldo Ribeiro (1977-1983), Ronaldo Cunha Lima (1983-1989), Cássio Cunha Lima (1989-1992) e Felix Araújo Filho (1993-1996) tiveram uma sensibilidade mais aguçada para com a preservação do meio ambiente. As campanhas e ações do movimento ambientalista na cidade começavam a dar retorno. Na ânsia de se inserirem no debate nacional, a Secretaria de Meio Ambiente, a primeira do município, criada em 1993, cujo secretário era Hermano

Nepomuceno, na gestão do Prefeito Felix Araújo Filho, demonstrava grande interesse na recuperação das áreas degradadas do Louzeiro. Sobre isto, o professor Hugo Vieira, em depoimento, afirma:

No período que vivi em Campina Grande havia sim uma vontade de alguns técnicos do poder público municipal em transformar o Louzeiro em um horto e assim recuperá-lo e protegê-lo, ainda nos idos da década de 1993 – 1996. Neste período não tenho conhecimento de um documento formalizado, pois eu era apenas um estagiário da Secretaria de Meio Ambiente de Campina Grande, na gestão do Prof. Hermano Nepomuceno (HUGO VIEIRA, 2013).

O Código Florestal (Lei 4.771 de 15 de setembro de 1965) vigente na época e o Código de Águas (Decreto 24.643 de 10 de julho de 1934) garantiam a proteção ao local, considerando vários aspectos: a existência de fontes de água, a biodiversidade, a declividade do terreno entre outros. O que atenderia à legislação sendo uma reserva legal de uma propriedade rural, já não era compatível com a caracterização do espaço como urbano. Criou-se então a zona de proteção do Louzeiro. O sítio Louzeiro, tão presente na memória dos moradores, passa a conviver discursivamente com outra construção: a da mata, cuja criação foi oficializada pela Lei Orgânica do Município em 1990.

Marco Vidal, biólogo que integrava a Secretaria do Meio Ambiente na década de 1990, afirma que a equipe ressignificou o espaço com vistas à preservação. A mata foi então inventada para se alinhar com um discurso ambiental internacional, alimentado por vários discursos nacionais, dentre eles o jurídico.

1.5- A legislação federal que fundamentou a invenção da Mata do Louzeiro

Um aspecto muito importante ao se considerar a promulgação do Código Florestal de 1965 é o momento que o Brasil vivia. O golpe militar de primeiro de abril de 1964, que colocou Castelo Branco no poder, ainda não tinha se delineado bem quando da promulgação da Lei, em setembro de 1965, no entanto, o Congresso já trabalhava em um ritmo mais acelerado devido ao artigo quarto do Ato Institucional. Foi neste ritmo mais acelerado que, no prazo de 60 dias, foi discutida e aprovada a reforma do Código Florestal de 1934 (IGARI A. T.,2011). Como resultado, temos a Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965.

Art. 4º - O Presidente da República poderá enviar ao Congresso Nacional projetos de lei sobre qualquer matéria, os quais deverão ser apreciados dentro de trinta (30) dias, a contar do seu recebimento na Câmara dos Deputados, e de igual prazo no Senado Federal; caso contrário, serão tidos como aprovados(Ato Institucional - 09/04/1964).

A lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, também conhecida como Código Florestal de 1965, tem uma percepção diferente para com o meio ambiente. O Código anterior, o de 1934, percebia o meio ambiente como fonte infinita de recursos naturais, e tinha por foco maior a regulamentação de quem podia explorar estas fontes e como deveriam ser exploradas. 1965 se insere em uma década (1960) na qual o mundo está em crise, em um constante repensar de paradigmas, inclusive o repensar ambiental. Movimento hippie, movimentos estudantis, entre outros, uma inquietação tomou conta da sociedade. As pessoas foram às ruas, levaram suas reivindicações, bradaram seus direitos. Na seara ambiental, surgem as grandes ONGs, emerge a preocupação com os agrotóxicos e uma série de questões tais como o combate à poluição, entram em cena como prioritárias. É neste contexto que o Código é promulgado.

Ele dialoga com a situação na qual Campina Grande vive em 1990, quando da invenção da Mata do Louzeiro, legitimando a sua criação, quer pela declividade do terreno, pelo fato de ser topo de morro, quer pela presença de nascentes, ou pela presença do curso do rio, ou ainda pelo parcelamento do solo.

Outra fonte jurídica utilizada para legitimar a instituição da zona de proteção no Louzeiro é o Código de Águas de 1934. Este fundamentado mais diretamente na proteção das nascentes e dos cursos d'água. Em anexo (Anexo 04) segue um mapeamento dos artigos do Código Florestal de 1965 e do Código das Águas de 1934 que legitimaram a instituição da zona de proteção no Louzeiro.

Estes foram o cenário, os debates políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, os discursos e as condições de possibilidade que nos permitiram afirmar a “mata do Louzeiro” como uma invenção. Uma ruptura discursiva que se alinhava com o discurso ecológico emergente, que tentava dar visibilidade ao espaço mostrando a riqueza do ecótono e que tentava, através de políticas públicas, ampliar as ações para que elas saíssem dos liames discursivos, modificando efetivamente o cenário do Louzeiro.

Encerramos este capítulo com uma fala do Professor Hugo Vieira que bem ilustra o olhar de muitos que hoje militam em prol da preservação do espaço, falando sobre o período posterior a 1985:

A partir de 1986 não visitei mais a área do Louzeiro, que já se encontrava muito antropizada e assediada por moradores dos bairros que o cercam com retirada de madeira para fogueiras nativas e oriundas da derrubada das fruteiras existentes. Não me lembro de ter visto nenhuma iniciativa da população em relação à preservação nesta época. Só assistiam à decadência das fazendas: de Sr. Biró e a de Dr. João Ribeiro... (HUGO VIEIRA, 2013).

Capítulo II

2- Louzeiro – Paisagem:

O que é uma mata? A construção de um significado

O rio que fazia uma volta
atrás da nossa casa
era a imagem de um vidro mole...

Passou um homem e disse:
Essa volta que o rio faz...
se chama enseada...

Não era mais a imagem de uma cobra de vidro
que fazia uma volta atrás da casa.
Era uma enseada.
Acho que o nome empobreceu a imagem.

Manoel de Barros

2.1- As dicotomias sítio-fazenda e mata-floresta

A mata, criada legalmente em 1990, só lentamente emergiu na percepção dos moradores do entorno do Louzeiro, que passaram a ter outro de tipo de relação com aquele espaço. As relações anteriormente estabelecidas percebiam o espaço como um sítio, uma pequena propriedade rural, passível de exploração pelo ser humano para a subsistência. Nesta acepção algumas atividades como a caça, a pesca, a retirada de argila e de lenha, a livre criação de animais, entre outras práticas, eram consideradas comuns. Com a instituição da zona de proteção, estas práticas estavam proibidas, se transformaram em crime contra o meio ambiente, passíveis de punição pelas autoridades, no entanto, esta medida não foi suficiente para inibi-las.

Algumas construções linguísticas valem a reflexão por nominarem o Louzeiro. Nos referimos aos conceitos de mata, floresta e sítio. Para melhor compreendermos estes conceitos e as transformações que seus significados sofreram ao longo da história nos guiaremos um pouco pela linguística.

Inicialmente cabe uma reflexão, partindo dos estudos de Ferdinand de Saussure²³, sobre os signos. Saussure decompôs o signo em dois termos: significante e significado. Da equivalência entre estes resulta o signo. Para esta linguística o significante é a forma gráfica mais o som, a imagem, como afirmou Albuquerque Junior (2013, p. 26)²⁴ e o significado é o conceito, sendo o signo o resultado de uma articulação da imagem com o conceito. Assim, esta relação significante – significado permite uma mobilidade grande entre ambos. Usando o exemplo do próprio Albuquerque Júnior “o escravo é um conceito que pode ser utilizado para nomear distintos significantes” (2013, p.27). Outro exemplo utilizado pelo autor, bastante ilustrador é o da capoeira, cujo significante não variou historicamente, mas o significado sim, enquanto no século XIX era considerada uma atividade ilícita, um ato de violência, com os deslizamentos de sentido ocorridos ao longo do tempo, hoje capoeira designa uma dança, uma arte marcial ou um jogo (2013, p.26).

É partindo das reflexões de Saussure sobre os signos linguísticos que tentamos compreender inicialmente, o que foi a construção imagética de um sítio para os moradores do Louzeiro e de seu entorno. O conceito da palavra sítio foi construído em contraposição ao da palavra fazenda (que se referia a uma propriedade maior), para designar uma pequena propriedade de terra, normalmente usada para a lavoura, exploração dos seus recursos naturais, ou lazer.

Sob este aspecto Hugo Vieira afirma:

Nasci... em 1966, próximo ao Louzeiro... O Louzeiro nesta época estava em total atividade na produção de culturas alimentícias e criação de gado. Uma plantação de hortaliças ao redor do açude principal chamava a atenção de quem ia lá comprar tais produtos. Na parte jusante ou na revença do açude muitas lavadeiras de roupa, que pagavam uma taxa ao proprietário (Sr. Biró), para lavar roupas de ganho (como se chamava antigamente). Havia também a atividade de se pagar para pescar no açude tipo: pesque e pague. No entanto era proibido entrar na propriedade sem permissão, mas já havia um assédio nas frutas e no açude e na caça por moradores da redondeza. Jovens e adultos. (HUGO VIEIRA, 2013)

Nesta descrição Hugo retrata a visão, a imagem que a população tinha do Louzeiro até 1990, quando ocorre a invenção legal da mata.

²³ SAUSSURE, F. de. **Curso de lingüística geral**. 2ª. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

²⁴ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920-1950)**. São Paulo: Intermeios, 2013

Mesmo depois de 1990, em ano bem recente, em trabalho já referenciado no capítulo 01, Veneziano Guedes, publica um artigo na Revista de Biologia e Farmácia da UEPB, cujo título era: *Impactos antrópicos e integridade ecológica no Sítio Louzeiro*. Ao ser questionado sobre o título, já que se tratava de um texto publicado em 2009, o autor afirmou em depoimento:

eu publiquei em 2011 mas eu fiz os estudos em 2003... naquele tempo a gente conhecia como um sítio mesmo, não era? E a orientadora achou melhor deixar como as pessoas conheciam na época não é? Eu ainda disse olha, vamos colocar a mata, ela disse não, vamos colocar o sítio porque a mata é só teoria e o sítio está na compreensão das pessoas (VENEZIANO GUEDES, 2014)

Nesta fala, Guedes reforça o que discutimos no capítulo 01: A mata foi inventada discursivamente e apenas lentamente, através de pessoas envolvidas com o discurso ambiental, foi se incorporando ao imaginário da população que habita(va) o espaço e seu entorno e codifica(va) o Louzeiro ainda como sítio.

Sobre esta invenção da mata, vale uma reflexão não menos importante do ponto de vista epistemológico. O texto legal, citado no capítulo 01, se refere à floresta Louzeiro, mas ambientalistas, intelectuais, moradores envolvidos com a *Articulação pela revitalização das nascentes do riacho das Piabas*, usam o termo mata para designar o Louzeiro. No discurso jurídico ambiental não há distinção dos dois termos, são sinônimos, mas a construção imagética da população parece ainda fazer uma distinção já questionada por ambientalistas e por muitos estudiosos do assunto.

Em um ensaio publicado em 2005, Fernando Costa Straube analisou o assunto explicando que a distinção se deve a uma interpretação equivocada feita por Ralph Hertel:

A vegetação brasileira absolutamente não conhece a mata, falando em termos técnicos da botânica. É particularidade interessante lembrar a origem gótica do termo, cuja forma original é maitan. Esta origem explica também o conceito limitativo quanto ao número de espécies: uma ou poucas. Aí está a mais clara diferença entre a mata e a selva ou floresta, cujas árvores são pertencentes a grande número de espécies (HERTEL, 1969).

Straube considerou que esta publicação gerou a interpretação de que a floresta estava vinculada a uma maior diversidade biológica enquanto que a mata

era aplicável a locais com poucas espécies de árvores. Inconformado com esta diferença, Straube localizou em um artigo de Francisco Assis Cintra datado de 1920, publicado na Revista do Brasil, a referência abaixo:

Matto e matta ou mato e mata?

Mato e mata originam-se do germanico. No fallar dos godos havia o vocabulo Mait que significava cousa inculta, espessa, basta. A um fogo de chammass largas, movediças, altas, diziam os godos e visigodos: brasmaid. Quando queriam exprimir a acção de enredar, diziam - maiten(appondo o suffixo verbal en). Para exprimir o contrario, isto é, desbasta, diziam - maitan(appondo o suffixo verbal privativo an).

Assim, tanto mato como mata apenas tem um t, porque se derivam do gothico mait, observando-se a queda do i medio pela syncope e o acrescimo da terminação substantiva o, a.

gothico - mait mat = mat + o = mato
mat = mat + a = mata

No latim barbaro já se encontra, de proveniencia gothica, a palavra escripta com um só t, como se poderá verificar no vol.I, pg.374, da Portugaliae Monumenta Historica, numa doação de Affonso Henriques: - "et intra in illa aqua ladeia usque iso illo ulmar et fert in mata furata (CINTRA, 1920)."

Depois de uma exaustiva consulta em verbetes, que incluíram várias línguas, Straube concluiu que não há explicação plausível para a diferença entre mata e floresta. Para tal afirmação ele se ampara nos principais dicionários que propõem uma palavra como sinônimo da outra e no veredito do botânico João Angely (1959):

Mata - a) Grande extensão de terreno em que crescem árvores silvestres. b)O conjunto do arvoredo que cobre esse terreno. c) Árvore ou arbusto. Sin. Arboreto. - Unheira. - Bosque. - Selva. - Vinheiro. (R.G. do Sul).(Angely, 1969)". Para o verbete "Floresta", além de tópicos repetidos, dá como sinônimo: "c) Mata."

Avaliamos o debate sobre as aproximações e distanciamentos epistemológicos entre mata e floresta cabíveis por que a construção imagética das pessoas ainda se fundamenta na diferença pela quantidade de espécies. Por isso, apesar do texto se referir a uma floresta, a falta da devida valorização das espécies endêmicas da Caatinga, aliada ao fato de que esta compõe grande parte da vegetação do Louzeiro, remete a uma construção imagética de mata, no sentido de limitar, de desvalorizar o local. Ela tem por inspiração a construção imagética do meio ambiente alimentada pela mídia televisiva e pelos programas relacionados ao tema. A mídia alimenta uma imagem de floresta com árvores verdes e altas, clima quente e úmido, que não tem como corresponder às imagens da Caatinga. Esta construção influencia na forma como as pessoas, sentem, percebem e se

relacionam com o ambiente. Há uma percepção de que o bioma é pobre, sem muitos recursos naturais para oferecer, limitado.

As fotos abaixo foram tiradas no Louzeiro, uma em estação chuvosa e outra em estação seca. A imagem da Caatinga é peculiar, a mata é baixa, com poucos exemplares que dão sombra, a vegetação é fechada, dificultando a entrada e exploração do ambiente, presença de muitas cactáceas e a mudança de cor, devido à queda das folhas no período mais seco, completam a imagem de uma vegetação que é chamada de mata em contraposição à construção imagética da floresta, principalmente da floresta tropical.

Figura 10 – Louzeiro: estação chuvosa



Figura 11- Louzeiro: estação seca

Louzeiro: Estação chuvosa. Foto: Rozeane Lima, maio de 2012



Louzeiro: estação seca. Foto: Rozeane Lima, outubro de 2012

Felizmente nem os discursos nem a natureza são imóveis, engessados ao ponto de se darem por acabados pelos conceitos validados e legitimados historicamente. Conceitos deslizam, nem sempre dão conta de transformações, de rupturas, tem que ser reelaborados, deslocados, desconstruídos, reconstruídos para atender às novas conjunturas, aos novos discursos que se sucedem. Assim também é a natureza, ela não se dá por acabada, desliza, está sempre se construindo, desconstruindo, reconstruindo. Estas fotos do mesmo espaço, quase do mesmo ângulo são exemplo das transformações que, por mais que pareçam apenas naturais, tem o toque humano.

2.2 - Paisagem urbana de Campina Grande - a construção cultural da natureza

Como um elemento culturalmente construído, a paisagem urbana pode ser compreendida a partir de aspectos naturais e socioculturais. Simon Schama, no entanto, nos advertiu que “a atuação dos vários ecossistemas que sustentam a vida no planeta independe da interferência humana, pois eles já estavam agindo antes da caótica ascendência do Homo sapiens. Mas... nos custa imaginar um único sistema natural que a cultura humana não tenha modificado substancialmente, para melhor ou para pior”. (SCHAMA, 1996, 17). Vivemos, portanto, em um mundo completamente modificado pelo ser humano, irreversivelmente transformado.

Este trabalho dialoga com duas camadas de memória enunciadas por Simon Schama: a camada natural, que nos parece inacessível, devido não apenas à interferência humana nos ecossistemas, mas também devido à bagagem cultural que levamos para onde quer que estejamos; e a camada cultural, construída a partir das nossas vivências, das nossas práticas, da nossa percepção de mundo. Schama ainda propõe uma escavação para uma camada da paisagem mítica, que não é o nosso objeto de investigação neste trabalho.

A cidade é um ambiente construído para atender às demandas crescentes da população. Quando se trata de planejamento e manutenção do espaço urbano, mais especificamente de aspectos relacionados à paisagem natural, verificamos que o acesso às áreas verdes tem sido relegado a um segundo plano. Esta atitude se faz sentir nos dias atuais em muitas cidades brasileiras, dentre as quais Campina Grande, seja pelo déficit de árvores, seja pela forma de apropriação desta

vegetação. No caso específico de Campina Grande, há um agravante que é o fato de termos um solo cristalino e raso, que impede o crescimento das raízes e, conseqüentemente dificulta a presença de árvores de grande porte no seu espaço urbano.

A paisagem urbana foi e ainda é construída para atender às necessidades da sociedade em cada momento, que, em geral, não prioriza a preservação dos recursos naturais e a função que a vegetação urbana e os demais elementos naturais deveriam cumprir neste espaço. Como consequência, as cidades ficam mais insustentáveis, necessitando ser abastecidas por recursos advindos de outros espaços. Um exemplo é o fornecimento de água de Campina Grande: a cidade desde o fim da década de 1960 vem sendo abastecida pelo Açude Epitácio Pessoa, localizado na cidade de Boqueirão, o que implica em custos adicionais para garantir à população o acesso a este recurso.

No vídeo de Carlos Magno Marcelo de Lacerda, já referenciado anteriormente, que organiza fotos da cidade por décadas, desde 1910 a 2013, percebe-se que a arborização urbana não era prioridade dos gestores. A cidade tem um déficit arbóreo que não é recente e, apesar da criação do horto no projeto Cura no fim da década de 1970 e início de 1980, durante a gestão de Enivaldo Ribeiro, com a finalidade de arborizar os espaços públicos e ornamentar as praças; esta situação se agravou exatamente a partir da década de 1980 com a divulgação do evento anual “*O maior São João do mundo*” gestão de Ronaldo Cunha Lima, em 1983 e a prática de acender fogueiras nas noites dedicadas às comemorações dos dias de Santo Antônio nos dias 11 e 12 de junho, São João nos dias 23 e 24 de junho e São Pedro nos dias 28 e 29 de junho. Associando esta prática ao Louzeiro, Veneziano Guedes, afirma:

A vegetação nativa era muito expressiva, mas foi tudo dizimado, na verdade, naquela década entre 1980 e 1990 existia aqui uma tradição de fazer fogueira de São João e eu me recordo que, à maneira daquelas formigas roçadeiras, que antes da chuva, elas se encaminham uma atrás da outra, cada uma com uma folha maior do que pode levar, a essa semelhança era toda população, pelo menos da rua que eu morava, era como se fosse uma competição para ver quem fazia a maior fogueira e quem derrubava a maior árvore... (VENEZIANO GUEDES, 2014)

Sobre fogueiras, o problema foi se agravando na medida em que sua prática, amparada em um discurso de ‘tradição’ se ampliava ano a ano após 1983. Prática ilícita, com previsão legal de punição. Antônio Ribeiro, em texto publicado no site JusBrasil ²⁵ que se fundamenta em publicação da Associação do Ministério Público da Paraíba, e refletindo sobre uma atitude do Promotor José Eulâmpio Duarte, em 2010, enfatiza o requerimento do Ministério Público para a proibição de fogueiras em asfaltos, árvores, logradouros e até 200 metros de aproximação de estabelecimentos públicos ou privados. Um dos fundamentos é o Artigo 100 do Código Municipal de Defesa do Meio Ambiente, além da Constituição Federal. “De acordo com o promotor José Eulâmpio Duarte, apesar da fogueira junina ser parte da tradição, o procedimento está proibido no município desde 1927, através do Código de Posturas”

Unindo-se ao desmatamento provocado pela busca de lenha para as fogueiras, havia uma demanda pela abertura de vias para os carros. Em 1965, no governo de Williams Arruda (1964-1969) a cidade começou a canalizar o riacho das Piabas, conforme indica o documento abaixo, retirado da Roteiro, Revista da Universidade Regional do Nordeste, Ano I, n 2, de 1967 que versava sobre desapropriações em partes ressecadas em decorrência das obras de saneamento para a construção do Canal da Piabas, que tem fontes no Louzeiro, a única fonte de água doce de Campina Grande, e ampliou gradativamente a malha viária, impermeabilizando o solo e derrubando árvores para atender demandas de expansão do espaço urbano. Com esta canalização, Campina Grande segue o exemplo da maior parte das cidades brasileiras que optou por esconder seus rios, ao invés de recuperá-los.

Sobre este tema Regina Horta Duarte, e Yuri Mesquita, em um programa da rádio UFMG (104.5) intitulado *As quatro estações*, programa este que integra as atividades do grupo de pesquisa *História e Natureza*, e cuja gravação do áudio está disponível no Youtube no canal *As4estações#15 Rio Tâmis*²⁶, reflete sobre a importância dos rios para algumas cidades, pontuando que no Brasil há um

²⁵ <http://amp-pb.jusbrasil.com.br/noticias/2209042/mp-pede-fim-das-fogueiras-durante-festas-juninas> acesso em 03/09/2013

²⁶ Rio Tâmis. Roteiro: Yuri Mesquita e Regina Horta Duarte. Minas gerais: As Quatro Estações, 2014. Duração: 4:08min. Áudio: português. <http://www.youtube.com/watch?v=yyl3Yzm3hrk> acesso em 03/02/2014

consenso em se canalizar, em se esconder os rios urbanos, sujos e poluídos, com o concreto. Na região semiárida, onde o volume das águas dos rios é menor e muitos sequecer são perenes, esta tendência é recepcionada com muita frequência. Refletindo sobre o tema deste programa: a revitalização do rio Tâmis e também sobre a canalização dos rios do semiárido, Marco Vidal, analista ambiental do IBAMA, em entrevista, afirma :

A questão do Tamisa, acho que o grande diferencial é o volume de água mesmo. Não tem como esconder aquele volume de água, tinha de se fazer alguma coisa para a sujeira não ficar tão exposta. Um volume de água que é menor, bem menor, então de repente fica mais fácil canalizar a sujeira para lá, mas eu acho que o que compromete muito é a cultura de desperdício mesmo, você tem toda uma planta hidráulica copiada de regiões onde o recurso hídrico é o mais abundante, então tenta se reproduzir aquilo onde o recurso hídrico é escasso, uma matriz hidráulica de um lugar onde tem abundância de água, e isso reforça a cultura de que água é abundante e reforça uma postura de desperdício da cidadania e da sociedade como um todo. Indústrias, estabelecimentos comerciais, residências todo mundo desperdiça água, a própria empresa que é responsável pela gestão das águas desperdiça porque tem uma rede de distribuição aquém do que devia ser, essa rede desperdiça (MARCO VIDAL, 2014).

Em sua fala Marco Vidal deixa claro que, somando-se à insegurança hídrica, à irregularidade em um regime pluviométrico, como fator agravante da situação crítica de abastecimento de água que Campina Grande enfrenta com frequência, associa-se também a gestão dos recursos hídricos, as políticas públicas voltadas para o tema, e a falta de um trabalho de educação ambiental que conscientize a própria população para um consumo consciente.

Campina Grande tem a sua história associada ao açude Velho, que era uma lagoa natural alimentada pelo riacho das Piabas. Duarte e Mesquita, discorrem sobre o Rio Arrudas e seus afluentes em Belo Horizonte e, comparando com o Rio Tâmis em Londres, motivo de orgulho para a cidade, cuja Prefeitura e sociedade civil iniciaram as ações de recuperação na década de 1950, afirmam: “Belo Horizonte tem optado pela canalização dos seus rios, tentando esconder debaixo do concreto a sujeira e a poluição consequentes de seu uso imprevidente por tantas décadas”(DUARTE, R.H. e MESQUITA, Y., 2014).

Campina Grande faz a mesma opção que Belo Horizonte e muitas cidades brasileiras, escondendo gradativamente desde 1965 os seus rios e afluentes,

também sujos e poluídos, mas que integram a bacia do Rio Paraíba, importante fonte hídrica para o semiárido paraibano e cujas águas tem os mais variados fins.

Nas décadas de 1980 e 1990 destaca-se na cidade o crescimento da construção civil. Essas mudanças provocaram alterações no microclima e na paisagem, afetando de maneira direta a qualidade de vida da população que, com maior frequência, tem enfrentado problemas como enchentes, poluição do ar, poluição sonora, e perda da biodiversidade. Todas estas transformações no espaço urbano favorecem a compreensão do Louzeiro como um espaço importante para a preservação. A canalização do riacho das Piabas, cujas fontes também se localizam no Louzeiro, a ampliação da malha viária e a derrubada de árvores resultante deste processo, a demanda por madeira para fogueiras, dialogam não apenas com a necessidade de se preservar as fontes do Louzeiro, que foram sendo aterradas, mas também com a busca por um ambiente harmônico e que atenda ao texto legal pautado nas demandas dos ambientalistas e da sociedade desta época.

Figura 12- Revista Roteiro- URNE- Riacho das Piabas

LEI MUNICIPAL N.º 18, DE 3 DE FEVEREIRO DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade pública e fazer doação de terrenos e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE,

Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação, os terrenos, com suas respectivas benfeitorias, existentes às margens e no prolongamento do "Açude Velho", na parte ressecada em consequência de obras do saneamento executadas para a construção do Canal das Piabas.

Parágrafo Único — Na área resultante das desapropriações autorizadas nesta Lei, conjuntamente com outras de propriedade do Município, ali igualmente existentes, até o total de 5,4 hectares (cinco hectares e 4 metros), são doados à Fundação Universidade Regional do Nordeste, criada pela Lei Municipal nº 23 de 15 de março de 1966, para edificação de unidades de ensino e de pesquisas da mesma Fundação, lavrando-se a competente escritura pública logo após terminado o levantamento das áreas objeto da doação.

Art. 2º — É o conjunto urbanístico "Açude Velho", integrado pela

bacia hidráulica e suas margens, inclusive as áreas ora doadas, declarado como PARQUE UNIVERSITÁRIO, completando-lhe o Poder Executivo e urbanização, dentro dos planos já traçados, com as modificações consideradas necessárias.

Parágrafo Único — Em nenhuma hipótese e sob qualquer pretexto a Universidade Regional do Nordeste poderá cercar a área que lhe é doada, podendo, apenas, delimitá-la com cercas vivas, mas deixando sempre acesso franco ao público, e se obrigando a implantar, na mesma área, jardins, bosques, alamedas e bancos para uso da população.

Art. 3º — A bacia hidráulica do "Açude Velho" não poderá ser aterrada, parcial ou totalmente, sob qualquer pretexto.

Art. 4º — Para ocorrer às despesas com indenização por desapropriações, obras de urbanização e correlatas, o Prefeito Municipal poderá abrir o crédito especial de Cr\$ 6.000.000 (seis milhões de cruzeiros).

Art. 5º — Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande, 3 de fevereiro de 1967.

WILLIAMS ARRUDA
Prefeito

FIGURA 13 – Trecho urbano da canalização do Riacho das Piabas



Trecho urbano do riacho das Piabas, cujas fontes estão também no Louzeiro, canalizado desde 1965. Foto Cristian Costa, maio 2013.

Os estudos sobre plantas exóticas e invasoras e o seu potencial de destruição da biodiversidade local ainda eram muito iniciais, portanto, em nome do que historicamente se considerava belo, muitos fícus foram plantados nas calçadas e lugares públicos, dentre várias outras espécies exóticas. Atualmente é visível a preocupação da cidade com o plantio das mudas nativas nos canteiros e demais espaços públicos, embora esta concepção ainda não tenha atingido a grande maioria dos cidadãos campinenses. Marco Vidal retratou bem isso ao trabalhar no sentido de arborizar a cidade na década de 1990, quando membro da Secretaria de Meio Ambiente:

Cada ciclo político, de acordo com as possibilidades e conveniências do tempo, plantou as árvores. Como no tempo que fizeram com a algaroba entendeu? Que tinha disponibilidade de algaroba e plantou algaroba pela cidade toda, só que é uma árvore que não é adequada para arborização urbana, teve tempo de ser flamboiã, castanhola e quando agente tava na Secretaria de Meio Ambiente era uma coisa assim muito angustiante, diariamente gente pedindo para tirar árvore, ninguém ia lá pedir muda (MARCO VIDAL, 2014).

Contribuindo para a desarborização da cidade, a aquisição de automóveis fez com que não apenas os espaços públicos fossem repensados, como também os privados. árvores foram retiradas para construção e acesso de garagens e para ampliação da malha viária urbana.

Nas duas últimas décadas, entre 1990 e 2010 houve um considerável aumento na frota de veículos, entre os anos 2000 e 2010, por exemplo, a taxa anual de crescimento da frota ficou na média de 9,24% ao ano segundo tabela divulgada pelo DENATRAN. Isto provocou a intensificação de ações na cidade, dentre elas a impermeabilização do solo, derrubada de árvores e canalização dos rios em seus trechos urbanos, aumentando o risco de catástrofes já bem conhecidas do público em geral, divulgadas pelos vários meios de comunicação, tais como as enchentes e os desmoronamentos. Registra-se, no ano de 2011, uma das maiores enchentes da história da cidade, quando o riacho das Piabas, logo após passar pelo Louzeiro, cujo trecho não é canalizado, transbordou. No vídeo postado por Rui Santos em 03/05/2011²⁷, constam imagens do dia 03 de maio de 2011, do trecho no qual o riacho das Piabas começa a ser canalizado, na sua entrada na zona urbana de Campina Grande, local conhecido como *Ponto do Cem Réis*.

O que contribuiu para o aumento da frota de veículos foi a redução de impostos e a facilidade nas condições de pagamento. Há uma popularização do automóvel como meio de transporte eficaz no Brasil atual, sem que em contrapartida haja investimento no transporte público seja ferroviário, seja rodoviário, para que haja uma melhoria na prestação de serviço à comunidade.

Ao pensarmos em uma cidade, imaginamos a possibilidade de ter bem estar e qualidade de vida, para tanto é necessário o acesso a bens naturais essenciais, entre os quais a água é um dos mais importantes. Com a malha viária em plena expansão para tentar fluir um trânsito caótico, a canalização dos rios urbanos é cada vez mais frequente. Escondemos por baixo de asfalto e concreto um dos recursos naturais mais cobiçados do semiárido brasileiro.

Segundo estudos de Ivan Coelho Dantas (2004)²⁸, o déficit arbóreo de Campina Grande é de aproximadamente 700 mil árvores. Visualizamos vários aspectos que tem levado a esse passivo: crescimento desordenado da cidade e a

²⁷Enchente no ponto de Cem Réis em Campina Grande Pb.2011. Acessado em 03/09/2013/ disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=vgSOil9skX8&list=PLF26B52AA119B9F53> acesso em 03/09/2013

²⁸ DANTAS, Ivan Coelho & SOUZA, Cinthia Maria Carlos. **Arborização urbana na cidade de Campina Grande – PB; inventário e suas espécies**. Revista de Biologia e Ciências da Terra. Campina Grande PB, v.4, n.2, 2004.

ausência de estudos interdisciplinares capazes de direcionar novas estratégias para melhor qualidade de vida dos seus habitantes (RAYNAULT, 2010). Ao considerar estes dados para avaliar a paisagem urbana compreende-se melhor a importância da preservação do Louzeiro para a cidade do ponto de vista da qualidade de vida ambiental. Por ser uma área verde incrustada na cidade, o Louzeiro contribui para o equilíbrio do microclima, absorção de carbono e no ciclo hidrológico (com absorção de água pelo subsolo e evaporação para a atmosfera).

Figura 14 - Frota de Veículos da Paraíba



ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

FROTA DE VEÍCULOS - PARAÍBA						
ANO	ESTADO	JOÃO PESSOA	CAMPINA GRANDE	CRESCIMENTO ANUAL		
				ESTADO	JOÃO PESSOA	CAMPINA GRANDE
2000	257.279	100.427	47.508			
2001	283.963	108.930	52.298	10,37%	8,47%	10,08%
2002	309.929	117.053	57.206	9,14%	7,46%	9,38%
2003	336.333	124.884	61.509	8,52%	6,69%	7,52%
2004	361.153	131.573	66.173	7,38%	5,36%	7,58%
2005	390.967	139.650	71.154	8,26%	6,14%	7,53%
2006	434.681	151.805	77.881	11,18%	8,70%	9,45%
2007	487.763	167.336	85.423	12,21%	10,23%	9,68%
2008	553.945	186.896	94.968	13,57%	11,69%	11,17%
2009	623.737	207.868	104.274	12,60%	11,22%	9,80%
2010	709.628	234.014	115.014	13,77%	12,58%	10,30%

CNPJ 09.188.376/0001-46 – Rua Emília Batista Celane, 5/N – Mangabeira VII
João Pessoa/PB CEP 58058-280 – Fone (83)3216-2500 – www.detrans.pb.gov.br



No Brasil a paisagem como algo cênico, como uma obra de arte abstrata, toma fôlego com a difusão dos projetos do renomado arquiteto Burle Marx, que muito influenciou o olhar estético para as plantas e os elementos naturais como

componentes de um grande jardim, manipulado no sentido de agradar aos olhos atendendo às demandas de seu tempo. Em Campina Grande não apenas os conceitos de Burle Marx se sentem presentes na composição da paisagem urbana com um olhar cênico, mas também obras do arquiteto Oscar Niemeyer compõem a construção imagética da cidade.

O desenvolvimento desordenado da cidade, recebido pelos cidadãos como progresso, também impede este crescimento das árvores que encontram obstáculos na fiação elétrica e nas calçadas estreitas.

A 'sensibilidade' dos legisladores para com o meio ambiente reflete a preocupação da população por eles representada, sinal de uma maior consciência, historicamente construída, da necessidade de preservação do meio ambiente urbano principalmente pelas consequências sofridas por práticas imprevidentes no que toca ao meio ambiente e da tentativa de uma convivência mais harmônica com este ecossistema, influenciados pelo discurso da sustentabilidade que discutimos no capítulo anterior.

Na gestão ambiental, as políticas públicas deveriam se apresentar como alternativas para reduzir as deficiências e estabelecer conexões na relação ser humano-natureza. Caracterizadas como uma atividade dinâmica nas negociações de interesses de diversos grupos em prol de um objetivo, elas deveriam ser pensadas a partir da inserção do ser humano no ambiente em uma relação recíproca de benefícios, afinal o sistema econômico é alimentado pelos recursos naturais, e precisa pensar em destino adequado para os resíduos que produz.

Diante destas reflexões, o Louzeiro representa o impasse entre o crescimento urbano e a ideia de progresso, e a consciência e necessidade de preservação das áreas verdes, atualmente estimuladas inclusive por benefícios como o ICMS ecológico²⁹, em fase de implantação na Paraíba. Regina Horta Duarte, em seu livro História e Natureza, reflete sobre o quanto se fala em preservação ambiental e ao mesmo tempo o quanto o nível de consumo, e conseqüentemente de esgotamento dos recursos naturais é elevado na sociedade atual. O Louzeiro ocupa o lugar do

²⁹ ICMS ecológico é o "Instrumento de política pública que trata do repasse de recursos financeiros aos municípios que abrigam em seus territórios Unidades de Conservação ou áreas protegidas, ou ainda mananciais para abastecimento de municípios vizinhos" <http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=419> acesso em 05/08/2012.

impasse, um não-lugar a ser ocupado, como afirmam Carvalho e Nodari no trecho que se segue:

A floresta é 'mato' e 'mato' é um 'nada'. A floresta era o antônimo de 'tudo' o que era conhecido para eles, era a não-estrada, a não-casa, a não-lavoura. A floresta era um obstáculo a ser superado, um 'nada', um marco zero a partir do qual se constrói a história da realização do sonho geral de se tornar ou manter-se proprietário rural – ou simplesmente de 'ficar rico' (CARVALHO; NODARI, 2007, 283).

O Louzeiro é aquele lugar para o qual pessoas que tem intenções específicas voltam o olhar, alguns visando a especulação imobiliária, outros visando a exploração de recursos naturais, outros visando a exploração sustentável, e ainda outros visando a preservação intocada. Enquanto nenhuma ação é efetivamente tomada, o espaço do Louzeiro vai se transformando, dando lugar às expansões dos bairros vizinhos, como afirma Hugo Vieira: "...com o tempo as ... propriedades foram sendo cada vez mais assediadas pela população, levando a uma enorme degradação ambiental, inclusive com ocupação de parte por sem tetos da região", aos campos de futebol usados para lazer no fim de semana, aos lixões para despejo de resíduos industriais, como afirma Veneziano Guedes: "... os tanques de pedra foram entupidos de lixo e construídas residências sobre eles..." , à criação de gado, à olaria, e a muitas outras ações antrópicas que afetam o espaço de forma mais acentuada ao longo das duas últimas décadas.

2.3- Paisagem urbana de Campina Grande- a representação simbólica da natureza.

Em 11 e outubro de 1964 foi comemorado o centenário da cidade de Campina Grande. Para a realização da festa foi criada uma Comissão do Centenário que, por sua vez organizou a festa do centenário e criou a Revista Campinense de Cultura, com o objetivo de contar a história da cidade, foi lançado o LP Centenário de Campina Grande que divulgava músicas que tinham a cidade por tema, e foi construído um monumento que enaltecia os 'pioneiros'.

O centenário de Campina Grande é considerado um marco, um período importante para se compreender a produção historiográfica e os discursos sobre a cidade. Regina Paula Silva da Silveira, em artigo publicado nos anais do V Encontro Estadual de História- ANPUH - RN, 2012, reflete sobre a construção da memória

social (amparada em José D'Assunção Barros) e a invenção de uma tradição (amparada em Hobsbawn) que leva em consideração o que a elite campinense quer lembrar e o que ela quer construir como história da cidade. Silveira alerta para o papel do livro de Elpídio de Almeida, publicado em 1962, *História de Campina Grande*, cumprir este papel, unindo-se à outros símbolos e tradições criados para fortalecer o discurso de que Campina já teria nascido com uma vocação a ser grandiosa, a ser 'rainha da Borborema', 'capital do trabalho', entre outros temas a ela atribuídos.

A autora, dialogando com quem escreveu sobre o tema, aponta como Almeida enaltece a família dos Oliveira Lêdo como importantes para o desenvolvimento da cidade, assim como Irineu Jóffily, que fundou o primeiro jornal local e difundiu ideias liberais e republicanas. Na sequência, ela historiciza o crescimento econômico que Campina viveu no início do século XX, quando da chegada do trem e comercialização do algodão e afirma que o desenvolvimento vivenciado pela cidade nas décadas posteriores é uma consequência deste crescimento econômico. Chegaram muitos "forasteiros" à cidade em busca de oportunidades que não existiam para todos "... de forma que houve um significativo aumento do número de mendigos, prostitutas, delinquentes, etc., que "enfeiam" a cidade e que vão ser alvos da futura organização, que vai tirar do centro tudo o que for feio, sujo e anti-moderno" (SILVEIRA, 2012, 5). Campina Grande foi então construída como uma cidade fadada ao sucesso, ao progresso, ao crescimento e ao desenvolvimento. Este discurso também enaltecia o meio ambiente e a riqueza do espaço:

Não foi difícil a Teodósio dar desenvolvimento ao núcleo iniciado com o grupo dos Ariús. Dadas as condições favoráveis do sítio, a amenidade do clima, a existência de matas, a natureza do solo e, principalmente, a sua localização, ponto de passagem preferido nas comunicações entre o sertão e o litoral, cedo conseguiu atrair parentes, colonos brancos, índios mansos, com o que assegurou a prosperidade do lugar. (ALMEIDA, 1978, p.37-38)

Ainda na década de 1960, fortalecendo esta tradição inventada para Campina Grande, Rosil Cavalcanti e Raymundo Asfora escrevem *Tropeiros da Borborema*, música que se tornaria uma espécie de hino para muitos. Na letra, o autor aborda o cotidiano dos tropeiros relacionando ao espaço geográfico da cidade: a serra da

Borborema. A letra também associa a criação e “grandeza” do município aos tropeiros que aqui passavam. Com a gravação na voz de Luiz Gonzaga, ela ampliou o espaço que ocupava e ainda ocupa na construção de um passado, de uma “origem” Campina.

Estala relho marvado
 Recordar hoje é meu tema
 Quero é rever os antigos tropeiros da Borborema

São tropas de burros que vêm do sertão
 Trazendo seus fardos de pele e algodão
 O passo moroso só a fome galopa
 Pois tudo atropela os passos da tropa
 O duro chicote cortando seus lombos
 Os cascos feridos nas pedras aos tombos
 A sede e a poeira, o sol que desaba
 Oh longo caminho que nunca se acaba

Assim caminhavam as tropas cansadas
 E os bravos tropeiros buscando pousada
 Nos ranchos e aguadas dos tempos de outrora
 Saindo mais cedo que a barra da aurora
 Riqueza da terra que tanto se expande
 E se hoje se chama de Campina Grande
 Foi grande por eles que foram os primeiros
 Ó tropas de burros, ó velhos tropeiros.

Na década de 1970, mais especificamente em 1974, na gestão do Prefeito Evaldo Cruz (1973-1977) foram instituídos, através da Lei Municipal número 54, a bandeira e brasão de Campina Grande. Em ambos a campina verde e grande que nominou a cidade aparece representada pela cor verde, juntamente com outros símbolos figurativos da história de Campina. Bandeira, hino e brasão emergem uma década depois do centenário de Campina Grande, fortalecendo o discurso de construção de identidade campinense que veio à tona naquele período. Natureza e história se interconectam nestas construções imagético-simbólicas. As três espadas representam a participação dos campinenses na Revolução Pernambucana de 1817, na Confederação do Equador em 1824 e na Revolução Praieira em 1848. Em amarelo também está representada as esporas dos cavaleiros, uma forma de representar os tropeiros.

Figura 15 – Bandeira de Campina Grande³⁰

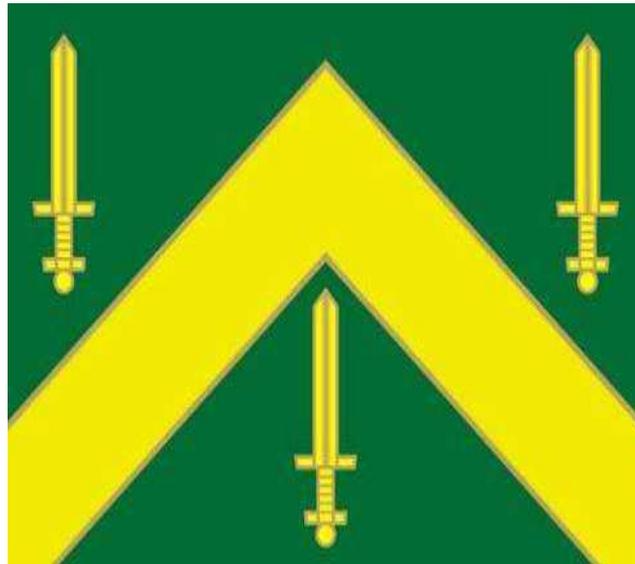


Figura 16- Brasão de Campina Grande



³⁰ Fonte: http://cgretalhos.blogspot.com/2009_11_01_archive.html#.UwLXGfldUuA acesso em 03/12/2013.

³¹ Fonte: http://cgretalhos.blogspot.com/2009_11_01_archive.html#.UwLXGfldUuA acesso em 03/12/2013.

Em 1975 a construção imagética baseada em uma invenção de uma tradição para Campina Grande, foi fortalecida pela escolha, mediante concurso, da letra do hino da cidade. O poema escolhido, de Fernando Silveira (professor, advogado e escritor), um cearense que veio para Campina Grande fundar a Rádio Borborema, alimentava a ideia de uma terra predestinada ao sucesso e progresso, de um povo trabalhador, que trabalhava para expandir o progresso. Constava também a referencia a uma natureza generosa, compondo o mito de uma terra prometida:

Venturosa Campina querida,
 Ó cidade que amo e venero!
 O teu povo o progresso expande,
 És na terra o bem que mais quero!
 O teu céu sempre azul cor de anil,
 Tuas serras de verde vestidas
 Salpicadas com o ouro do sol,
 Ou com a hóstia dos brancos luazes!

Além de prometida a terra era eterna e abençoada, e mais uma vez um elemento da natureza, desta vez o Cruzeiro do Sul, aparece na construção imagética complementando a paisagem da “venturosa” cidade, “capital do trabalho e da paz”:

Eterno poema
 De amor à beleza,
 Ó recanto abençoado do Brasil!
 Onde o Cruzeiro do Sul resplandece.
 Capital do trabalho e da paz!

A história dos “pioneiros”, da “origem” da cidade com o aldeamento dos Ariú por Teodosio de Oliveira Lêdo, dos tropeiros e seus comércios nas margens do açude Velho e da época de crescimento econômico, contada por Elpídio de Almeida é rememorada nos versos abaixo:

Oficina de ilustres varões,
 Canaã de leais forasteiros,
 És memória de índios valentes.
 E singelos e alegres tropeiros!
 Tua glória revive, Campina,
 Na imagem dos homens audazes,
 Aguerridos heróis de lendas
 Que marcaram as tuas fronteiras!

A tradição inventada para Campina Grande quando de seu centenário era também enaltecida pela natureza pela beleza cênica e como provedora de recursos naturais. Ela era uma cidade tão predestinada de acordo com este discurso que o espaço “escolhido” para ela ser construída também tinha que ser especial. Este discurso se alinhava com o discurso do Brasil enquanto uma nação dotada de recursos naturais infinitos, que se preocupava apenas com os sujeitos competentes

para explorá-los. Assim, desmatar, poluir, desperdiçar recursos naturais, mesmo em espaços sem tanta abundância, era legitimado pela sociedade da época.

O Louzeiro, no momento um sítio em plena atividade, ou qualquer outro fragmento de mata existente no entorno da cidade, não era objeto passível de reflexão, assim como também não o era a arborização urbana. Mas, mergulhado na construção imagética da elite campinense, com um olhar que priorizava o cênico, havia uma tentativa de harmonizar os elementos naturais à urbanização da cidade, criando um ar moderno e ao mesmo tempo um cenário de beleza ímpar para a cidade, como afirma a insígnia do Brasão: *solum inter plurima* – única entre muitas.

Em termos de planejamento urbano, pensando a paisagem como uma construção natural e cultural, as preocupações dos gestores municipais com o desenvolvimento urbanístico de Campina Grande emergem na década de 1930 com a elaboração de um plano estético e de engenharia que contemplava a abertura de novas ruas e avenidas, e o alargamento de ruas existentes. Era uma experiência que contemplava o desenvolvimento urbanístico da cidade. A consciência ambiental, traduzida em um movimento ambientalista só aflora na cidade na década de 1980. O que se discute no momento é a paisagem da cidade, com projetos de urbanização.

Na década de 1950 foi criada a Comissão Municipal do Desenvolvimento Econômico (COMUDE) e houve uma tentativa de elaborar um Plano Diretor que harmonizasse o setor urbanístico com os setores econômico-social e administrativo.

A Companhia de Industrialização de Campina Grande (CINGRA), criada na década de 1960, elaborou, dentre outros, os projetos da Universidade Regional do Nordeste – URNe, Companhia de Eletricidade da Borborema e a Telecomunicações de Campina Grande S/A – Telingra. No final desta década a CINGRA foi transformada em Conselho de Desenvolvimento de Campina Grande- CONDECA que elaborou o primeiro Plano de Desenvolvimento Local Integrado- PDLI com o auxílio do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, órgão do Ministério do Interior. Mais adiante recebe nova nomenclatura, Companhia Pró-Desenvolvimento de Campina Grande- a COMDECA trabalhava visando o desenvolvimento integrado do município.

Os recursos da Ebtu, do BIRD e principalmente do projeto CURA que foram aplicados em Campina Grande na gestão de Enivaldo Ribeiro, no final da década de 1970 e início de 1980 (anexo 03) mudando a paisagem urbana tiveram por fundamento também as pesquisas e projetos elaborados por estes órgãos.

O projeto urbanístico foi proposto tomando-se por base o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (1972) atualizado pelo COMDECA. Levou também em consideração o perfil do Município, levantamento sócio-econômico solicitado pela Secretaria de Planejamento (SEPLAN) e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Dentre as ações propostas constava a supressão de carências de áreas próprias para recreação e cultura e de áreas verdes. As áreas foram divididas em *Áreas para Fins Recreativos e Paisagísticos* e *Áreas para Fins Paisagísticos* que compreendiam principalmente as áreas do açude Velho e trecho do riacho das

Piabas. Também foi desenvolvido um projeto paisagístico para o açude Novo, que já não podia continuar como reservatório hídrico, e um projeto para a recuperação da Estação Ferroviária, transformando-a em espaço cultural e recreativo. Ao analisarmos as ações propostas pelos projetos urbanísticos que usavam por norte a modernidade e a paisagem, percebemos a ausência de ações de arborização e a preocupação com a preservação das áreas prioritárias de conservação da biodiversidade.

No entanto, ao longo da década de 1980, no cenário mundial e nacional emergiam as preocupações com a poluição, com o desperdício, com a devastação, com o consumo inconsciente, com a preservação da natureza e o uso racional de recursos naturais.

Os debates feitos no campo da urbanização, construção da identidade imagético-discursiva e simbólica, e paisagismo de Campina Grande analisados até então auxiliaram na legitimação e autorização da inserção do Louzeiro como Zona de Proteção na Lei Orgânica de Campina Grande em 1990.

Em consonância com o dialogo internacional, ocorre no Brasil a Rio-92. No evento os países participantes se tornam signatários da Agenda 21-Global, que tem por eixo norteador o discurso da sustentabilidade. Tentando se manter atualizada com o debate internacional e nacional, a gestão de Félix Araújo cria a primeira Secretaria de Meio Ambiente do Município. Sobre esta, Marco Vidal, atualmente Analista Ambiental do IBAMA, que integrou o quadro desta primeira Secretaria, sob o comando de Hermano Nepomuceno, afirma:

acho que a criação da Secretaria de Meio Ambiente em 93 ela vem como fruto daquele grande envolvimento mundial que foi a Rio-92, a questão de dar uma satisfação do poder público local para esses anseios da sociedade, Campina Grande é uma cidade grande, uma cidade pólo importante para o interior do Nordeste e a gestão quis dar essa resposta para a sociedade

a Secretaria de Meio Ambiente ela foi ... montada em 93 pela primeira vez na gestão do prefeito Felix Araujo, era inicialmente Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, fui convidado para um momento inicial mesmo da Secretaria, de conceber coisas assim, quais eram as prioridades de atuação, tocar quais eram os assuntos mais emergentes e acho que o resultado principal foi a articulação com os municípios, da bacia do Bodocongó a construção de um projeto da preservação dos fragmentos florestais remanescentes, especialmente dos distritos, especialmente os de São José da Mata e por consequência desses movimentos a gente conseguiu captar um recurso junto ao Programa Nacional do Meio Ambiente, o recurso oriundo do Banco Mundial é que fabricava a bacia, com reflorestamento, agricultura, piscicultura, ... educação ambiental, formação de agentes, junto aos quadros de saúde da família, professores, o pessoal de serviços urbanos (MARCO VIDAL,2014).

Foi a demanda por uma construção imagética que levasse em consideração os elementos da paisagem natural e cultural, associada á inserção da cidade nos

debates nacionais e internacionais sobre meio ambiente, com a conseqüente criação da primeira Secretaria de Meio Ambiente de Campina Grande, em 1993, que permitiram a criação do olhar para o Louzeiro com vistas à preservação. Ainda sobre o foco das ações da referida Secretaria, o Professor Hugo Vieira afirma:

No período que vivi em Campina Grande havia sim uma vontade de alguns técnicos do poder público municipal em transformar o Louzeiro em um horto e assim recuperá-lo e protegê-lo, ainda nos idos da década de 1993 – 1996. Neste período não tenho conhecimento de um documento formalizado, pois eu era apenas um estagiário da Secretaria de Meio Ambiente de Campina Grande, na gestão do Prof. Hermano Nepomuceno (HUGO VIEIRA, 2013).

Criada a zona de proteção do Louzeiro, o sítio Louzeiro aos poucos se desconstrói, emergindo a construção imagética de uma mata no local, mata esta que integraria a paisagem urbana de Campina Grande como uma forma de inserir a cidade no cenário nacional. Este debatia com grande euforia sobre a preservação e a melhoria da qualidade de vida das cidades através de ações que dialogassem com os projetos urbanísticos que tivessem por foco a paisagem integrativa de elementos naturais com um olhar cultural sobre eles, a paisagem é pensada enquanto elemento cênico, como sendo um grande jardim. Tema do nosso próximo capítulo.

Capítulo III

3- Louzeiro- território: a implantação do jardim botânico

Um passarinho pediu a meu irmão para ser sua árvore.

Meu irmão aceitou de ser a árvore daquele passarinho.

No estágio de ser essa árvore, meu irmão aprendeu de
sol, de céu e de lua mais do que na escola

Manoel de Barros

3.1 a territorialização do Louzeiro

Uma vez inventada a mata no Louzeiro, o discurso é apropriado pela comunidade do entorno, os vizinhos do Louzeiro, integrantes de diversos movimentos sociais, integrantes de SABs, de Pastorais, veem na zona de proteção a possibilidade de pressionar o poder público para ações que viessem a beneficiar, a melhorar sua qualidade de vida. Ambientalistas e Ministério Público também estavam amparados por uma ferramenta legal para cobrar do poder público, ações de preservação e proteção do espaço.

Mas isso não ocorreu no momento da construção do texto legal. Depois da criação da primeira Secretaria de Meio Ambiente, as gestões seguintes mantiveram as ações por esta iniciadas. Tais Secretarias acompanhavam as diretrizes nacionais da política ambiental no Brasil. O discurso ambiental em fins da década de 1980 e nas décadas posteriores era direcionado para discussões em torno da sustentabilidade. Assim, após a gestão do prefeito Felix Araújo, os dois mandatos consecutivos de Cássio Cunha Lima (1997-2000 e 2001-2002- quando renuncia o cargo, assumindo a Vice-Prefeita Cozete Barbosa- 2002-2004) contemplaram a paisagem urbana não apenas com um olhar para a modernização e a abertura de vias que facilitassem o trânsito de automóveis pela cidade, mas também a arborização.

Em 1989 foi criado através da Lei 7.735 de 22 de fevereiro de 1989, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Tratava-

se inicialmente da fusão da Secretaria do Meio Ambiente- SEMA (esta criada em 1973, após a participação do Brasil na Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo (Suécia) em 1972- após este evento o Brasil foi pressionado a fazer gestão integrada do meio ambiente), da Superintendência da Pesca- SUDEPE, da Superintendência da Borracha – SUDHEVEA e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal-IBDF. Após a criação do Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA, autarquia federal, passa a ser vinculado a este órgão da administração direta.

Os debates ocorridos em junho de 1992 na Conferência da ONU sobre Meio Ambiente- Rio-92 resultaram na assinatura do documento Agenda 21 Global e pressionou as autoridades públicas a iniciativas mais convincentes na preservação ambiental. No Brasil, em outubro do mesmo ano, com o objetivo de organizar e estruturar a política pública no Brasil foi criado o Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Bem mais adiante, em 2007, foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), também uma autarquia federal que tem por função administrar as Unidades de Conservação, esta administração anteriormente era de competência do IBAMA.

Ainda na seara ambiental, a Lei Complementar 140, de 08 de dezembro de 2011, regulamentando o art. 23 da Constituição Federal de 1988, ao fixar normas para a cooperação entre União, Estados e Municípios em ações que envolvam a proteção das paisagens naturais, proteção ao meio ambiente, combate à poluição e preservação das florestas, da fauna e da flora, amplia a competência dos municípios para licenciar e gerir suas próprias políticas ambientais.

Nas décadas de 1980,1990 e 2000 muitas ONGs que trabalham em prol da preservação, do consumo consciente e do uso sustentável dos recursos naturais foram criadas, campanhas de educação ambiental entram nos programas das escolas de ensino formal e nas programações das mídias em geral, empresas se apropriam do discurso da sustentabilidade para criar a imagem de ecologicamente corretas, amigas da natureza etc, parte da academia direciona o olhar para pesquisas que visem o equilíbrio entre preservar e garantir os recursos que o ser humano necessita para uma boa qualidade de vida. No entanto, estas são as mesmas décadas nas quais assistimos um rápido crescimento da informática, e uma obsolescência maior dos produtos. A população é estimulada a comprar o

computador mais ‘moderno’ ou o *iPad* mais atualizado que, em menos de 6 meses será substituído por outro. Este consumo utiliza um maior número de recursos naturais e gera resíduos, alguns tóxicos que nem sempre tem o seu descarte realizado de forma adequada, poluindo os rios e os solos.

As gestões públicas em várias esferas foram envolvidas neste debate. A sociedade, que em suas praticas cotidianas não tem muito de sustentável, cobra das autoridades políticas públicas que respondam aos apelos da preservação. Estas começam então a responder às expectativas da sociedade quer através da criação de Secretarias, quer através de projetos de urbanização que incluam a arborização, coleta seletiva, mobilidade urbana entre outros temas emergentes. Em Campina Grande os olhares para o Louzeiro, dentre outras áreas, foram provocados também pela falta de arborização da cidade, e ocorriam já na década de 1990, como afirma Marco Vidal:

Quando a Secretária de Meio Ambiente foi criada lá em 93, a gente encontrou um quadro de terra arrasada, Campina Grande, o município de Campina Grande naquele momento era maior, continha o distrito de Boa Vista, era um município nú desprovido de cobertura vegetal e no imaginário da cidade, de todos os atores, alguns sítios eram importantes, São José da Mata, Louzeiro, o Gado Bravo que é em Boa Vista, o pai Mateus que na época o pessoal falava que era em Boa Vista, mas depois descobriram que era de Cabaceiras, mas eram mais uma simbologia de que eram lugares especiais, mas efetivamente como técnico, o valor de biodiversidade foi suprimido, foi arrancado. Eram áreas de proteção, áreas de preservação permanente foram consagradas no plano diretor do município, mas foram muito agredidos todos esses sítios (...) na verdade tinha aquela preocupação de que era importante ser preservado, mas nunca ninguém definiu o que fazer para preservar... (MARCO VIDAL, 2014).

Assim, o cuidado com as áreas verdes que integram a zona urbana aumenta, pela consciência de preservação, pela cobrança da sociedade, ou ainda por pressão das autoridades competentes.

No caso específico do Louzeiro, alguns problemas sociais apontados pelas SABs e pela igreja católica, e também alguns trabalhos acadêmicos iniciados após o ano 2000 e já referenciados no capítulo 01, chamaram a atenção da imprensa e do poder público para a necessidade de preservar o espaço atendendo aos anseios da comunidade por segurança, por solução para as enchentes provocadas quando o riacho das Piabas transbordava na área urbana, entre outros.

Foi principalmente nos dois mandatos do Prefeito Veneziano Vital do Rego Segundo Neto, que contemplaram o período de 2005 a 2012, que a comunidade dos

bairros do entorno do Louzeiro se articulou e cobrou de forma mais efetiva ações do poder público na área.

No ano de 2010, os promotores José Eulâmpio Duarte e Edmilson Campos, atuando conjuntamente na Promotoria de Defesa do Meio Ambiente, impetram ação de antecipação de tutela, exigindo do poder público local a retirada de cerca de 50 famílias que estavam vivendo ilegalmente na 'Floresta do Louzeiro' e solicitando a demarcação da área que tem em torno de 60 hectares. Para esta ação os promotores se fundamentaram tanto na Lei Orgânica quanto no Código de Meio Ambiente do município, que estabelecem a área como proteção permanente.³²

A ação acontece depois de sucessivas denúncias e alertas feitas pelos promotores e pelo pesquisador Veneziano Guedes sobre o estado de degradação que a área se encontrava. Uma delas está no *Diário da Borborema*, que na sua edição do dia 12/04/2009 publica artigo intitulado *Mata do Louzeiro sofre com o desmatamento*. Trata-se de um alerta baseado nos depoimentos de Veneziano Guedes e Eulâmpio Duarte sobre o desmatamento, a ocupação indevida e a poluição por esgotos que o Louzeiro vinha sofrendo.

O *Jornal da Paraíba*, em sua edição de 13 de novembro de 2009 discorre sobre a possibilidade da ação ser movida diante da invasão do Louzeiro por pessoas com vistas à construção de suas moradias. O artigo se intitula *MP vai entrar com ação na justiça para retirar invasores do 'Louzeiro'* e no trecho abaixo, o Jornal chama a atenção para um problema comumente apontado pela população do entorno: a falta de segurança por morar próximo à 'mata'.

As pessoas que moram nas proximidades do terreno não levam em consideração que a área seja de preservação ambiental e apoiam a ação das famílias. Eles alegam que a área está sendo usada pelos bandidos para uso de drogas, prática de assalto e até estupro. (http://acervo.jornaldaparaiba.com.br/anos/2009/11_Novembro/13/Cidades/arquivos/assets/basic-html/page5.html). Acesso em 03/11/2012

A *Articulação pela Revitalização das Nascentes* foi criada a partir do contato com a comunidade, que procurou a universidade através de ações da igreja católica no local, tentando ajudar a população a resolver também os problemas de violência que eram enfrentados. A articulação, uma vez formada, percebeu na preservação da

³²<http://mp-pb.jusbrasil.com.br/noticias/2024831/acao-civil-publica-solicita-desocupacao-da-floresta-do-louzeiro> acesso em 02/11/2012

área uma possibilidade de chamar a atenção das autoridades e gerar ações que contemplassem o espaço.

Veneziano Guedes procurou apoio na mídia, nas várias instituições da cidade para reforçar o movimento que, segundo o *Jornal da Paraíba*, começou a ser pensado em 2007. Em um artigo intitulado *Entidades criam comitê em prol da preservação da reserva do Louzeiro*, publicado em 06 de abril de 2007, de autoria de Francinete Silva, destaca-se um projeto da Escola Virgem de Lourdes no município: *Louzeiro: plante esta ideia*, que tinha sido motivado pelo projeto do *Jornal da Paraíba* e das TVs *Cabo Branco* e *Paraíba: Plante Verde, Colha Futuro*. Foi a partir de uma caminhada que envolveu vários segmentos da sociedade civil que emergiu a possibilidade da criação de um Comitê, segundo trecho do próprio artigo:

Depois da primeira grande ação (caminhada à reserva florestal), escolas, ativistas ambientais, igrejas, Exército, Ministério Público, Prefeitura Municipal, Associação de Proteção Ambiental (Apam), entre outros órgãos, estão mobilizados para a criação do Comitê pró-Louzeiro.³³

Eleito em 2012, o Prefeito Romero Rodrigues Veiga assume a Prefeitura de Campina Grande em janeiro de 2013. Compondo o seu secretariado, especificamente na Secretaria de Cultura, temos Marlene Alves de Souza Luna. Logo após assumir a Secretaria, especificamente em março de 2013, e com o apoio de Bruno Vaz Diniz, consultor de projetos, Marlene organiza a *II Reunião dos Jardins Botânicos do Nordeste* e o *I Fórum Campinense de Meio Ambiente & Cultura* (anexo 01). Durante o evento, foi anunciado o projeto do Jardim Botânico de Campina Grande (JBCG), cuja localização escolhida foi o Louzeiro.

Em entrevistas com Bruno Vaz e com Marlene Luna, fontes que, juntamente com outros documentos fundamentam este capítulo, emergiu o fato de que o desejo de transformar o Louzeiro em um jardim botânico é anterior à chegada de Marlene na Secretaria. Diálogos e articulações neste sentido já vinham sendo construídos quando Marlene era a reitora da Universidade Estadual da Paraíba, envolvendo o Programa de Pós Graduação em Ecologia e Conservação da própria instituição,

³³ http://acervo.jornaldaparaiba.com.br/anos/2007/04_Abril/05/Cidades/arquivos/assets/basic-html/page3.html Acesso em 05/11/2012.

conforme a mesma afirma ao ser interrogada sobre a ideia que trouxe o projeto à tona:

Meu pai era um agricultor do sertão da Paraíba ... ele vendia o seu algodão também em Campina Grande... Então ao chegar em Campina Grande que disseram que o Louzeiro que tinha fontes d'água e que os tropeiros que vinham do sertão ... era ali que eles davam água ao animais e eles tomavam banho, se preparavam para vir ao espaço do mercado onde tinha o comércio do algodão, evidentemente que me remonta à história do meu pai. E eu dizia: esta história também é minha. E como ... esse espaço é invisível e é desconhecido para uma cidade. E foi quando eu observei, eu comecei a discutir e evidentemente dialogar com o curso de biologia e ... nós aprovamos o mestrado de ecologia e a gente dizia, como mestrado de ecologia onde é que nós vamos estar no nosso campo? Ah, nos vamos procurar uma fazenda... como não trabalhar nesse espaço que existe em Campina Grande? Vem a história daí(MARLENE LUNA, 2014).

A implantação do Jardim Botânico de Campina Grande no Louzeiro, atualmente (fevereiro de 2014), em fase de desapropriação, já contando com a desapropriação de 30 hectares e negociando o restante das propriedades, traz à tona a questão da territorialização deste espaço. Hugo Vieira se refere a alguns espaços do Louzeiro como propriedades efetivamente privadas, nas quais as outras pessoas precisavam de autorização para entrar ou usufruir dos recursos naturais:

O Louzeiro nesta época estava em total atividade na produção de culturas alimentícias e criação de gado. Uma plantação de hortaliças ao redor do açude principal chamava a atenção de quem ia lá comprar tais produtos. Na parte jusante ou na revença do açude muitas lavadeiras de roupa, que pagavam uma taxa ao proprietário, Sr. Biró, para lavar roupas de ganho como se chamava antigamente. Havia também a atividade de se pagar para pescar no açude tipo: pesque e pague. No entanto era proibido entrar na propriedade sem permissão. (HUGO VIEIRA, 2013)

Compreendendo que a territorialização ocorre com as práticas da vida real (BARROS, 2006), com a apropriação do espaço (RAFFESTIN, 1993) e com sua codificação pelo humano (DELEUZE, 1997), a partir dos documentos emerge uma territorialização feita não apenas por parte dos proprietários (Severino Guedes, S. Biró e João Ribeiro), mas também pela comunidade do entorno, por pessoas em busca de moradia e também pelo poder público a partir de 1990. O professor Hugo em depoimento, no fala do 'assedio' da população do entorno aos recursos naturais e aos próprios lotes para moradia na área na década de 1960: "No entanto era proibido entrar na propriedade sem permissão, mas já havia um assedio nas frutas e

no açude e na caça por moradores da redondeza. Jovens e adultos” (HUGO VIEIRA, 2013).

Sobre as décadas de 1970 e 1980, Hugo reafirma este assédio e interesse pela ocupação do Louzeiro: “Com o tempo as ... propriedades foram sendo cada vez mais assediadas pela população, levando a uma enorme degradação ambiental, inclusive com ocupação de parte por sem tetos da região” (HUGO VIEIRA, 2013).

Depois da implantação da área de preservação pelo poder público municipal em 1990, os proprietários foram, aos poucos, perdendo o interesse pelo espaço. Os sítios foram se desconstruindo, não apenas pela territorialização do poder público que obrigava a preservação da área, limitando o uso da propriedade, transformando em crime algumas praticas do cotidiano da população, mas também pela própria degradação sofrida no espaço por parte de práticas da população local. As águas ficaram sujas e poluídas, o volume de águas no riacho das Piabas diminuiu consideravelmente devido à derrubada da sua mata ciliar e retirada de areia para a construção civil, as constantes derrubadas de árvores para fogueiras de São João fez com que o número de árvores frutíferas do espaço se reduzisse expressivamente. Aos poucos, depois da década de 1990 o Louzeiro ia perdendo o seu referencial de sítio produtivo, de fontes de água doce, de lugar para retirada de argila boa para a construção civil (notadamente para os tijolos e fornos refratários), de espaço para pesca e caça de mamíferos de pequeno porte.

A partir de 1990 o Louzeiro emerge nas páginas policiais dos jornais da cidade. O *Jornal da Paraíba*, ao noticiar a ocupação de parte do Louzeiro por famílias com vistas à construção de moradias, discorre sobre esta construção imagética da área como local perigoso, como espaço usado para prática de crimes diversos:

As pessoas que moram nas proximidades do terreno não levam em consideração que a área seja de preservação ambiental e apoiam a ação das famílias. Eles alegam que a área está sendo usada pelos bandidos para uso de drogas, prática de assaltos e até estupro.

Vera Lúcia dos Santos, 50 anos, mora na localidade há mais de 20 anos e afirma que... não suporta mais a sensação de insegurança no local. (Jornal da Paraíba, 13 de novembro de 2009).³⁴

³⁴http://acervo.jornaldaparaiba.com.br/anos/2009/11_Novembro/13/Cidades/arquivos/assets/basic-html/page5.html acesso em 03/11/2012.

Há um deslocamento na forma como as comunidades do entorno codificam o espaço e isto traz à tona uma nova construção imagética do Louzeiro. O sítio, agora mata, vira o espaço do vazio, do não-lugar. A Mata é o lugar por se preencher, por se construir, por se ocupar, por se territorializar. Enquanto não-lugar ela é permeada pelas práticas que condizem com essa construção e são alimentadas pela cultura e pelas relações entre cultura e natureza. Comum ouvirmos a frase 'joga o lixo no mato', afinal o mato, a mata é o lugar de se esconder as coisas, de fazer descartes não apenas de resíduos, mas de práticas de burla, do que o discurso legal classifica como crime. Neste sentido a mata vai se ocupando por resíduos orgânicos e inorgânicos: resíduos domésticos, resíduos industriais (principalmente de curtumes), resíduos orgânicos (descartados por abatedouros), resíduos provenientes da construção civil. Resíduos que poluem, sujam e enfeiam não apenas o solo, mas também as águas do Louzeiro, e que se unem às outras práticas: a caça, a pesca (quando da estação chuvosa), a retirada de minerais não metálicos (com destaque para a argila de boa qualidade devido ao solo não salinizado e para a areia do leito do riacho das Piabas), a derrubada de árvores e despejo de esgoto doméstico no leito do riacho das Piabas compõem o cenário de degradação da mata que emerge na década de 1990 e se intensifica consideravelmente na década 2000.

Foi este cenário que motivou a sociedade civil e as autoridades da área ambiental a buscar alternativas para o espaço do Louzeiro. Alternativas que enfatizamos ao longo deste trabalho: a ação de antecipação de tutela para retirar os que ocupavam indevidamente o espaço, movida pelo Ministério Público e já discutida no capítulo 02, a criação da *Articulação pela Revitalização das Nascentes do Riacho das Piabas*, também já discutida anteriormente, são exemplos de práticas alimentadas pelo discurso ecológico da preservação, legitimadas por textos legais, que influenciaram as relações do ser humano para com o espaço do Louzeiro.

A última territorialização tratada neste texto é também a do poder público ao implantar o jardim botânico no Louzeiro. As desapropriações e, assim que elas se encerrarem, o cercamento do espaço dão ao Louzeiro outros tons, outras feições, outros códigos. O olhar para o Louzeiro, antes sítio, agora mata, aos poucos vai se deslocando, abrindo espaço para a construção de um jardim. Mas o que é um jardim?

3.2 Como se constrói um jardim

Ao optar por morar em uma casa, visualizei a possibilidade de compor áreas externas que atendessem às funções a elas atribuídas, inclusive a beleza cênica, e que fossem espaços de lazer para os filhos. Assim, no jardim, foi plantado um gramado, um pinheiro (eu ainda não dialogava com meio ambiente, não conhecia o debate entre plantas nativas e plantas exóticas e invasoras) e canteiros com floreiras. Assim, o jardim foi construído, manipulando elementos naturais para compor um cenário agradável aos olhos dos futuros frequentadores do espaço. E manter o jardim bonito implica em cortar a grama, em tirar as ervas daninhas dos canteiros, em irrigar. O ser humano domina, manipula e usa a natureza para fins diversos, inclusive estéticos. Grande exemplo são os bonsais, nos quais até as raízes são constantemente podadas para impedir o maior crescimento da planta. Assim, temos que o jardim pode ser compreendido como um espaço planejado para exibir, cultivar e apreciar espécies da natureza. Como muitos conceitos, o de jardim também se deslocou, também se transformou ao longo do tempo com usos e práticas diversas.

Os jardins até o século XIX estavam associados a grandes áreas de caráter privado, a exemplo do Palácio de Alhambra na Espanha (1492), do Taj Mahal na Índia (1632) e, no Brasil, do Parque de Friburgo em Recife (1642), criado por Maurício de Nassau. Os jardins eram associados a grandes propriedades rurais, palácios ou mosteiros. É neste cenário que emergem os jardins botânicos, dialogando com estes grandes jardins, mas também dialogando com o que ocorria nos séculos XV e XVI, com a grande circulação não apenas de mercadorias e pessoas, mas também de muitas plantas e animais desconhecidos dos europeus. Foi a necessidade das nações colonizadoras de organizar e sistematizar o que era descoberto e avaliar a utilidade medicinal, agrícola ou estética de cada planta e animal que impulsionou a criação de jardins botânicos. O primeiro jardim botânico foi fundado em 1545, em Pádua, na Itália. Logo em seguida outras cidades europeias também receberam seus jardins botânicos. Mais tarde, as colônias também começaram a ter jardins botânicos e estes organizariam a circulação mundial de

plantas. Nas palavras de Regina Horta Duarte “A ambição era conter o mundo em um jardim”³⁵

Inspirados nestes grandes espaços, no início do século XX emergiram no Brasil as praças e os parques, uma conotação mais urbana de um jardim, assim, por exemplo, em Recife, o Jardim de Casa Forte, seria chamado de Praça de Casa Forte (primeiro projeto de jardim público de Burle Marx, em 1934). E concepção de parque está muito associada à de uma área verde e sem edificações. Este espaço é normalmente destinado à preservação do ambiente e à recreação e lazer.

Roberto Burle Marx (1909-1994), importante arquiteto e paisagista brasileiro, , tinha uma leitura peculiar do meio ambiente e em seus projetos tentou transformar os jardins em representações do Brasil, livrando eles das influencias europeias, sentidas principalmente na escolha das plantas. Neste sentido, ele elaborou o projeto da praça Euclides da Cunha em Recife, em 1935, ornamentando com plantas da Caatinga. Este tipo de leitura da natureza o aproximou de Gilberto Freyre. Cabe a crítica ao local onde a praça se localiza: Recife está na Mata Atlântica, porque receber plantas da Caatinga? A narrativa da praça era um discurso que legitimava o discurso criado para o Nordeste brasileiro, já discutido no capítulo 01. Na primeira metade do século XX não se discutia sobre o potencial invasor das plantas exóticas, sobre a riqueza dos ecótonos, sobre a importância da biodiversidade. Estes debates afloram após a criação do IBAMA em 1989.

Burle Marx se tornou referência pela valorização das plantas nativas, mas também pela sua concepção estética de narrar a natureza. Sua obra foi associada a vários arquitetos, dentre eles a Oscar Niemeyer cujo trabalho é conhecido também internacionalmente. A intenção ao associar o trabalho de Niemeyer ao de Burle Marx era de ter uma edificação integrada também a uma narrativa da natureza. As obras destes arquitetos não são aceitas consensualmente entre ambientalistas e entre seus pares.

Bruno Vaz, projetista do Jardim Botânico de Campina Grande, é influenciado pelas narrativas de Burle Marx, que associam nos seus projetos, arte abstrata, concretismo, construtivismo a uma vegetação nativa e linhas sinuosas. Há em Burle

³⁵ <http://www.youtube.com/watch?v=jHdpi46CdXA> As4Estações #19 Jardins botânicos acesso em 13/02/2014.

Marx um claro diálogo entre cultura e meio ambiente. Diálogos com o escritório de Burle Marx tem sido mantidos no sentido de que seus seguidores contribuam para o projeto do Jardim Botânico de Campina Grande.

3.3- O Jardim Botânico de Campina Grande

No Brasil o primeiro jardim botânico foi fundado em 1640 por Maurício de Nassau, em Recife com a intenção, dentre outras, de aclimatar espécies exóticas. (GESTEIRA, 2004, p. 9; SANJAD, 2001, p. 33). Muito depois foi fundado o Jardim Botânico do Pará, em 1798, este mais dedicado a estudos de botânica, devido à sua localização na Amazônia. (JOBIM, 1986; SANJAD, 2001, p. 3). O jardim botânico fundado no Rio de Janeiro com a vinda da família Real Portuguesa para a cidade ainda está em pleno funcionamento. O mundo vivia uma transição para o capitalismo industrial, e a busca por matérias primas que pudessem ser aproveitadas na indústria se tornou intensa. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro, inicialmente criado como Real Horto e, 1808, e transformando em Real Jardim Botânico em 1811, foi aberto ao público em 1819. Ele tinha por função, além de catalogar e sistematizar espécies, averiguar a aplicação econômica das mesmas: medicinal, agrícola e industrial. Além disso, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro tinha por finalidade a tentativa de aclimação de espécies introduzidas no Brasil que teriam potencial de exploração agrícola e industrial.

Depois do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, outros se seguiram. Em 1991, criou-se a Rede Brasileira de Jardins Botânicos (RBJB), que atualmente congrega 32 jardins botânicos. A RBJB tem apoiado a implantação efetiva do Jardim Botânico de Campina Grande no Louzeiro e auxiliado no seu projeto.

O Conselho Nacional do Meio Ambiente- CONAMA, através Resolução 266, de 03 de agosto de 2000 (anexo 10), define o que é um jardim botânico, quais os seus objetivos, classifica os tipos de jardim botânico e detalha as normas para a sua criação. Segundo o texto legal, em seu artigo primeiro:

Para os efeitos desta Resolução entende-se como jardim botânico a área protegida, constituída no seu todo ou em parte, por coleções de plantas vivas cientificamente reconhecidas, organizadas, documentadas e identificadas, com a finalidade de estudo, pesquisa e documentação do patrimônio florístico do País, acessível ao público, no todo ou em parte,

servindo à educação, à cultura, ao lazer e à conservação do meio ambiente.³⁶

No conceito legal o jardim botânico está fortemente associado à coleção e sistematização de plantas que devem ter por fim o estudo a pesquisa e a documentação delas como patrimônio florístico do País. O legislador ainda lembra que a acessibilidade ao público não precisa se dar no todo desta coleção e deve ter fins de educação, cultura, lazer e conservação do meio ambiente.

O analista ambiental do IBAMA, Marco Vidal, sobre jardins botânicos e sobre o Louzeiro afirma:

Jardim botânico é uma estrutura muito complexa. Jardim botânico não é um jardim, não é uma estrutura de uso comum ... ele tem que ter pesquisa científica, ele tem que ter coleções *in situ* e *ex situ* de vegetais, ele pode chegar até a ter um uso público. É importante que esse espaço seja, já que ele está consagrado no imaginário popular, à cultura da cidade como um espaço importante, que ela seja consolidado como um parque urbano ou uma unidade de conservação, não sei como é que as coisas vão caminhar, é uma área importante porque é uma área de preservação permanente, já devia ter sido feito algo no sentido dessa preservação há mais tempo (MARCO VIDAL, 2014).

Marco Vidal aponta duas possibilidades em sua fala para a consolidação do jardim botânico: o parque urbano e a unidade de conservação. Cumpre diferenciar ambas as previsões legais salientando que o parque urbano é uma área verde e de uso público, mas o objetivo principal é o de proporcionar lazer aos seus frequentadores. A Unidade de Conservação (UC) tem a finalidade principal de preservação da natureza e dos recursos naturais. Há um conjunto de diretrizes e procedimentos que a regulamenta, criado em 2000, através da Lei 9.985: o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). As UCs podem ser federais (sob a gerencia do ICMBio), estaduais e municipais. No caso do Louzeiro, existe já uma minuta de criação legal do Jardim Botânico, mas o projeto só pode ser proposto à Câmara dos Vereadores quando encerradas as desapropriações. Ainda não foi divulgado que formato legal o jardim botânico terá.

³⁶ <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res00/res26600.html>. Acesso em 08/05/2013.

Em entrevista, Bruno Vaz Diniz, consultor de projetos da Secretaria de Cultura, fala um pouco sobre suas inspirações ao escrever o projeto, antecipando o que esperar do Jardim Botânico do Louzeiro:

Quando Marlene me convidou para trabalhar na UEPB em prol da criação de um jardim botânico no Louzeiro, já fazia parte dos nossos sonhos um jardim botânico incomum, diferente do que normalmente se vê nos jardins botânicos brasileiros, porém antenado com o que havia de mais bem sucedido no nosso país em termos projetos desse tipo. Era já nosso desejo que o Jardim Botânico de Campina Grande fosse um espaço de múltiplos significados. Não queríamos uma mera jardineira de flores, não queríamos apenas um grande laboratório botânico, não queríamos somente um grande parque.

Inspirei-me no Instituto Inhotim, que conseguira integrar as ideias de parque ecológico, jardim botânico, galeria de arte e centro cultural tudo num só caldeirão onde uma faceta do projeto impulsionava e catalisava a outra. Ora, o Louzeiro é uma localidade de inegável significado histórico, cultural e ambiental para nossa cidade. Nada melhor então do que unir nesse projeto os significados históricos, ambientais e culturais indissociáveis dessa localidade (BRUNO VAZ, 2013).

O fato de ser Secretaria de Cultura de Campina Grande que gere o projeto do JBCG justifica a visão de Bruno Vaz: uma aproximação maior entre cultura e meio ambiente. Há três pilares que alimentam o projeto de Bruno Vaz: a pesquisa (o laboratório botânico), o lazer (o grande parque) e a cultura (galeria de arte e centro cultural). Esta é a construção que permeia todo o debate em torno da implantação, complementando esta ideia, há o desejo de envolvimento da população do entorno ao longo do projeto, como afirma a própria Secretária Marlene Luna:

Qual o cuidado que nós precisamos ter? Aí sim, e isso eu posso dizer que o Prefeito é muito, muito sensível e muito responsável ... será algo em que vai ter muito critério, vão ser respeitadas as pessoas, não vai ser o desejo de Bruno, o desejo da secretária Marlene, o desejo de A ou de B, nós teremos sim o que tiver de melhor no Brasil pra preservar, pra conservar, pra ter o cuidado tanto com a área, com o que nós encontraremos lá dentro que precisamos recuperar e também com o entorno, com as pessoas que vivem ali dentro e próximo ao jardim botânico. Isso aí eu tenho certeza que todos estes aspectos serão extremamente bem tratados pelo poder público, gestão de Romero (MARLENE LUNA, 2014).

Na fala de Marlene Luna infere-se o apoio do atual Prefeito de Campina Grande, Romero Rodrigues (2014) ao projeto. A este ponto do debate, uma pergunta que vem à tona é porque foi a Secretaria de Cultura e não a Secretaria de Meio Ambiente que capitaneou todo o projeto? E quem são as pessoas, físicas e jurídicas envolvidas?

Como afirmamos anteriormente, e Marlene Luna legitimou em sua fala, o projeto emergiu quando da sua gestão na Reitoria da UEPB, ao chegar na Secult, ela trouxe consigo a ideia e negociou diretamente com o Prefeito, que imediatamente desapropriou uma primeira propriedade, a fazenda de João Ribeiro. Em ligação direta com o projeto até o momento estão a Secretaria de Cultura, a Secretaria de Obras, a Secretaria de Meio Ambiente, que deu o aval para que a Secult tocasse o projeto por esta possuir uma maior capacidade instalada, e alguns membros da Secretaria de Planejamento, além da própria Prefeitura, do curador do Meio Ambiente, Eulâmpio Duarte, do projetista Bruno Vaz, do presidente da RBJB, João Toledo, do procurador do município, Mariz, dos arquitetos da SUPLAN, e de pesquisadores, dentre eles Ethan Barbosa, Dilma Trovão e Veneziano Guedes. Sobre a participação da Secretaria de Meio Ambiente, Marlene Luna afirma:

... a gente já vinha com um projeto anterior à minha chegada à Secretaria então, e o Secretário nessa posição ele é muito aberto à cooperação...A Secretaria do Meio Ambiente meio que deu o aval, assim, cuida vocês, é uma cooperação dentro da gestão ... a gente caminha pra essas coisas, as coisas não acontecerem mais do ponto de vista ideológico do isolamento mas do compartilhar, e se você tem mais capacidade instalada do que eu, faz você, porque o objetivo é único e o objetivo nem sou eu, nem é você, nem é ... e esse prefeito tem , é sempre o povo (MARLENE LUNA, 2014).

3.4 - O Louzeiro e a paisagem de Campina Grande

Ao se levantar a possibilidade de instalação do JBCG no Louzeiro, o espaço começou a ser alvo de entrevistas com focos diversos, perdendo parte da sua invisibilidade, emergindo uma possibilidade de que o espaço seja construído não apenas compondo o cenário imagético discursivo de Campina Grande, mas também se transformando em motivo de orgulho para a cidade. Ao ser questionado sobre o paisagismo urbano da cidade e de como o Louzeiro dialoga com esse paisagismo, Bruno Vaz afirma:

O que me vem à cabeça quando se fala em paisagismo urbano de Campina Grande é justamente que a cidade surge numa grande campina ou seja, sua paisagem original era um grande descampado com vegetação basicamente rasteira e poucas manchas arborizadas. Quando as populações do Brasil foram abruptamente se urbanizando, a nossa cidade cresce em cima dessa realidade anterior. Ou seja, surge uma extensa mancha urbana com pouquíssimas árvores em seu interior. Some-se a isso a inexistência de preocupação com meio ambiente e ao modelo desenvolvimentista explorador que sempre ensinou a extrair os recursos naturais (inclusive as árvores) que tivéssemos disponíveis. Está aí o caldo que trouxe pra campina a paisagem de uma cidade com tamanho déficit arbóreo.

Nesse contexto o Louzeiro se configura numa importante e raríssima mancha verde do nosso município que merece especial cuidado. Os habitantes de seu entorno, seja dos bairros mais carentes aos mais abastados, tiveram suas infâncias e juventudes influenciadas pelo contato com a natureza que ali resiste. Todavia, percebi ao longo dos estudos para a concepção do projeto, que a imensa maioria dos cidadãos de Campina, especialmente os mais jovens, jamais ouviu falar ou nunca visitou a área. Daí a necessidade de introduzir na vida cotidiana da cidade o convívio com o verde, com o meio ambiente. Isto é imprescindível para uma vida realmente mais completa e mais saudável (BRUNO VAZ, 2013).

Na sua fala, Bruno Vaz destaca não apenas a invisibilidade do Louzeiro, mas a preocupação com o déficit arbóreo e com a introdução do convívio com o verde na vida cotidiana da população campinense. Estes temas já foram abordados no capítulo 02, mas ao trazer à tona o Louzeiro, agora construído enquanto um espaço de pesquisa, de lazer e de cultura, os olhares se deslocam. A discussão do jardim botânico faz emergir as preocupações com as questões ambientais na cidade, e os diálogos entre ambiente e cultura. Destes diálogos emergem outros projetos, como o projeto de paisagismo e construção de identidade dos bairros, abaixo descrito por Marlene Luna:

Nós estamos também com um segundo projeto que é também meio ambiente, que é da identidade dos bairros porque nós temos, todo mundo diz que Campina Grande tem um déficit de 800 mil... árvores, que árvores? Como vamos plantar? Pra quem? Como eu me reconheço? ... esse projeto também, e em conjunto com a Secretaria... de meio ambiente, mas sob a responsabilidade e a guarda da Secretaria de Cultura. A gente tem tentado assim, fazer um diálogo em que a gente coloque a comunidade, principalmente que dê esse poder à comunidade, às pessoas que vivem no local. Não tem como, nós estamos perdendo... a característica de sentirmos que a cidade nos pertence. E qual o sentido da cidade se não for a pessoa? (MARLENE LUNA, 2014).

Emerge novamente o debate sobre identidade, e a construção elitista da imagem de Campina Grande e da identidade campinense. Marlene Luna se refere ao Louzeiro como um espaço invisível, mas aponta que ele não é o único espaço que se invisibiliza nesta construção imagético-identitária da cidade:

Campina Grande ela é muito mais forte em sentimentos. Em sentimentos da beleza ou do gostar da cidade, muito mais do que da materialização... E como eu penso Campina Grande? Eu não posso pensar Campina Grande olhando a beleza que é a Avenida Rodrigues Alves durante a madrugada, ou a beleza que é, que é a avenida, realmente ela é linda a, a rua que fica ali na UNESCO, que é muito linda, perto da praça... que é linda, então são espaços belíssimos que ainda se preserva em Campina Grande, mas que são espaços extremamente segregadores em que uma parcela dos campinenses usufrui e outros não. Quando muito eu vou, porque eu vou para trabalhar ou eu vou pra outras finalidades, então o paisagismo de

Campina Grande eu tenho que olhar é o Multirão, aí eu penso que ela, que falta muito à identidade(MARLENE LUNA, 2014).

Ao tentar uma maior aproximação entre os espaços e tentar perceber a cidade enquanto diálogo, enquanto interconexão, Marlene nos aponta como os espaços de Campina Grande são construídos de forma isolada, e como muitas vezes não se estabelecem relações, apesar da proximidade geográfica, da comunhão de interesses e da necessidade de diálogo. Nesta primeira tentativa, Marlene tenta pensar as instituições enquanto localizadas no mesmo bairro e tendo como pontos de convergência o ensino, a pesquisa e a extensão:

Vamos olhar Bodocongó, você desce ali, aí você tem a UFCG, olha que bacana, um pouquinho mais você tem a UEPB, você tem o Redentorista, aí você tem o Hospital da FAP que é uma Fundação e que já foi muito tempo espaço de hospital escola, mas mais em cima você tem o Parque Tecnológico, é um parque tecnológico e incubadora, ao lado, você tem a Fundação de Amparo e Apoio à Pesquisa da Paraíba, mais ali eu tenho o CITA que está sendo construído, que é o Centro de Inovação Tecnológica Albano Franco. Que diálogo essas instituições tem? Nenhum. Nenhum. Nem a gente próprio se reconhece, nem a gente reconhece o bairro. Bodocongó, nem a gente reconhece o povo, nem o povo lhe reconhece. Então, há uma ausência... (MARLENE LUNA, 2014).

Marlene continua sua reflexão tentando criar uma rota histórico-cultural imaginária de pontos centrais da cidade que não dialogam entre si, e finaliza a ideia da construção paisagística da cidade tentando explicar a invisibilidade do Louzeiro:

Por outro lado você pega uma área que eu digo que é muito: dá um circuito, uma rota cultural e que também as pessoas não ... eu sinto uma ausência dessa percepção ... e que envolve esse paisagismo nessa cidade é que você tem o Teatro, aí você desce, você tem o museu aqui, esse espaço que é lindo, aí você tem o parque, o Parque Evaldo Cruz, que é um espaço bellissimo, aí você tem o Parque do Povo, o Centro Cultural, passa um pouquinho aí você tem o chamado Açude Velho, agora tem o Museu de Arte Popular da Paraíba, o outro lado tem o Museu do Algodão, a Estação Velha com os galpões bellissimo, vai mais à frente tem o museu, o MAC, e virando aqui, se quiser, ainda vai lá na Vila Olímpica Plínio Lemos. Como a gente se reconhece enquanto paisagem, ou enquanto diálogo, ou enquanto conteúdo esse espaço de Campina Grande? Eu vejo muito pouco, então assim, eu acho que falta trazer à tona essa fala que não é só uma questão de construção física, mas é de uma proposta, é de uma proposta pra esse diálogo e é nesse sentido que o Louzeiro se insere, ele é invisível e ele é invisível por que? Porque lá não tem nada e os vizinhos são pobres, e eles estão ali escondidinhos... estavam, porque agora não está mais, não há um diálogo porque ele era desconhecido e ele é , ele era desconhecido por quem detém mecanismo de fazer alguma coisa. Então se a elite, e aí, com toda a compreensão, se os poderes, ou o poder privado que tenha recursos, ou o público, se eles, dessa intervenção pra dar essa visibilidade nessa concepção que nós entendemos que pode contribuir muito com o desenvolvimento humano do povo de Campina, se esses poderes não reconheciam, não sabiam que existia, imagina, ele ia ficar sempre à margem, então o Louzeiro não tinha esse dialogo (MARLENE LUNA, 2014).

Importante destacar a percepção da invisibilidade do Louzeiro na fala de Marlene, também associada a espaços não elitizados da cidade, associada ao lugar

do nada e associada ao desconhecimento da área por pessoas que poderiam lhe dar visibilidade.

A ausência de diálogo apontada por Marlene é uma ausência também da construção de uma narrativa que ligue estes pontos, não apenas os espaços, enquanto rota, mas enquanto diálogos, enquanto espaços sentidos, pensados, vividos, praticados, ao discurso da construção da imagem e da identidade campinenses.

Há uma emergência de trabalhos acadêmicos que criticam a construção elitista feita no centenário da cidade e durante muito tempo alimentada pelos intelectuais, há também uma demanda por novas narrativas, por novas formas de perceber o espaço urbano de Campina Grande, por novas formas de, como diria Arlete Farge, ligar os pontos para construir os sentidos da história de uma cidade. E nesta demanda há espaços para novas fontes, para novas leituras de fontes antigas, há espaço para construções pautadas nas relações do ser humano com a natureza, quer enquanto ambiente natural quer enquanto construção discursiva (FARGE, 2011).

Considerações finais

Ao iniciar esta pesquisa a pergunta que mais me movia é: como pode uma mancha verde de 60 hectares a dez minutos do Centro da cidade de Campina Grande se invisibilizar aos olhos de toda uma população?

Na busca desta resposta dialogamos não apenas com a construção do espaço do Louzeiro e com a sua territorialização, mas também com as relações que o Louzeiro tinha com a construção imagética de Campina Grande. Na ânsia de responder aos questionamentos aqui apresentados historicizamos conceitos e tentamos ligar pontos da história de Campina Grande em um traçado no qual a história dialogasse com o meio ambiente urbano.

Na introdução perguntamos sobre os interesses que levaram o poder público municipal a transformar um espaço rural, com todas as suas peculiaridades, em zona urbana e o que mudou neste espaço e nas práticas dos seus frequentadores e moradores com essa transformação. Ao analisarmos o mapa de bairros da cidade, percebemos que o Louzeiro ficou ilhado, foi completamente cercado por outros bairros. Isso o integrou à zona urbana e colocou seus moradores e comunidade do entorno em contato com as práticas do cotidiano de uma vida urbana: especulação imobiliária, despejos de resíduos sólidos de origem diversa, contaminação das fontes hídricas por efluentes domésticos, desmatamento, exploração de minerais não metálicos, entre outros. Estas práticas levaram a uma degradação do local em nível tal que o poder público, influenciado por todo discurso ambiental emergente na década de 1980 no Brasil e no mundo, e fundamentado na legislação vigente, principalmente no Código Florestal de 1965 e no Código das Águas de 1934, insere o Louzeiro na Lei Orgânica Municipal, como zona de proteção.

A pergunta que permeou todo trabalho, sobre a invisibilidade do Louzeiro frente aos moradores de Campina Grande e à construção imagética que da cidade se fez nos levou a vários discursos, a várias fontes. Para compreender esta invisibilidade dialogamos com o discurso que inventou o Nordeste (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011), com a perspectiva de convivência com o Semiárido, com a construção midiática sobre a natureza, com a construção elitista da identidade campinense em 1964, época do centenário da cidade, com a paisagem urbana de Campina Grande, com os debates sobre meio ambiente em nível nacional e

internacional a partir da década de 1970 e a legislação e políticas públicas dele decorrentes, com o crescimento das cidades a partir de 1960 no Brasil e com as práticas cotidianas de uma população que estabelece com o Louzeiro uma relação que lhe garanta a retirada dos recursos mínimos para a sobrevivência. O Louzeiro se invisibiliza por não corresponder à imagem ambiental do belo construída pela mídia que tem por base as florestas tropicais, por ter como principal componente da paisagem a Caatinga, por estar associado a bairros não elitizados, por não dialogar diretamente com a construção do moderno, da vanguarda alimentada por intelectuais da elite campinense no século XX.

Ao longo da pesquisa estabelecemos um diálogo que não se limitasse ao recorte geográfico do Louzeiro, mas que compreendesse a sua relação com a cidade, e os diálogos estabelecidos entre o que se dizia do Louzeiro e os vários discursos emergentes no período estudado. Recortamos a década de 1960 por ser neste período que o espaço em questão começa a ser loteado para fins de construção de residências. E encerramos em 2013 com a notícia da implantação do Jardim Botânico de Campina Grande, no Louzeiro.

O diálogo proposto nos três capítulos teve por eixo norteador a inserção do Louzeiro em outros universos de discussão que não os limites do bairro ou os dados sobre a sua biodiversidade e/ou recursos naturais. O Louzeiro não pode ser compreendido isolado, deslocado da cidade na qual se insere, deslocado dos debates que territorializam e constroem sobre ele imagens e discursos.

No capítulo 01– *Louzeiro - espaço: a invenção de uma mata*, o debate teve o norte teórico de compreender o espaço e suas transformações, não apenas o espaço geográfico, mas o espaço imagético-discursivo. Analisando os discursos compreendemos que o Louzeiro, enquanto mata, foi inventado para fins de preservação do espaço e que, ao inventar a Mata do Louzeiro, o poder público também territorializou o antigo sítio. O mapeamento da legislação: Código Florestal de 1965 e Código das Águas de 1934 detalhou a base legal para a invenção da mata. As entrevistas permitiram a visualização das transformações ocorridas no espaço ao longo das décadas, e a visualização de que, no momento anterior à criação da zona de proteção, em 1990, existiam elementos e práticas condizentes com a ocupação do espaço enquanto sítio convivendo concomitantemente com elementos e práticas de uma mata. Associado a estas entrevistas, dados do IBGE, o

mapa de solos da cidade, o georeferenciamento da área mostraram a riqueza de um ecótono que abriga as únicas fontes de água doce que, ao longo de um grande período, abasteceram o município e que está encravado na zona urbana, cercado por outros bairros. Em um diálogo inicial com a identidade do campinense o levantamento dos discursos que a construíram quando analisados junto aos discursos sobre meio ambiente permitiram a compreensão da invisibilidade do espaço e de que apesar do espaço ser invisível aos olhos da população, discursos específicos já se apropriavam e territorializavam o local, tentando construir para ele um lugar de fala, uma memória associada ao mito de origem da cidade, associado à inserção de Campina Grande no debate ambiental emergente na década de 1980.

Ao longo do capítulo 02- *Louzeiro - paisagem: o que é uma mata? A construção de um significado*, nos propusemos a um diálogo conceitual. Na verdade historicizamos os conceitos para compreender por que o Louzeiro foi nomeado como sítio e não como fazenda e vimos que a palavra sítio denota uma pequena propriedade, limitada em produção e em diversidade de atividades, enquanto a palavra fazenda denota uma propriedade e uma produção maiores. A historicização dos conceitos de mata e floresta nos foi útil para compreender porque o texto legal se referia à floresta Louzeiro, enquanto a mata emergiu no discurso e no imaginário da população do entorno ao longo das décadas de 1990 e 2000. Durante muito tempo associada erroneamente ao conceito de uma menor quantidade de espécies, a mata era um conceito que reduzia, que limitava o Louzeiro e que dialogava diretamente com a construção erroneamente que se faz da Caatinga: um bioma pobre em biodiversidade e em recursos naturais. Ao analisar a implantação da zona de proteção, concluímos que muitas práticas cotidianas foram criminalizadas: desmatamento, caça, pesca, despejo de resíduos e retirada de minérios não metálicos (principalmente argila e areia). Tentando compreender a construção da paisagem de Campina Grande e como o Louzeiro se inseria nela analisamos o discurso que alimentou a construção imagético-discursiva da cidade quando do seu centenário em 1964 e vimos que o discurso elitista invisibilizou tudo o que não era compreendido como moderno, como símbolo de progresso. Refletindo sobre símbolos da cidade: o hino, a bandeira e o brasão vimos como a imagem de Campina Grande está associada a uma natureza exuberante e como este cenário 'natural' se insere no discurso de que ela é predestinada ao sucesso, ao progresso.

A natureza exuberante destacada nestes símbolos invisibiliza ainda mais a mata branca da Caatinga presente no Louzeiro. As entrevistas e os jornais foram de importância ímpar para compreender a criação da primeira Secretaria de Ambiente Municipal, dialogando com o contexto pós Rio-92 e as ações das gestões públicas municipais que modificaram a paisagem de Campina Grande principalmente depois da década de 1970, quando do projeto Cura, que canalizou o riacho das Piabas, afinal rio sujo e poluído tem que se esconder; que tirou os mecânicos do Centro de Campina Grande e os deslocou para a periferia da cidade, pois o projeto visava modernizar e embelezar esta área, depois da criação da Secretaria de Meio Ambiente, as tentativas de arborização de uma Campina que, como a reflexão sobre o próprio nome e a construção da paisagem de outrora nos mostrou, era uma área com poucas árvores; por fim, da década de 1990 em diante, da construção do Louzeiro como um espaço para prática de crimes, devido à limitação do uso do seu solo por causa da instituição da zona de proteção e por causa da degradação cada vez maior sofrida pelo meio ambiente e de como estas práticas motivaram ações que exigiam dos gestores e autoridades competentes, políticas públicas que contemplassem aquele espaço.

No capítulo 03 *Louzeiro – território: a implantação do jardim botânico*, um dos focos foi compreender a territorialização do Louzeiro que, no sítio era feita pelos moradores, e logo em seguida, depois da instituição da zona de proteção foi feita também pelo poder público, e a territorialização mais recente, novamente pelo poder público quando da implantação do jardim botânico e início das desapropriações em 2013. Focamos também nas discussões acerca dos jardins e dos jardins botânicos e das transformações que o conceito sofreu ao longo do tempo. Outro ponto importante para o debate foi compreender a emergência do Louzeiro enquanto espaço para abrigar o Jardim Botânico de Campina Grande e os motivos que levaram a Secretaria de Cultura e não a Secretaria de Meio Ambiente a capitanear todo o projeto. Em entrevistas com Marlene Luna veio à tona as motivações pessoais que a levaram a se interessar pelo Louzeiro quando da sua chegada em Campina Grande: a associação feita entre este espaço e os tropeiros, que lembrava a história de vida de seu pai, vendedor de algodão em Campina Grande. Este interesse a levou, quando ocupava o cargo de reitora da Universidade Estadual da Paraíba, a iniciar negociações com os cursos de graduação e de pós graduação,

principalmente o Curso de Pós Graduação em Ecologia e Conseqüência da instituição no sentido de transformar o Louzeiro em um espaço de pesquisa e preservação. O projeto de transformar o Louzeiro em um jardim botânico, que veio à tona na UEPB, quando da nomeação de Marlene Luna, no início de 2013, para a Secretaria de Cultura de Campina Grande, foi levado como proposta à gestão municipal, que apoiou a ideia. A Secretaria de Meio Ambiente participa com o aval para que a Secult execute o projeto por esta possuir uma melhor capacidade instalada. O projeto, em fase de desapropriação da área e debate com a comunidade, conta com o apoio da Rede Brasileira de Jardins Botânicos, algumas Secretarias, a Procuradoria municipal, o Ministério Público e com diversos pesquisadores de várias instituições. As ações da Secult para a implantação do JBCG deram uma maior visibilidade à área, que virou tema de entrevistas e debates com a academia, com as comunidades do entorno, com os Institutos de Pesquisa, com a sociedade civil em geral, e de reuniões com autoridades públicas e pesquisadores interessados no tema, além do Fórum Campinense de Meio Ambiente e Cultura que, em sua segunda edição este ano, tem como um dos eixos norteadores, aproximar o debate sobre meio ambiente e cultura da proposta de construção do JBCG.

Esta pesquisa não pretendeu resgatar a História do Louzeiro. O que nos guiou ao longo do trabalho foi principalmente a possibilidade de, tomando como referência o Louzeiro, poder, em um voo panorâmico, visualizar uma história de Campina Grande entre 1960 e 2013 tendo por eixo norteador o meio ambiente, tentando dialogar com sua paisagem natural, mas tendo ciência de toda construção cultural que a envolve e com o que se disse sobre Campina Grande neste período.

Além dos diálogos com os historiadores, o objeto ora escolhido nos permitiu chegar às fronteiras do direito, da biologia, da geografia, da geologia, da agronomia e de outros saberes que também se interessam pelo tema.

Em levantamento feito nos trabalhos de história de Campina Grande, poucos dialogam com o meio ambiente urbano como objeto passível de historicização. Neste sentido, este trabalho, como tantos outros, não pretende colocar um ponto final no debate sobre o Louzeiro ou sobre a paisagem de Campina Grande. Se o leitor se interessar pela leitura deste texto e se sentir provocado a pesquisar, ou a deslocar seu olhar para uma possível história de Campina Grande contada a partir também de seus elementos naturais em estreita relação com seus habitantes, este

trabalho já terá cumprido um grande papel. Alimenta também o nosso desejo, que ele contribua para os debates que ora se promovem em torno da definição de diretrizes e implantação do projeto do JBCG, visto pela Secretaria de Cultura como um presente para Campina Grande que neste ano de 2014 completa 150 anos.

Este trabalho se propôs não apenas a dar uma maior visibilidade e dizibilidade históricas ao Louzeiro, mas também à paisagem, ao meio ambiente urbano de Campina Grande como elementos passíveis de historicização, como discursos construídos intencionalmente pelo ser humano e como representações do tipo de relação que o ser humano estabelece com a natureza.

REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920-1950)**. São Paulo: Intermeios, 2013.

_____. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. O espaço em cinco sentidos: sobre a cultura, poder e representações espaciais. In: **Nos destinos de fronteiras: História espaços e identidade regional**. Recife: Bagaço, 2008.p. 97-124.

ANGELY, J. **Dicionário de Botânica**. Curitiba, Instituto Paranaense de Botânica, 1959.

ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978.

BARROS, José D'Assunção. História, espaço e tempo. Interações necessárias. In: **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.460-476, Jul/Dez 2006.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BRITO, Vanderley de. OLIVEIRA, Thomas Bruno. A missão catequética de Campina Grande: uma pseudmissão para dissimular o etnocídio nos sertões da Paraíba. In: **Tarariú**. Campina Grande, ano 3, vol 1, n. 4. Abr/mai 2012.p. 7-21. Disponível em: http://mhn.uepb.edu.br/revista_tarairiu/n4/TARAIRIU_N04.pdf . Acesso em 10/10/2013.

CARVALHO, E. B. de; NODARI, E. S. A percepção na transformação da paisagem: os agricultores no desflorestamento de Engenheiro Beltrão–Paraná, 1948-1970.In: **História**. São Paulo, v. 26, n. 2, 2007. p. 269-287.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Adeus ao desenvolvimento sustentável**. Instituto Carbono Brasil, 2013. Disponível em: <http://www.institutocarbonobrasil.org.br/artigos/noticia=735346> acesso em 02-12-2013.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes,1998.

CINTRA, F.A. Estudos da lingua portuguesa. **Revista do Brasil**. v.13, n.52, 1920.p. 338-343.

CRONON, William. **Changes in the Land: indians, colonists and the ecology of New England**. New York: Hill and Wang. 1998.

CROSBY, Alfred. **Imperialismo ecológico. A expansão biológica da Europa, 900-1900**. São Paulo: Companhia das Letras. 1993.

DANTAS, Ivan Coelho & SOUZA, Cinthia Maria Carlos. Arborização urbana na cidade de Campina Grande – PB; inventário e suas espécies. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**. Campina Grande PB, v.4, n.2, 2004.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a História e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEL GROSSI, Sueli Regina. **De Uberabinha a Uberlândia: os caminhos da Natureza**. Contribuição ao estudo da geomorfologia urbana. São Paulo: USP. (Tese de Doutorado em 1991).

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol.5. São Paulo, Ed. 34, 1997

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental e o choque das civilizações. In **Ambiente e Sociedade**, Ano III, n5, São Paulo, 2º Semestre, 1999.

_____. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. In **Estudos Históricos**. RJ, vol.4, n. 8. 1997

DUARTE, Regina Horta. **História & natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____. Sherazade tropical: narrativas e diálogos da história ambiental no Brasil. IN: **História** (São Paulo) v.32, n.2, p. 3-20, jul./dez. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/his/v32n2/a02v32n2.pdf> . Acesso em 02/02/2014.

Dulley, Richard Domingues. Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais. In: **Agric. São Paulo**, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 15-26, jul./dez. 2004. Disponível em <http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-2-04-2.pdf>. Acesso em 25/08/2013

FEBVRE, Lucien. **O Reno: história, mitos e realidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 5 ed., São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes. 1999.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GUEDES, Veneziano; TROVÃO, Dilma M. B. M et al. Impactos antrópicos e integridade ecológica no Sítio Louzeiro, Campina Grande (PB). In: **Revista de Biologia e Farmácia- UEPB**. Campina Grande, vol. 5, pp.93-101, 2009. Disponível

em:

http://eduep.uepb.edu.br/biofar/v5n1/impactos_antropicos_e_integridade_ecologica_no_sitio_louzeiro.pdf. Acesso em 15/09/2011.

GESTEIRA, H. M. O Recife holandês: história natural e colonização neerlandesa (1624/1654). In: **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 2004. p. 6-21.

GUNDERSON, L.H. Ecological resilience - in theory and application. **Annual Review of Ecology and Systematics**. 2000. 31:425-439.

HERTEL, R.J.G. 1969. Aspectos interessantes da vegetação do Paraná. In: **F.El-Khatib** (ed.). História do Paraná, volume 2, p. 131-241.

IGARI A. T.; PIVELLO V. R. Crédito Rural e Código Florestal: irmãos como Caim e Abel? IN: **Ambiente e Sociedade**. vol.14, n.1 .São Paulo, Jan./Jun 2011.

JOBIM, L. C. **Os jardins botânicos no Brasil colonial**. Bibl. Arq. Mus., Lisboa, v. 2, n. 1, 1986.p.53-120.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

LIMA, Vera Lúcia A.; SOUSA, Valdir Cesarino de; et al. Avaliação preliminar de impactos ambientais no entorno do Louzeiro e Riacho das Piabas–Campina Grande–PB. In: **Revista UEPB**. Campina Grande. 2010. Disponível em <http://revista.uepb.edu.br>. Acesso em 01/10/2011.

LITTLE, Paul E. Etnodesenvolvimento Local: Autonomia cultural na era do neoliberalismo global. In: **Tellus. Revista de Antropologia do NEPPI/UCDB**. Ano 2, n. 3.Campo Grande, MS: NEPPI/UCDB, out 2002, p. 33-52.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino**. São Paulo: Cortez, 2006.

ODUM, Eugene Plesants. **Fundamentos de Ecologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. In: **Estudos Avançados-USP**, vol 24, n 68, São Paulo, 2010, disponível em <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10468> acesso em 02/02/2012.

_____. Floresta da Tijuca: viagens pela História. In: **O Eco**. 2006. Disponível em <http://www.oeco.com.br/todos-os-colunistas/67-jose-augusto-padua>. Acesso em 13/09/2011

_____. **Um país e seis biomas - ferramenta conceitual para o desenvolvimento sustentável e a educação ambiental**. In: José Augusto Pádua. (Org.). **Desenvolvimento, Justiça e Meio Ambiente**. 1 ed. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2009 , p. 118-150.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PONTING, Clive. **Uma história verde do mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

PYNE, Stephen. **Fire in America. A cultural history of wildland and rural fire**. Washington: University of Washington Press, USA, 1999.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAYNAUT, Claude. Interdisciplinaridade: mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção e a aplicação de conhecimentos. In: PHILIPPI, Jr., Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. (org.) **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação**. São Paulo - SP: Manole, 2011. P. 69 – 105.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

_____. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.

SANJAD, Nelson. **Nos jardins de São José: uma história do Jardim Botânico do Grão-Pará, 1796-1873**. (Dissertação Mestrado). Instituto de Geociências, Campinas, 2001.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Lingüística Geral**. 2º. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

SCHAMA, Simon. **O futuro da América**. São Paulo: Companhia das Letras. 2009.

_____. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, Edson H. **Xukuru: memória e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988**. (Tese de Doutorado em História). IFCH/Unicamp, 2008.

SILVEIRA, Regina Paula. História de Campina Grande forjando a memória local: Elpídio de Almeida e sua representação da cidade. In: **V Encontro Estadual de História**, 21 a 24 de agosto de 2012, Natal, RN / ANPUH-RN, 2012. Disponível em : <http://www.rn.anpuh.org/evento/veeh/ST06/Historia%20de%20Campina%20Grande%20forjando%20a%20memoria%20local%20Elpidio%20de%20Almeida%20e%20sua%20representacao%20da%20cidade.pdf>. Acesso em 15/12/2013.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, José Luiz. **Dicionário etimológico e circunstanciado de biologia**. São Paulo: Scipione. 1993.

SOBRINHO. Vasconcelos. **As regiões naturais do Nordeste, o meio e a civilização**. Recife: 1956.

SOUZA,Veneziano Guedes de. **Diagnóstico e prognóstico socioeconômico e ambiental das nascentes do Riacho das Piabas (PB)**- (Dissertação de Mestrado em Recursos Naturais). UFCG, 2010.

STRAUBE, Fernando C. Mata ou floresta? In: **Atualidades Ornitológicas** n. 128- Nov./dez. 2005. P.29- 33, disponível em <http://www.ao.com.br/download/mata.pdf> acesso em 02/05/2013.

STEWART, M. A. Environmental history: profile of a developing field. In: **The History Teacher**, vol. 31, nº 3, 1998.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural. Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e caçadores. A origem da Lei Negra**. Coleção Oficinas da História: Paz e Terra, 1997.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Garamond,2008.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WORSTER, Donald. **Nature's economy. A history of ecological ideas**. Cambridge: Cambridge University Press, USA, 1998.

_____. Para fazer História Ambiental. In: **Estudos Históricos**, vol. 4, n. 8, 1991.

Índice de sites consultados:

<http://www.asabrazil.org.br> acesso em 05/02/2012.

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=250400&search=paraiba|campa-grande> acesso em 05/09/2013.

http://www.dnpm.gov.br/mostra_arquivo.asp?IDBancoArquivoArquivo=3194 acesso em 03/01/2012.

<http://educacao.uol.com.br/geografia/seca-no-nordeste-desmatamento-e-politicas-ineficazes-sao-agravantes.jhtm>. acesso em 05/02/2012.

<http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=419> acesso em 05/08/2012.

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=169 acesso em 05/02/2012.

<http://www.lfg.com.br> acesso em 03/01/2012.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4771.htm acesso em 15 09 2013.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d24643.htm acesso em 12 08 2013.

http://portais.ufg.br/sites/historia_revistadeteoria acesso 28/12/2011.

<http://pv.org.br/opartido/> acesso em 24/01/2014.

<http://www.sintabpb.com.br/wp-content/uploads/2010/04/LEI-ORG%C3%82NICA-DO-MUNIC%C3%8DPIO.pdf>- acesso em 13-03-2013.

<http://www.youtube.com/watch?v=aMFI3pXm1jg> acesso em 04/11/2013.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Bairros_de_Campina_Grande.svg. Acesso em 16/09/2011.

http://cgretalhos.blogspot.com/2009_11_01_archive.html#.UwLXGfldUuA acesso em 03/12/2013.

http://acervo.jornaldaparaiba.com.br/anos/2009/11_Novembro/13/Cidades/arquivos/assets/basic-html/page5.html). Acesso em 03/11/2012.

<http://amp-pb.jusbrasil.com.br/noticias/2209042/mp-pede-fim-das-fogueiras-durante-festas-juninas>. Acesso em 03/09/2013.

<http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=419>. Acesso em 05/08/2012.

(http://acervo.jornaldaparaiba.com.br/anos/2007/04_Abril/05/Cidades/arquivos/assets/basic-html/page3.html) Acesso em 05/11/2012.

<http://www.uep.cnps.embrapa.br/solos/index.php?link=pb> acesso em 10/01/2013.

Videos:

CAMPINA GRANDE - PB - Homenagem a mais bela Cidade. Produção: Carlos Magno Marcelo de Lacerda. Campina Grande, 2013. 1 YouTube (14Min57s). Áudio: português. <http://www.youtube.com/watch?v=aMFI3pXm1jg> . Acesso em 04/11/2013.

Enchente no ponto de Cem Réis em Campina Grande Pb.2011. Acessado em 03/09/2013/ disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=vgSOi9skX8&list=PLF26B52AA119B9F53>. Acesso em 03/09/2013.

Jardins Botânicos. Roteiro: Regina Horta Duarte. Minas gerais: As Quatro Estações, 2014. Duração: 4:15min. Áudio: português. <http://www.youtube.com/watch?v=jHdpi46CdXA>. Acesso em 15/02/2014.

Rio Tâmisia. Roteiro: Yuri Mesquita e Regina Horta Duarte. Minas gerais: As Quatro Estações, 2014. Duração: 4:08min. Áudio: português. <http://www.youtube.com/watch?v=yyl3Yzm3hrk> . Acesso em 03/02/2014.

Entrevista publicada em periódico:

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **Entrevista realizada com o Professor Doutor Durval Muniz de Albuquerque, em primeiro de junho de 2011. Revista de Teoria da História** Ano 2, Número 5, Universidade Federal de Goiás junho/2011. Entrevista concedida a Daniele Maia Tiago; Flávio Silva de Oliveira e Frederick Gomes Alves. Disponível em : http://revistadeteoria.historia.ufg.br/uploads/114/original_ENTREVISTA_PROF._Dr._DURVAL.pdf?1325211408 . Acesso em 28/12/2013.

Entrevistas:

BRUNO VAZ. Bruno Vaz Diniz. [dezembro de 2013. Campina Grande: Secult, 2013.

HUGO VIEIRA. Hugo Vieira. [dezembro de 2013]. Campina Grande: UFCG, 2013.

MARCO VIDAL. Marco Antônio Vidal dos Santos Pinto. [janeiro de 2014]. Campina Grande: UFCG, 2014.

MARLENE LUNA. Marlene Alves de Sousa Luna. [janeiro 2014]. Campina Grande: Secult, 2014.

RAMIRO PINTO. Ramiro Manoel Pinto Gomes Pereira. [janeiro de 2014]. Campina Grande: UFCG, 2014.

VENEZIANO GUEDES. Veneziano Guedes de Souza. [janeiro de 2014]. Campina Grande: UFCG, 2014.

ANEXO 01- PROGRAMAÇÃO DA II REUNIÃO DOS JARDINS BOTÂNICOS DO NORDESTE E I FÓRUM CAMPINENSE DE MEIO AMBIENTE E CULTURA



II REUNIÃO DOS JARDINS BOTÂNICOS DO NORDESTE

E

I FÓRUM CAMPINENSE DE MEIO AMBIENTE & CULTURA

Dando continuidade às atividades da RBJB visando a criação de redes regionais e criação e implantação do Jardim Botânico de Campina Grande, envolvendo os jardins do nordeste neste trabalho de cooperação em rede, será realizado o **I FÓRUM CAMPINENSE DE MEIO AMBIENTE & CULTURA** e a **II REUNIÃO DOS JARDINS BOTÂNICOS DO NORDESTE**.

Os eventos acontecerão nos dias 25 a 27 de Março de 2013, em Campina Grande | PB, com o apoio e realização da Prefeitura Municipal de Campina Grande/Secretaria Municipal de Cultura, Universidade Estadual da Paraíba, Rede Brasileira de Jardins Botânicos e dos Jardins Botânicos do Nordeste.

A Reunião Regional é coordenada pelo Prof. Flaminio Santana, do Jardim Botânico de Salvador, e tem como objetivos :

- Fortalecer o trabalho em rede entre os jardins botânicos desta região e criar a Rede Regional Nordeste.
- Criar uma proposta colegiada dos participantes para o tema e programação da XXII Reunião Nacional dos Jardins Botânicos que acontecerá em Belo Horizonte – MG em novembro de 2013.
- Agregar outras instituições à RBJB, principalmente aquelas que têm potencial de contribuir para a conservação ex situ da flora, como hortos , viveiros comerciais, parques, UNC's , etc....
- Mobilizar as instituições à participar do Sistema Nacional de Conservação Ex Situ, e fomentar a prática da conservação Ex Situ das espécies ameaçadas.

A região nordeste integra os Jardins Botânicos de Salvador | BA, Recife | PE, Pipa | RN, João Pessoa | PB, Campina Grande | PB (em fase de criação), Fortaleza (no momento desativado) , e Teresina | PI (sem funcionamento) . A meta da RBJB é de que tenhamos pelo menos um jardim botânico em cada estado brasileiro , se Possível instalado nas capitais.

Neste sentido a RBJB vai estender o convite aos governos e capitais dos estados de Alagoas, Sergipe, Maranhão, Piauí e Ceará, visando sensibilizar o Poder Público para a criação de jardins botânicos e instituições congêneres, nestes estados. Este convite não se restringe ao Poder Público, e a RBJB identifica iniciativas privadas que possam resultar em novos jardins botânicos públicos/privados.

A II REUNIÃO DOS JARDINS BOTÂNICOS DO NORDESTE, acontecerá no dia 25 de Marco, com a seguinte estrutura:

- Um panorama Geral dos Jardins Botânicos no Brasil, sua forma de organização, o Trabalho em Rede, a situação e o papel dos Jardins do Nordeste e a criação da Rede Nordeste.

Esses temas servirão para sensibilizar as instituições presentes para a criação e fortalecimento dos jardins. Abre espaço e oportunidade para a iniciativa de Campina Grande engajada na Rede Brasileira e na Rede Nordeste.

Programação 25/03/2013:

Manhã

- Abertura do Evento
- Palestra da RBJB – Organização dos Jardins Botânicos Brasileiros e o trabalho em Rede.
- Cases dos Jardins Botânicos do Nordeste, com ênfase nos pontos fortes e trabalho em rede.

Tarde

II Reunião dos Jardins Botânicos do Nordeste

- Cases dos Jardins Botânicos do Nordeste, pontos fracos e trabalho em Rede para solução dos problemas. [demanda dos jardins nas atividades de pesquisa, conservação e educação ambiental]
- Palestra RBJB : Sistema Nacional de Conservação Ex Situ e o fortalecimento dos jardins associados à RBJB
- Proposta colegiada dos participantes para o tema e programação da XXII Reunião Nacional dos Jardins Botânicos que acontecerá em Belo Horizonte – MG em novembro de 2013.
- Criação da Rede Nordeste de Jardins Botânicos

Nos dias 26 e 27, acontecerá o **I FÓRUM CAMPINENSE DE MEIO AMBIENTE & CULTURA**, que se propõe a discutir e propor novas possibilidades de jardins botânicos envolvendo o valor multicultural das plantas e o conhecimento tradicional. Este tema é relevante e permite a ampliação do papel dos jardins botânicos para a sociedade, encampando a temática da cultura e da arte aplicada à conservação da flora.

No dia 26, os Jardins Botânicos como espaço de Conservação & Cultura, será abordado com as palestras que versam sobre os seguintes temas:

- **Políticas Públicas e Cultura de Sustentabilidade**
- Paisagem e Cultura
- Arte e Botânica
- Conhecimento Tradicional & Etnobotânica
- Movimento Armorial

Outro ponto forte do Fórum será a Mobilização e Articulação para a criação do Jardim Botânico de Campina Grande, com essa visão integrada de Conservação e Cultura, visando o envolvimento e apoio da sociedade organizada, empresas, Poder Público nas três esferas, ong's, ambientalistas, produtores culturais, universidades, comércio e prestadores de serviços, indústrias, instituições de pesquisa e formadores de opinião.

O dia 27 será dedicado para o projeto do JBCG, com a apresentação da proposta pela Prefeitura, mobilização da Sociedade e criação da uma Comissão Gestora desse processo, com o seguinte conteúdo:

- **Palestra: O Louzeiro**
- **Jardim Botânico de Campina Grande: Apresentação do projeto**
- **Cerimônia de lançamento do JBCG e constituição da Comissão**

A Rede Brasileira de Jardins Botânicos se orgulha de participar deste evento que se constituirá num modelo para a criação de novos jardins no Brasil.



João Neves Toledo

Presidente RBJB

ANEXO 02- INVENTÁRIO DE FAUNA E FLORA

Diagnóstico da integridade ecológica do Louzeiro

Levantamento florístico

Espécies vegetais identificadas na área urbana do Louzeiro, compondo o levantamento florístico, indicado com o nome científico da espécie seguido pelo nome popular: *Myracrodunon urundeuva* Allem. Aroeira/ *Schinopsis brasiliensis* Eugl. Braúna/ *Aspidosperma pyrifolium* Mart. Pereiro/ *Tabebuia impetiginosa* (Mart. e DC) Stand. Ipê roxo/ *Tabebuia serratifolia* (Vahl) Nichols. Ipê amarelo/ *Ceiba glaziovii* (Kuntz) K. Schum. Barriguda/ *Commiphora leptopholeos* (Mart) J. B. Gillet. Imburana de espinho/ *Cereus jamacaru* DC. Mandacaru/ *Pilosocereus glaucescens* (Labour) Byles et Rowley. Facheiro/ *Bauhinia cheilantha* (Bong.) Stend. Mororó/ *Caesalpinia ferrea* (Mart ex Tul.) Pau ferro/ *Caesalpinia pyramidalis* Tul. Catingueira/ *Cassia ferruginea* Schrad. Canafistula/*Caesalpinia* sp. Quebra vaca/ *Capparis cynophallophora* L. Feijão bravo/ *Capparis jacobinne* Morie.Ex Eich. Içó/ *Thiloua glaucocarpa* (Mart.) Eichl. Sipaúba/ *Croton nepettaefolius* Baill. Pau leite/*Jatropha gossypifolia*. Pinhão/ *Manihot glaziouii* Muell. Arg. Maniçoba/ *Sapium*. sp. Burra leiteira/*Amburana cearensis* (Allem) A. C. Smith. Cumarú/ *Acacia glamerosa* Benth. Espinheiro/ *Acácia* sp. Amorosa/ *Enterolobium contoutisiliquum*. (Cuell). Tamboril/ *Mimosa cf areosa* (Willd) Poir. Unha de gato/ *Mimosa tenuiflora* (willd) Poir. Jurema preta/ *Piptadenia stipulacea* (Benth) Ducke. Jurema branca/ *Pisonia* sp. João mole/ *Celtis iguanea* (Jacq.) Sarg. Esporão-de-galo/ *Coutarea hexandra*. Quina-quina/ *Tocoyena formosa* (Cham et Schltdl) K, Schum. jenipapo-bravo/ *Allophylus* sp. Estraladeira/ *Lantana* sp. Camará/ *Boldichia major* H. B. K. Sucupira/ *Anacardium occidentale* L. Cajueiro/ *Mangifera indica* L. Mangueira/ *Psidium guajava* L. Goiabeira/ *Myrciaria cauliflora* Berg. Jaboticabeira/ *Artocarpus integrifolia* L. Jaqueira/ *Annona muricata* L. Graviroleira/ *Cocos nucifera* L. Coqueiro/ *Talisia esculenta* (St Hill) Radlk. Pitombeira/ *Achras sapota* L. Sapotizeiro / *Psidium araçá* Raddi. Araçazeiro/ *Syagrus cearensis* Mart. Coco-católé/ *Ficus carica* L. Figueira/ *Citrus* sp. Laranjeira/ *Citrus limonia* Osbeck. Limoeiro/ *Musa paradisiaca*. Bananeira/ *Eugenia uniflora* L. Pitangueira/ *Ziziphus juazeiro* Mart. Juazeiro/ *Sisymbrium cumimi* L. Skeels. Oliveira/ *Moquileatomentosa* Benth. Oitizeiro/ *Spondias mombin* L. Cajazeiro/ *Terminalia catappa* L. Castanholeira/ *Persea americana* Mill. Abacateiro/ *Citrus nobilis* Lour. Tangerina/ *Passiflora edulis* Sims. Maracujazeiro/ *Acrocomia intumescens* Drude. Macaibeira/ *Caesalpinia echinata* Lam. Pau brasil/ *Eucalyptus glóbulos* Lab. Eucalipto/ *Tamarindus indica* L. Tamarindo/ *Erythrina* sp. Mulungu/ *Caesalpinia ferrea* Mart. ex Tul. Jucá/ *Dyctiosperma* sp. Palmeira/ *Pinnus* sp. Pinheiro/ *Nectandra saligna* Ness & Mart. Canela/ *Saccharum officinarum* Linn. Cana-de-açúcar/ *Coffea arábica*. Cafeeiro/ *Opuntia* sp. Palma/ *Cereus* sp. Cacto/ *Melocactus* sp. Coroa-de-frade/ *Sambucus australis* Cham & Schlecht. Sabugueiro/ *Asplenium* sp. Violeta/ *Adiantum* sp. Avenca/ *Luffa cylindrica* Roen. Bucha/ *Cajanus indicus* Spreng. Feijão-guandu/ *Manihot esculentum* Cantz. Mandioca/ *Euphorbia gymnoclada* Boiss. Aveloz/ *Croton campestris* St. Hil. Velame / *Chenopodium ambrosioides* L. Mastruz/ *Heliotropium elongatum* L. Fedegoso/ *Aloe barbadensis* Mill. Babosa/ *Lippia geminata* H. B. K. Erva-Cidreira/ *Pithecolobium dumosum* Benth. Jurema-branca/ *Alpinia speciosa* Schum. Colônia/ *Bixa orellana* L. Urucu/ *Mirabilis jalapa* L. Bunina/ *Punica granatum*

L. Romã/ *Lantana camara* L. Câmara/ *Monordia charantia* L. Melão São Caetano/ *Solanum albindum* Dun. Jurubeba branca/ *Solanum panniculatum* Linn. Jurubeba preta/ *Physalis angulata*. Camapu-de-estalo/ *Mimosa paraibana* Barn. Malícia/ *Dalechampia scandens* L. Urtiga branca/ *Bromelia laciniosa* Mart. Macambira/ *Agave sisalana*. Agave/ *Boerhaavia coccinea* Mill. Pega pinto/ *Mucuna urens* D. C. Mucunã vermelha/ *Phyllanthus lathyroides* H. B. K. Quebra-pedra/ *Jatropha* sp. Pinhão/ *Andropogon schoenanthus* L. Capim santo/ *Eichhornia crassipes* (Mart) Solms. Aguapé/ *Hibiscus Rosa-sinensis* Linn. Papoula/ *Ricinus communis* L. Mamona/ *Erythrina velutina* Wild. Mulungu/ *Scoparia dulces*. Vassourinha.

Levantamento Faunístico

Animais identificados na área urbana do Louzeiro através de levantamento faunístico sendo indicados na classificação taxonômica pela Família ou Ordem, seguida do nome popular: *Lacertinidae*. Tejus-Açu/ *Lacertinidae*. Lagartixas/ *Lacertinidae*. Calangos/ *Squamata*. Cobra/ *Chelonidae*. Tartarugas/ *Chelonidae*. Jabutis/ *Chelonidae*. Cágados/ *Lacertinidae*. Camaleão/ *Anura*. Sapos/ *Anura*. Rãs/ *Anura*. Pererecas / *Osteicteis*. Piabas / *Osteicteis*. Traíras / *Osteicteis*. Tilapia / *Osteicteis*. Curimatã / *Osteicteis*. Carpa / *Oligoquetas*. Minhocas / *Hirudíneos*. Sanguessuga / *Gastrópodes*. Caramujos / *Gastrópodes*. Lesmas / *Gastrópodes*. Caracóis / *Himenópteras*. Abelhas / *Díptera*. Moscas / *Díptera*. Mosquitos / *Aracnidae*. Aranhas / *Escorpionidae*. Escorpiões / *Isoptera*. Cupins / *Siphonaptera*. Pulgas / *Homóptera*. Cigarras / *Coleóptera*. Besouros / *Lepidóptera*. Borboletas / *Orthoptera*. Grilos / *Hymenoptera*. Formigas / *Coleóptera*. Joaninhas / *Hemípteros*. Barbeiros / *Dípteras*. Moscas / *Fringillidae*. Azulão / *Fringillidae*. Golados / *Fringillidae*. Papa-capim / *Tyrannidae*. Vem-vem / *Tyrannidae*. Bem-te-vi / *Trochilidae*. Beija-flores / *Fringillidae*. Tiziu / *Picidae*. Pica-pau / *Caprimulgida*. Bacurau / *Fringillidae*. Galo de Campina / *Troglodytidae*. Rouxinol / *Cuculidae*. Anum Branco / *Cuculidae*. Anum Preto / *Accipitridae*. Gaviões. / *Columbidae*. Juriti/ *Columbidae*. Arribação / *Columbidae*. Rolinhas / *Furnaricidae*. Casaca de Couro/ *Corianidae*. Seriema / *Rallidae*. Galinha d'água / *Cotingidae*. Sabiá / *Plocedae*. Pardal / *Canidae*. Raposa / *Felidae*. Gato do mato / *Marsupiais*. Timbu / *Logomorfo*. Preá / *Logomorfo*. Mocó / *Quirópteros*. Morcegos / *Callitrichidae*. Sagüi.

FONTE:

GUEDES, Veneziano; TROVÃO, Dilma M. B. M et al. Impactos antrópicos e integridade ecológica no Sítio Louzeiro, Campina Grande (PB). In: **Revista de Biologia e Farmácia**. Campina Grande, vol. 5, pp.93-101, 2009. Disponível em:

http://eduep.uepb.edu.br/biofar/v5n1/impactos_antropicos_e_integridade_ecologica_no_sitio_louzeiro.pdf. Acesso em 15/09/2011.

Anexo 03- Ações do Projeto cura na gestão de Enivaldo Ribeiro

Projeto CURA – No projeto urbanístico voltamos, desde o início, para o esforço de hierarquizar as vias de circulação urbana, definindo melhor e racionalizando o radical concêntrico da vocação de quase todas as nossas cidades que evoluíram espontaneamente, buscando orientar a expansão da cidade e incentivar a ocupação dos vazios. O Projeto CURA daria decisivo suporte para esse fim.

O projeto urbanístico para a área CURA foi proposto tomando-se como base o Plano de Desenvolvimento Local Integrado, elaborado em 1972 e que passou por um processo de atualização pela Comdeca. Concluído o Perfil do Município, levantamento sócio-econômico solicitado pelo Seplan-IPEA, através do CNPU e Sudene, o processo de atualização foi acelerado.

CURA I – O CURA I permitiu a implantação de dois equipamentos urbanos de maior significação, o Centro Cultural e o Centro Comercial (Shopping Center de Campina Grande) na sua área de incidência. Possibilitou ainda a pavimentação das seguintes ruas e avenidas (pavimentação asfáltica): Almirante Barroso, Vigário Calixto, Rio de Janeiro, Pedro I, Paulo Frontin, Sebastião Donato, todo o contorno do Açude Velho, compreendendo as ruas Almeida Barreto, João Moura, Siqueira Campos, Independência, Nilo Peçanha, Quebra-Quilos, Campos Sales e Fernandes Vieira, Moisés Raia, Santo Antonio, Marinheira Agra e Avenida Dinamérica, uma avenida em faixa dupla, com canteiro central, de 70 metros.

Além disso essas vias tiveram trabalhos de drenagem e iluminação. Foram igualmente implantados os Centros de Bairro de Catolé e de Santa Rosa.

CURA II – O CURA II compreende a pavimentação e drenagem das seguintes ruas: conclusão da Floriano Peixoto, Marginal Leste, conclusão da Almeida Barreto, Osvaldo Cruz, José de Alencar e Projetada Um.

CURA III – Os projetos executivos do CURA III já prontos. Sua aprovação está assegurada.

Nele são contemplados os trabalhos de pavimentação, em asfalto, das ruas Apolônia Amorim, Manuel Tavares, Avenida das Nações e Nossa Senhora de Lourdes.

E pavimentação em paralelepípedos das ruas: Avenida Canal, Manoel Elias de Castro, José do Ó, Estilac Leal, Adalto Travassos de Moura, Presidente Roosevelt, Estelita Cruz, Agamenon Magalhães, Floriano Peixoto (no sentido oeste), Salvino de Oliveira Neto, Silva Jardim, Santa Cecília, Sindolfo Montenegro, continuação da Nossa Senhora de Lourdes, Félix Carolino, Projetada Um, Napoleão Laureano, Benedito Mota, Capitão Ademar Maia de Paiva, Conselheiro Paulo Aguiar Soares,

Ordenez Trovão de Melo, Noberto Leal, Franklin Araújo, Monteiro Lobato, Paulo Araújo Soares, Vigário Virgínio, Manoel Elias de Araújo e Mauro Luna.

E ainda um Centro de Bairro, na favela denominada "Buraco da Jia", duas rótulas, uma Avenida Canal com a rua Dr. Vasconcelos, e outra onde atualmente se situa o posto fiscal do Estado. Iluminação em toda área. Drenagem. Abrigos para pedestres nas linhas de transporte coletivo.

CURA I, II e III – Era desalentador constatar-se, até pouco tempo, em Campina Grande, a carência quase total de áreas próprias para recreação e cultural, bem como de áreas verdes.

Estudos objetivando suprir tais carências indicaram o Açude Novo, o Açude Velho (foto) e o Estádio Municipal como um conjunto de áreas mais adequado para as propostas de equipamentos de lazer e de cultura e de áreas verdes.

Em coerência com o Plano de Desenvolvimento Local Integrado que emprestara prioridade à área do Açude Novo, o qual, devido à impossibilidade de continuar como reservatório hídrico fora submetido a um plano paisagístico e ao projeto de recuperação da Estação Ferroviária, cujas edificações e espaços foram transformados em equipamentos de cultura e de recreação, partiu-se para a divisão da área em quatro trechos denominados Áreas para Fins Recreativos e Paisagísticos e Áreas para Fins Paisagísticos, uma compreendendo a urbanização do trecho Açude Novo-Açude Velho, outra o trecho das margens do Açude Velho, outra o trecho Açude Velho - Ponte Quebra-Quilos e a quarta o trecho das margens do Canal às imediações do Estádio Municipal.

O CURA I objetivou organizar racionalmente o tecido urbano da zona sul da cidade, dotando-a de infra-estrutura e de áreas de lazer, e o CURA II a integração da zona oeste, para que os benefícios do programa não contemplassem apenas fração da cidade.

Foram metas, assim, do CURA II, corrigir visíveis pontos de desequilíbrios, dotar a zona oeste de infra-estrutura básica, áreas de lazer, afora a ocupação racional dos vazios urbanos.

O sistema viário do CURA II submete as vias de penetração e coletoras a um conjunto de benefícios relativos à execução de cortes, aterros, galerias pluviais, pavimentação, meio-fio e calçadas, sinalização, iluminação pública, abrigos para passageiros etc.

A área CURA III, escolhida por sua característica carente de inversões que lhe proporcione homogeneidade com o crescimento urbano verificado nos últimos anos,

responde às perspectivas de um plano mais amplo, que pretende estimular um crescimento ordenado e compatível com a realidade econômica e social do Município.

Secundando a melhoria do sistema viário explicitou-se a necessidade de implantação, na área, de um centro comunitário que represente um ponto de convergência sócio-cultural-sanitário, em local de melhores possibilidades de aglutinação da massa carente. Daí porque, aproveitando-se do considerável adensamento habitacional e do nível de renda familiar, propõe-se um equipamento plurifacetado que alcance as aspirações populares, permitindo-se convivência mais saudável e mais intensa participação dentro da sua realidade social.

Acrescente-se a tudo isso o sentido integrado do plano desenvolvido pelo prefeito Enivaldo Ribeiro. Além dos investimentos realizados com recursos próprios, em diversas áreas da cidade, as áreas que não são contempladas com os investimentos do Projeto CURA recebam os benefícios dos investimentos do Programa Cidades de Porte Médio, de modo que nenhuma área da cidade deixe de ser objeto das realizações do seu plano de governo.

Centros de Bairros – Os Centros de Bairros, que a administração implantou nos bairros de Campina Grande, compõe-se de escolas, áreas de lazer, sede das Sociedades de Amigos dos Bairros, posto médico, posto policial, lavanderia pública, pequeno centro comercial de gêneros de primeira necessidade, parque infantil, quadras de esporte, áreas para festas populares.

O **Centro Cultural** – Com uma área construída 8.628 metros quadrados, o Centro Cultural vem dinamizar as atividades culturais e recreativas. Oferece novas opções de cultura e de lazer, abrigando em suas instalações um museu, tecnicamente projetado para exposições permanentes e temporárias, salas de aula, biblioteca, cinema, laboratório, cabine de som, salão de dança, atelier para pintura, escultura, cerâmica, sala para professores e toda a infra-estrutura de apoio administrativo, que o torna ao mesmo tempo um centro de atividades culturais e artísticas e um centro turístico da cidade.

O **Centro Comercial** – O Centro Comercial – Shopping Center de Campina Grande – veio atender à demanda sempre crescente do comércio local, contando com 23 lojas para artigos diversos, lanchonetes, restaurante, estacionamento, cinema, bares, boite, com um tipo de comércio que se relaciona com o lazer e o turismo, boutiques, salões de beleza, discotecas, artigos para presentes, floricultura, ótica etc.

As obras executadas no exercício de 1977:

- Recuperação do Teatro Municipal "Severino Cabral" no centro da cidade.

- Reposição de calçamento nas ruas: Fernandes Vieira, Joana D'Arc, Silva Jardim, Mamede Moisés Raia, José Adelino de Melo, Campos Sales, Capitão João de Sá, Santo Antonio, 15 de Novembro, Frei Martinho, Mato Grosso, João Alves de Oliveira, José do Ó, Índio Piragibe, trecho próximo à rótula (Av. Canal), Elpídio de Almeida, Gonçalves Dias, Chile, Quebra Quilos, Luiz de Castro, Raimundo Alves, Agamenon Magalhães, Estelita Cruz, Arruda Câmara, Siqueira Campos, João Machado, Duque de Caxias, Rodrigues Alves, Nilo Peçanha, Antenor Navarro, João Moura, Pedro II, Desembargador Trindade, João Alves de Lira, Quintino Bocaiúva, Ouro Branco, Arquimedes Souto Maior, Francisco Maria de Oliveira, Arrojado Lisboa, num total de 23.938 metros quadrados.
- Implantação de pavimentação nas ruas: Silva Jardim, Joana D'Arc, Fernandes Vieira, Paulo Frontim, Mamede Moisés Raia, Pedro II, Delmiro Gouveia, Almeida Barreto, Marechal Floriano Peixoto, Salvino de Oliveira Neto, Neusa Borborema, Vigário Virgínio, Manuel Tavares e Luiz Melo, num total de 23.304 metros quadrados.
- Construção e implantação de galerias: rua Dr. Chateaubriand, José Adelino de Melo, ligação da rua José de Branco e Canal das Piabas, Mamede Moisés Raia com o Canal das Piabas, João Leôncio, Santo Antonio, Santo Antonio com Mamede Moisés Raia, ligação do Ponto de Cem Réis com o Canal das Piabas, Antonio Bernadino e José Adelino de Melo, Francisco de Albuquerque, Getúlio Cavalcanti, Dr. Vasconcelos, Acre, Sergipe e Odon Bezerra, Maranhão, Alagoas, num total de 2.365 metros quadrados.
- Recuperação de galerias nas ruas Mamede Moisés Raia, José do Ó com Napoleão Laureano, num total de 173 metros quadrados.
- Implantação de meio fio e linha d'água nas ruas: Sinhazinha de Oliveira, São João, Desembargador Trindade, Josino Agra, Rua do Sol, Antonio Arruda, João Alves de Lira, Maria Vieira César, Augusto dos Anjos, Olegário Mariano, num total de 9.003 metros quadrados.
- Recuperação de meio e linha d'água nas ruas Antonio Bernardino da Silva, Ponto de Cem Réis (Av. Canal) e Marquês do Herval, num total de 1.428 metros quadrados.
- Construção do Posto Médico de José Pinheiro.
- Ampliação e recuperação de grupos escolares: Grupo Escolar Dr. Chateaubriand, Escola Municipal José Antonio Rodrigues, Grupo Escolar Monsenhor Sales, Grupo Escolar Ana Azevedo, Grupo Almira de Oliveira, Grupo Pedro Sabino, Grupo Escolar Estelita Cruz e Grupo Escolar conjugados Sevy Coentro e Liliosa Barreto.
- Construção dos Grupos Escolares do Jeremias, de Nova Brasília.
- Recuperação de mercados: cobertura do Mercado Público de Galante e boxes e parte do telhado do Mercado Central.
- Recuperação dos Cemitérios do Monte Santo, de José Pinheiro e de Bodocongó.
- Recuperação de lavanderias públicas em Catolé, Alto Branco, Cachoeira, Liberdade e Bodocongó.
- Recuperação das Praças da Bandeira e Coronel Antonio Pessoa.

- Construção do acesso ao Campus Universitário (EBTU): desapropriação de 47 imóveis, construção do viaduto (duplo) sobre a Rede Ferroviária Federal, construção de vias de acesso do Campus da Fundação Universidade Regional do Nordeste - FURN - e do CCT da UFPB, correspondendo aos serviços da terraplanagem, pavimentação, drenagem, obras de arte corrente e obras complementares, trechos I e II, compreendendo a rua Sílvio Barbosa e trecho da Arrojado Lisboa, lado esquerdo e lado direito da via férrea.
- Urbanização da Avenida Canal (EBTU): desapropriações, reposição e implantação de pavimentação na Rua Santo Antonio, implantação de gramado ornamental nos canteiros das calçadas e rótulas do Plano de Urbanização da Avenida Canal, no trecho Ciretran - rua Agamenon Magalhães, movimento de terra e galerias em diversos acessos da Avenida Canal, implantação de pavimentação em acessos da Avenida Canal e calçadas, implantação de meio fio e linha d'água e galerias na rua Paulo Frontin, trecho que dá acesso à R-I, implantação de meio fio e linha d'água na rua Manoel Tavares e no prolongamento do canteiro da Floriano Peixoto, ampliação do sistema de drenagem da rótula R-2, implantação de pavimentação em paralelepípedos na rua Santa Cecília, construção de galeria transversal na avenida Canal entre a José Tavares e Quebra Quilos, construção de galerias na rua Clayton Ismael, construção de meio fio entre a Napoleão Laureano e a Dr. Vasconcelos, implantação de galerias na Augusto dos Anjos, recuperação de banquetas ao longo da Avenida Canal, recuperação da praça José Américo de Almeida, acesso à R-I e implantação de canteiros.
- Recuperação de próprios municipais: Escritório do D.M.E.R., instalações da Secretaria de Viação e Obras, pintura, gabinete do prefeito e Secretaria de Promoção Social.

As obras executadas no exercício de 1978:

- Acesso ao Campus Universitário (EBTU): construção de vias de acesso e do viaduto (duplo) em Bodocongó.
- Reitoria da Universidade Estadual da Paraíba.
- Ampliação de Grupos Escolares: construção de 6 salas de aula no Colégio Estadual da Palmeira.
- Construção de obras de pavimentação nas ruas: José Lins do Rego, Rodrigues Alves, Fernandes Vieira (trecho entre Padre Antonio Telha e Coelho Lisboa), Salvino de Oliveira Neto, Neusa Borborema, Montevidéu, Marechal Deodoro da Fonseca, Duque de Caxias, José de Alencar, Desembargador Azevedo, 8 de Dezembro e Luiza de Castro.
- Construção de galerias nas ruas: João Machado, Francisco de Albuquerque, Delmiro Gouveia, Henrique Dias, Bernardino de Sena, Sergipe, Maranhão, Acre, Acácio Figueiredo, Professor João Uchoa, José Lins do Rego, Floriano Peixoto, Mauro Luna, Antenor Navarro, nos Grupos Escolares Anésio Leão e Joana Silvestre, Tavares Cavalcante, Francisco Antonio do Nascimento, Campos Sales, Mamede Moisés Raia com Francisco Antonio do Nascimento, Amaro Coutinho e Fernandes

Vieira.

- Meio fio e linha d'água nas ruas: José Vieira, Sargento Edson Sales, Getúlio Cavalcante, Raimundo Alves, Tito Sodré, Maranhão, Acre, Sergipe, Tito Sodré (trecho entre Silva Jardim e Amaro Coutinho), Jesuíno Alves, Manuel Elias de Araújo e Aquilino de Sousa Magalhães, Amaro Coutinho, Floriano Peixoto, Maria Minervina de Figueiredo, Ascendino Moura e Olegário Mariano, Praça da Liberdade, José Lins do Rego, Otacílio Nepomuceno, Silva Jardim (trecho entre Santa Cecília e Arruda Câmara), Antenor Pinheiro Rodrigues, José do Ó, Silva Jardim (trecho entre Floriano Peixoto e Santa Cecília) Pedro Leão (trecho entre Ascendino Moura e Elpídio de Almeida), Pereira Silva, Coelho Lisboa e Américo Falcão, Chile e Gonçalves Dias, Acácio de Figueiredo, Abdedon Licarião e José Licarião, no total de 12.577 metros quadrados.
- Construção de Grupos Escolares: Alice Gaudêncio, Santo Antônio, Almira de Oliveira, Cícero Virgínio, Presidente Kennedy, Professor Miron, Almeida Barreto, Dr. Severino Cruz, Sevy Coentro, Epitácio Pessoa, Gracita Mello, Geremias Sérgio, Padre Emídio Viana, Joselita Brasileiro, Luiz Gomes da Silva, Maria Minervina de Figueiredo, Professor Antonio Oliveira, Professor Capiba, Sandra Cavalcanti, Estelita Cruz, Apolônia Amorim, Melo Leitão, Monsenhor Sales, João Pereira Pinto, Manoel Martins Lopes da Silveira, Heleno Henriques, Padre Otávio, Centenário e Pedro Sabino.
- Construção de Postos Médicos no Marinho, em Galante e na Vila Cabral.
- Recuperação de lavanderias no Jeremias e no Alto Branco.
- Recuperação da Maternidade Municipal.

As obras executadas no exercício de 1979:

- Ampliação e construção de Postos Médicos: Vila Catingueira, Vila Cabral, Jeremias, Santa Rosa, Boa Vista, Cruzeiro, Marinho, impermeabilização dos Postos Médicos (coberta) da Vila Cabral e de Galante.
- Recuperação de parte do Mercado Central.
- Ampliação e recuperação de Grupos Escolares: uma sala no Sandra Cavalcanti, um muro no Alice Gaudêncio, muro, sanitário e cantina no Sandra Cavalcanti, muro no Heleno Henriques, o Grupo Escolar Félix Araújo, Grupo Escolar Alice Gaudêncio, Grupo Escolar Sinal da Cruz, Grupo Escolar Assis Chateaubriand, Grupo Escolar Anísio Teixeira, Grupo Escolar Gracita Mello e Grupo Escolar do Tambor.
- Construção de Praças no Açude Velho, na volta de Zé Leal e monumento para estátua na Catedral.
- Construção de Cemitérios: ossário e sala de administração do Cemitério de Bodocongó, do Cemitério de José Pinheiro e ossário do Cemitério do Cruzeiro.
- Construção dos Grupos Escolares do Catolé, da Fazenda Acauã, do Ligeiro e do Monsenhor Sales.
- Construções diversas: Sede ASPM (1ª etapa) e do Albergue Municipal.
- Construções de Galpões: dois galpões do Matadouro Municipal e um galpão na

Vila Catingueira.

- Acesso ao Campus Universitário (EBTU): conclusão das vias de acesso.
- Desapropriações: 13 casas, 14 terrenos e 3 barracas, para desobstrução de ruas.
- Implantação de pavimentação: Matadouro Municipal, Ruas Teixeira de Freitas, Manoel Uchoa, trecho entre Santa Bernadete e Igreja N. S. de Fátima, Capitão João Alves de Lira, trecho entre Abel Costa e a Praça, José Raimundo dos Santos, Parque do Açude Novo, Antonio Campos, Tavares Cavalcante, Julio Barreto de Mello, Napoleão Laureano, José de Alencar, Arquimedes Souto Maior, Praça N. S. da Conceição, Assis Chateaubriand, Getúlio Vargas, Rui Barbosa, Campos Sales (terraplanagem), Desembargador Azevedo, Siqueira Campos e Almeida Barreto.
- Implantação de galeria na Praça Projetada (final da Aprígio Veloso), e nas ruas: Abel Costa, Ana Azevedo, Silva Barbosa, Antenor Navarro, Avenida Canal com Vila Nova da Rainha, Campos Sales, Amélia Vieira, Capitão João Alves de Lira, 5 de Agosto, São Paulo, Sergipe, Arrojado Lisboa, Odon Bezerra, Açude Novo, Aprígio Veloso, Tavares Cavalcante, Assis Chateaubriand, Arquimedes Souto Maior, Princesa Isabel, Santo Antonio, drenagem nas ruas Fernandes Vieira e Silva Jardim, grelhas e aquisição de tubos.
- Meio-fio e linha d'água nas ruas: Arthur Vilarim, Alice Luna Pequeno, trecho entre Elpídio de Almeida e Projetada, Elpídio de Almeida, trecho entre Wilson Furtado e Alice Luna Pequeno, Napoleão Laureano, intercessão da Aprígio Veloso, 15 de Novembro, 1.553 metros quadrados.
- Terminal Rodoviário: projetada do Terminal Rodoviário de Passageiros.
- Pavimentação asfáltica das ruas: Nilo Peçanha, Rodrigues Alves, Antenor Navarro, Índio Piragibe, Manoel Sérgio de Oliveira, D. Pedro II, Rio de Janeiro, Eptácio Pessoa, Raimundo Alves, Paulo de Fontin, Tavares Cavalcante, Quebra Quilos, Siqueira Campos, Miguel Couto, Fernandes Vieira, Contorno de Bodocongó, Independência, Assis Chateaubriand, Almeida Barreto, Joana D'Arc e Campos Sales com 156.809 metros quadrados.
- Recuperação das lavanderias do Quarenta, Cachoeira, Jeremias, Alto Branco, Bodocongó.
- Recuperação de prédios municipais: 3º pavimento da Prefeitura e do 1º andar para a instalação de computadores.
- Serviço de macro-drenagem no Açude Novo, Prado e Liberdade.
- Projeto CURA: desapropriação de 334 casas, 92 terrenos, 106 lotes de terreno, 68 quartos, 9 pontos comerciais, 3 benfeitorias, 2 galpões e uma barraca, escrituras e registros.
- Projeto CURA: Taxa de administração, elaboração de projetos e Sistema Viário Básico.

As obras executadas no exercício de 1980:

- Construção de bueiros em Capim Grande, Massapé de Galante, Várzea Grande, PMD-221, PM-220, Chã do Galante e PM-212, 84 metros.
- Arquivo e Museu Histórico: ampliação e reforma do arquivo e recuperação do

Museu Histórico, na avenida Floriano Peixoto, uma das principais artérias da cidade.

- Construção e ampliação de galpões: cerca ao redor do Galpão da Catingueira e cobertura dos Galpões das Oficinas.
- Ampliação do Albergue Municipal
- Construção de galerias no Mercado da Prata e nas ruas Capitão João Alves de Lira e Antenor Navarro.
- Desapropriações de 3 lotes e 1 terreno para desobstrução de ruas .
- Implantação de pavimentação nas ruas: Costa e Silva, Montevidéu, José Pinheiro e Monte Castelo, Evaristo Pereira da Costa e Fernandes Vieira, Professor Capiba e José Elpídio da Costa Monteiro, Vigário Virgínio, Elpídio de Almeida, Silva Jardim, José Anísio, Floriano Peixoto, Antenor Navarro, Agrimensor José de Brito, aquisição e transporte de asfalto (6.871 metros quadrados).
- Meio-fio e linha d'água nas ruas: Professor Balbino, 15 de Novembro, Rio Branco, Campos Sales, Idelfonso Aires e Rio Branco, Rio Branco e Floriano Peixoto, 8 de dezembro, 8.130 metros quadrados.
- Implantação da Gráfica Municipal: reforma do prédio das oficinas.
- Recuperação de Cemitérios: Monte Santo e José Pinheiro.
- Recuperação de Praças: N. S. da Conceição, da Bandeira e Abrigo na Rua Campos Sales.
- Recuperação de prédios municipais: elevador da Câmara de Vereadores na avenida Floriano Peixoto, onde hoje funciona a Biblioteca Central (foto) e cabine telefônica da Secretaria de Viação.
- Recuperação de Grupos Escolares: construção do muro do Grupos Escolar do Louzeiro, e do muro do GE do Ana Azevedo.
- Recuperação do Matadouro de Galante, do Mercado de Galante e da Estação Rodoviária.
- Obras diversas: conclusão da sede da ASPM, implantação do Terminal Rodoviário de Passageiros, Plano de Melhoria do Sistema Viário Básico e construção de tanques em Boa Vista, Galante e São José da Mata.

- Projeto CURA: desapropriação de 69 casa, 65 terrenos, 59 lotes, 5 quartos, 1 jardim, 1 barraca, 3 pontos comerciais, 1 garagem e 3 muros, taxa de administração, gerenciamento (Comdeca) e obras executadas na Rua Almirante Barroso. (95.620 metros quadrados).
- Serviço de aterro: terreno da Empresa MIMO, revestimento primário da Pm 210 (C.Grande - Boa Vista), rua Paraná (Galante), revestimento primário da PM 220 (Ligeiro - Santana), aterro dos bueiros de Baraúna e da rua Luxemburgo, nos Cuités.

Obras executadas no exercício de 1981:

- Ampliação de Grupos Escolares: quadra de esportes do Alice Gaudêncio, muros dos Epitácio Pessoa, Presidente Kennedy, Severino Cruz e Almirante Barreto.
- Ampliação do Cemitério do Cruzeiro.
- Construção de galerias no Grupo Escolar Alice Gaudêncio e nas ruas Florentino de

Carvalho e Marinheira Agra.

- Albergue Municipal: caixa d'água, muro e guarita.
- Conclusão da ASPM: muro e guarita.
- Reforma do Arquivo e do Museu Histórico.
- Convênio EBTU: construção de sete abrigos nas ruas Olegário Maciel, José Cavalcanti, Elpídio de Almeida e Dr. Vasconcelos; correção de vias urbanas nas ruas Monsenhor Sales, Simeão Leal, Venâncio Neiva, Maciel Pinheiro, Afonso Campos, Peregrino de Carvalho, Floriano Peixoto, Praça da Bandeira, trecho da Marquês do Herval, 7 de Setembro, Praça Alfredo Dantas, rua João Pessoa- Marquês do Herval – João Suassuna - 7 de Setembro; Siqueira Campos, 15 de Novembro e Epitácio Pessoa; complementação das obras de correção de vias para a implantação do Plano de Tráfego do Núcleo Central; ligação de canteiros centrais na Floriano Peixoto, pavimentação e drenagem na ruas Olegário Maciel e Getúlio Cavalcanti.
- Recuperação do Galpão da Catingueira e construção do reservatório enterrado.
- Praças: alargamento do passeio da Praça Alfredo Dantas e transferência do monumento a João Rique.
- Calçada do trecho da avenidas Floriano Peixoto - Afonso Campos.
- Pavimentação da Floriano Peixoto(setor leste) e das ruas São Francisco e Siqueira Campos(8.200 metros quadrados).
- Meio fio e linha d'água na rua Pedro Marreco.
- Cobertura do Prédio da Gráfica Municipal.
- Complementação do Centro Cultural.
- Reposição de pavimentação das ruas Estelita Cruz e Tavares Cavalcante, 515 metros quadrados.
- Recuperação de próprios: três salas e coberta da Coplan, prédio da Câmara Municipal, reforma da Secretaria de Finanças, prédio onde funciona a Copban, UAS e Comdeca, piso do gabinete do prefeito, sala da Secretaria de Viação.
- Recuperação do Mercado de Boa Vista.
- Recuperação da Estação Rodoviária.
- Sistema de iluminação pública (EBTU): calçadas da Maciel Pinheiro, Venâncio Neiva e Cardoso Vieira (foto) e 7 de Setembro.

- **Projeto CURA I:** Centro Comercial, Centro do Bairro do Catolé, Centro do Cairro de Santa Rosa, Centro Cultural, desapropriações, urbanização do Açude Novo, de Coqueiros de José Rodrigues (foto), onde hoje acontece o "Maior São João do Mundo".
- Iluminação da Praça do Trabalho, da Almirante Barroso com a Avenida Dinamérica, Açude Novo e Coqueiros de José Rodrigues, pavimentação nas ruas Floriano Peixoto, Dinamérica, Vigário Calixto, Costa e Silva, Rua do Sol, Damasco, João Quirino, Sebastião Donato, Rótula Almirante Barroso - Dinamérica, contorno do Açude Novo, Praça do Trabalho, 358.863 metros quadrados.
- Projeto CURA II: taxa de gerenciamento, pavimentação nas ruas Floriano Peixoto,

Almeida Barreto, João Rique Ferreira, Maria de Lourdes C. Lima, Manoel de Barros (79.230 metros quadrados).

- Drenagem e terraplanagem nas ruas Floriano Peixoto, Almeida Barreto, João Rique Ferreira, Maria de Lourdes C. Lima e Manoel Barros, iluminação pública.

Obras executadas no exercício de 1982:

- Ampliação e construção de Grupos Escolares: Estelita Cruz e Maria Cândida de Oliveira.
- Correção de vias: Implantação do Plano de Tráfego e piso em ladrilhos hidráulicos (600 metros quadrados)
- Desapropriações de casas.
- Construção de galpão do Departamento de Transportes e Oficinas.
- Construção de abrigos em diversas ruas.
- Reforma do Museu Histórico na avenida Floriano Peixoto
- Meio fio e linha d'água nas ruas Siqueira Campos, José Lins do Rego, 15 de Novembro e Epiácio Pessoa.
- Sistema de iluminação (material elétrico).
- Pavimentação da rua Olegário Maciel.
- Paisagismo na Rua Marquês do Herval e na Floriano Peixoto.
- Ligação de canteiros na Floriano Peixoto
- Consultório dentário nas SAB'S de Catolé e Santa Rosa.
- Recuperação de próprios: Secretaria das Finanças, Coplan, Câmara Municipal e prédio do SAMI.
- Reposição de pavimentação nas ruas Estelita Cruz, Tavares Cavalcante e São Francisco.
- Recuperação do Matadouro (caldeira)
- Recuperação de galerias na rua Aprígio Veloso.
- Obras complementares do Centro Cultural.

Recursos CNDU-BIRD:

- Pavimentação e acesso ao Distrito de Serviços Mecânicos (41.106 metros quadrados)
- Ampliação da rede de abastecimento d'água.
- Ampliação da rede de esgoto sanitário.
- Centro de Atividades do Bairro do Cruzeiro.
- Centro de Atividades do Bairro de Bodocongó.
- Centro de Atividades do Bairro de Jeremias.
- Centro de Atividades do Bairro do José Pinheiro.
- Construções e instalações nos bairros da Liberdade, Cruzeiro, Paulistano e Conjunto Presidente Médici: Feira Mercado do Conjunto Paulistano, rede de energia elétrica, abastecimento d'água e esgoto sanitário, pavimentação.
- Construção e instalações nos Bairros de Bodocongó e Pedregal: escola do Pedregal, SAB, urbanização do Pedregal, rede de energia elétrica, abastecimento

d'água e pavimentação.

- Construções e instalações nos bairros de Jeremias, Bela Vista, Monte Santo, Palmeira e Nova Área: escola do Jeremias, escola na Nova Área, posto de saúde da Nova Área, redes de energia e de água, ligações de esgotos, urbanização, pavimentação e drenagem.
- Construções e instalações nos bairros de José Pinheiro, Santo Antonio, Nova Brasília e Cachoeira: redes de energia e de água, pavimentação, drenagem, urbanização do bairro da Cachoeira.
- Construção do Distrito de Serviços Mecânicos, com 25.262 metros quadrados.
- Melhoria de vias de transporte coletivo (pavimentação de ruas).
- Construção da rede Somar de abastecimento. (14.467 metros quadrados).
- Projeto CURA III: pavimentação de ruas (62.944 metros quadrados), mais taxa de gerenciamento, drenagem, terraplanagem de ruas e Controle Tecnológico de Vias Urbanas.
- Melhorias de vias de transporte coletivo (pavimentação de 146.467 metros quadrados).

Disponível em: http://www.enivaldoribeiro.com/p/prefeito_13.html acesso em 05/08/2013.

ANEXO 04 - MAPEAMENTO DO CÓDIGO FLORESTAL DE 1964 E DO CÓDIGO DAS ÁGUAS DE 1934 QUE DIALOGA COM O LOUZEIRO**Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965**

Art. 1º As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade, com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem.

II - área de preservação permanente: área protegida nos termos dos arts. 2º e 3º desta Lei, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001).

III - Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001).

IV - utilidade pública: (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001).

a) as atividades de segurança nacional e proteção sanitária; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001).

Art. 2º Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

a) ao longo dos rios ou de outro qualquer curso d'água, em faixa marginal cuja largura mínima será: 1 - de 5 (cinco) metros para os rios de menos de 10 (dez) metros de largura; 2 - igual à metade da largura dos cursos que meçam de 10 (dez) a 200 (duzentos) metros de distancia entre as margens; 3 - de 100 (cem) metros para todos os cursos cuja largura seja superior a 200 (duzentos) metros. 1. de 30 (trinta) metros para os rios de menos de 10 (dez) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.511, de 1986) 2. de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.511, de 1986) 3. de 100 (cem) metros para os cursos d'água que meçam entre 50

(cinquenta) e 100 (cem) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.511, de 1986) 4. de 150 (cento e cinquenta) metros para os cursos d'água que possuam entre 100 (cem) e 200 (duzentos) metros de largura; igual à distância entre as margens para os cursos d'água com largura superior a 200 (duzentos) metros; (Incluído dada pela Lei nº 7.511, de 1986) b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais; c) nas nascentes, mesmo nos chamados "olhos d'água", seja qual for a sua situação topográfica; d) no topo de morros, montes, montanhas e serras; e) nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive; f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues; g) nas bordas dos taboleiros ou chapadas; h) em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, nos campos naturais ou artificiais, as florestas nativas e as vegetações campestres.

a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima será: (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

1 - de 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

2 - de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

3 - de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

4 - de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

5 - de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros; (Incluído pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

c) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989).

d) no topo de morros, montes, montanhas e serras;

e) nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive;

f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;

g) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989),

h) em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação. (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989),

i) nas áreas metropolitanas definidas em lei. (Incluído pela Lei nº 6.535, de 1978) (Vide Lei nº 7.803 de 18.7.1989),

Parágrafo único. No caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, em todo o território abrangido, observar-se-á o disposto nos respectivos planos diretores e leis de uso do solo, respeitados os princípios e limites a que se refere este artigo. (Incluído pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

Art. 3º Consideram-se, ainda, de preservação permanentes, quando assim declaradas por ato do Poder Público, as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas:

- a) a atenuar a erosão das terras;
- b) a fixar as dunas;
- c) a formar faixas de proteção ao longo de rodovias e ferrovias;
- d) a auxiliar a defesa do território nacional a critério das autoridades militares;
- e) a proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico ou histórico;
- f) a asilar exemplares da fauna ou flora ameaçados de extinção;
- g) a manter o ambiente necessário à vida das populações silvícolas;
- h) a assegurar condições de bem-estar público.

§ 1º A supressão total ou parcial de florestas de preservação permanente só será admitida com prévia autorização do Poder Executivo Federal, quando for necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social.

Art. 4º Consideram-se de interesse público: a) a limitação e o controle do pastoreio em determinadas áreas, visando à adequada conservação e propagação da vegetação florestal; b) as medidas com o fim de prevenir ou erradicar pragas e doenças que afetem a vegetação florestal; c) a difusão e a adoção de métodos tecnológicos que visem a aumentar economicamente a vida útil da madeira e o seu maior aproveitamento em todas as fases de manipulação e transformação.

Art. 4o A supressão de vegetação em área de preservação permanente somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública ou de interesse social, devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 1o A supressão de que trata o caput deste artigo dependerá de autorização do órgão ambiental estadual competente, com anuência prévia, quando couber, do órgão federal ou municipal de meio ambiente, ressalvado o disposto no § 2o deste artigo. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 2o A supressão de vegetação em área de preservação permanente situada em área urbana, dependerá de autorização do órgão ambiental competente, desde que o município possua conselho de meio ambiente com caráter deliberativo e plano diretor, mediante anuência prévia do órgão ambiental estadual competente fundamentada em parecer técnico. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 5o A supressão de vegetação nativa protetora de nascentes, ou de dunas e mangues, de que tratam, respectivamente, as alíneas "c" e "f" do art. 2o deste Código, somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 6o Na implantação de reservatório artificial é obrigatória a desapropriação ou aquisição, pelo empreendedor, das áreas de preservação permanente criadas no seu entorno, cujos parâmetros e regime de uso serão definidos por resolução do CONAMA. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 7o É permitido o acesso de pessoas e animais às áreas de preservação permanente, para obtenção de água, desde que não exija a supressão e não comprometa a regeneração e a manutenção a longo prazo da vegetação nativa. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934. (Vide Decreto-Lei nº 852, de 1938),(Vide Decreto-lei nº 3.763, de 25.10.1941)Texto compilado: Decreta o Código de Águas.

O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, usando das atribuições que lhe confere o art. 1º do decreto nº 19.398, de 11/11/1930, e:

Considerando que o uso das águas no Brasil tem-se regido até hoje por uma legislação obsoleta, em desacôrdo com as necessidades e interesse da coletividade nacional;

Considerando que se torna necessário modificar esse estado de coisas, dotando o país de uma legislação adequada que, de acôrdo com a tendência atual, permita ao poder público controlar e incentivar o aproveitamento industrial das águas;

Considerando que, em particular, a energia hidráulica exige medidas que facilitem e garantam seu aproveitamento racional;

Considerando que, com a reforma porque passaram os serviços afetos ao Ministério da Agricultura, está o Governo aparelhado, por seus órgãos competentes, a ministrar assistência técnica e material, indispensável a consecução de tais objetivos;

Resolve decretar o seguinte Código de Águas, cuja execução compete ao Ministério da Agricultura e que vai assinado pelos ministros de Estado:

Art. 1º As águas públicas podem ser de uso comum ou dominicais.

Art. 2º São águas públicas de uso comum:

- a) os mares territoriais, nos mesmos incluídos os golfos, bahias, enseadas e portos;
- b) as correntes, canais, lagos e lagoas navegáveis ou flutuáveis;
- c) as correntes de que se façam estas águas;
- d) as fontes e reservatórios públicos;
- e) as nascentes quando forem de tal modo consideráveis que, por si só, constituam o "caput fluminis";
- f) os braços de quaisquer correntes públicas, desde que os mesmos influam na navegabilidade ou flutuabilidade.

§ 1º Uma corrente navegável ou flutuável se diz feita por outra quando se torna navegável logo depois de receber essa outra.

§ 2º As correntes de que se fazem os lagos e lagoas navegáveis ou flutuáveis serão determinadas pelo exame de peritos.

§ 3º Não se compreendem na letra b) dêste artigo, os lagos ou lagoas situadas em um só prédio particular e por ele exclusivamente cercado, quando não sejam alimentados por alguma corrente de uso comum.

Art. 3º A perenidade das águas é condição essencial para que elas se possam considerar públicas, nos termos do artigo precedente.

Parágrafo único. Entretanto para os efeitos deste Código ainda serão consideradas perenes as águas que secarem em algum estio forte.

Art. 4º Uma corrente considerada pública, nos termos da letra b) do art. 2º, não perde este caráter porque em algum ou alguns de seus trechos deixe de ser navegável ou fluatável.

Art. 5º Ainda se consideram públicas, de uso comum todas as águas situadas nas zonas periodicamente assoladas pelas secas, nos termos e de acordo com a legislação especial sobre a matéria.

Art. 6º São públicas dominicais todas as águas situadas em terrenos que também o sejam, quando as mesmas não forem do domínio público de uso comum, ou não forem comuns.

Art. 8º São particulares as nascentes e todas as águas situadas em terrenos que também o sejam, quando as mesmas não estiverem classificadas entre as águas comuns de todos, as águas públicas ou as águas comuns.

Art. 9º Álveo é a superfície que as águas cobrem sem transbordar para o sólo natural e ordinariamente enxuto.

Art. 10. O álveo será público de uso comum, ou dominical, conforme a propriedade das respectivas águas; e será particular no caso das águas comuns ou das águas particulares.

§ 1º Na hipótese de uma corrente que sirva de divisa entre diversos proprietários, o direito de cada um deles se estende a todo o comprimento de sua testada até a linha que divide o álveo ao meio.

§ 2º Na hipótese de um lago ou lagoa nas mesmas condições, o direito de cada proprietário estender-se-á desde a margem até a linha ou ponto mais conveniente para divisão equitativa das águas, na extensão da testada de cada quinhoeiro, linha ou ponto locados, de preferência, segundo o próprio uso dos ribeirinhos.

Art. 11. São públicos dominicais, se não estiverem destinados ao uso comum, ou por algum título legítimo não pertencerem ao domínio particular;

1º, os terrenos de marinha;

2º, os terrenos reservados nas margens das correntes públicas de uso comum, bem como dos canais, lagos e lagoas da mesma espécie. Salvo quanto as correntes que,

não sendo navegáveis nem flutuáveis, concorrem apenas para formar outras simplesmente flutuáveis, e não navegáveis.

§ 1º Os terrenos que estão em causa serão concedidos na forma da legislação especial sobre a matéria.

§ 2º Será tolerado o uso desses terrenos pelos ribeirinhos, principalmente os pequenos proprietários, que os cultivem, sempre que o mesmo não colidir por qualquer forma com o interesse público.

Art. 12. Sobre as margens das correntes a que se refere a última parte do nº 2 do artigo anterior, fica somente, e dentro apenas da faixa de 10 metros, estabelecida uma servidão de trânsito para os agentes da administração pública, quando em execução de serviço.

ÁGUAS PÚBLICAS EM RELAÇÃO AOS SEUS PROPRIETÁRIOS

CAPÍTULO ÚNICO

Art. 29. As águas públicas de uso comum, bem como o seu álveo, pertencem:

II – Aos Estados:

- a) quando sirvam de limites a dois ou mais Municípios;
- b) quando percorram parte dos territórios de dois ou mais Municípios.

III – Aos Municípios:

- a) quando, exclusivamente, situados em seus territórios, respeitadas as restrições que possam ser impostas pela legislação dos Estados.

§ 1º Fica limitado o domínio dos Estados e Municípios sobre quaisquer correntes, pela servidão que a União se confere, para o aproveitamento industrial das águas e da energia hidráulica, e para navegação;

§ 2º Fica, ainda, limitado o domínio dos Estados e Municípios pela competência que se confere a União para legislar, de acordo com os Estados, em socorro das zonas periodicamente assoladas pelas secas.

Art. 34. É assegurado o uso gratuito de qualquer corrente ou nascente de águas, para as primeiras necessidades da vida, se houver caminho público que a torne acessível.

Art. 35. Se não houver este caminho, os proprietários marginais não podem impedir que os seus vizinhos se aproveitem das mesmas para aquele fim, contanto que sejam indenizados do prejuízo que sofrerem com o trânsito pelos seus prédios.

§ 1º Essa servidão só se dará, verificando-se que os ditos vizinhos não podem haver água de outra parte, sem grande incômodo ou dificuldade.

§ 2º O direito do uso das águas, a que este artigo se refere, não prescreve, mas cessa logo que as pessoas a quem ele é concedido possam haver, sem grande dificuldade ou incômodo, a água de que carecem.

Art. 58. A administração pública respectiva, por sua própria força e autoridade, poderá repor incontinente no seu antigo estado, as águas públicas, bem como o seu leito e margem, ocupados por particulares, ou mesmo pelos Estados ou municípios:

a) quando essa ocupação resultar da violação de qualquer lei, regulamento ou ato da administração;

b) quando o exigir o interesse público, mesmo que seja legal, a ocupação, mediante indenização, se esta não tiver sido expressamente excluída por lei.

Parágrafo único. Essa faculdade cabe a União, ainda no caso do art. 40, nº II, sempre que a ocupação redundar em prejuízo da navegação que sirva, efetivamente, ao comércio.

Art. 59. Se julgar conveniente recorrer ao juízo, a administração pode fazê-lo tanto no juízo petitorio como no juízo possessório.

Art. 60. Cabe a ação judiciária para defesa dos direitos particulares, quer quanto aos usos gerais, quer quanto aos usos especiais, das águas públicas, seu leito e margens, podendo a mesma se dirigir, quer contra a administração, que no juízo possessório, salvas as restrições constantes dos parágrafos seguintes:

§ 1º Para que a ação se justifique, é mister a existência de um interesse direto por parte de quem recorra ao juízo.

§ 2. Na ação dirigida contra a administração, esta só poderá ser condenada a indenizar o dano que seja devido, e não a destruir as obras que tenha executado prejudicando o exercício do direito de uso em causa.

§ 3º Não é admissível a ação possessória contra a administração.

§ 4º Não é admissível, também, a ação possessória de um particular contra outro, se o mesmo não apresentar como título uma concessão expressa ou outro título legítimo equivalente.

Art. 71. Os donos ou possuidores de prédios atravessados ou banhado pelas correntes, podem usar delas em proveito dos mesmos prédios, e com aplicação tanto para a agricultura como para a indústria, contanto que do refluxo das mesmas

águas não resulte prejuízo aos prédios que ficam superiormente situado, e que inferiormente não se altere o ponto de saída das águas remanescentes, nem se infrinja o disposto na última parte do parágrafo único do art. 69.

§ 1º Entende-se por ponto de saída aquele onde uma das margens do álveo deixa primeiramente de pertencer ao prédio.

§ 2º Não se compreende na expressão – águas remanescentes – as escorredouras.

§ 3º Terá sempre preferência sobre quaisquer outros, o uso das águas para as primeiras necessidades da vida.

Art. 72. Se o prédio é atravessado pela corrente, o dono ou possuidor poderá, nos limites dele, desviar o álveo da mesma, respeitando as obrigações que lhe são impostas pelo artigo precedente.

Parágrafo único. Não é permitido esse desvio, quando da corrente se abastecer uma população.

CAPÍTULO V

NASCENTES

Art. 89. Consideram-se "nascentes" para os efeitos deste Código, as águas que surgem naturalmente ou por indústria humana, e correm dentro de um só prédio particular, e ainda que o transponham, quando elas não tenham sido abandonadas pelo proprietário do mesmo.

Art. 90. O dono do prédio onde houver alguma nascente, satisfeitas as necessidades de seu consumo, não pode impedir o curso natural das águas pelos prédios inferiores.

ART. 91. Se uma nascente emerge em um fosso que divide dois prédios, pertence a ambos.

Art. 92. Mediante indenização, os donos dos prédios inferiores, de acôrdo com as normas da servidão legal de escoamento, são obrigados a receber as águas das nascentes artificiais.

Parágrafo único. Nessa indenização, porém, será considerado o valor de qualquer benefício que os mesmos prédios possam auferir de tais águas.

Art. 93. Aplica-se as nascentes o disposto na primeira parte do art. 79.

Art. 94. O proprietário de um nascente não pode desviar-lhe o curso quando da mesma se abasteça uma população.

Art. 95. A nascente de uma água será determinada pelo ponto em que ela começa a correr sobre o solo e não pela veia subterrânea que a alimenta.

TÍTULO IV

Águas subterrâneas

CAPÍTULO ÚNICO.

Art. 96. O dono de qualquer terreno poderá apropriar-se por meio de poços, galerias, etc., das águas que existam debaixo da superfície de seu prédio contanto que não prejudique aproveitamentos existentes nem derive ou desvie de seu curso natural águas públicas dominicais, públicas de uso comum ou particulares.

Parágrafo único. Se o aproveitamento das águas subterrâneas de que trata este artigo prejudicar ou diminuir as águas públicas dominicais ou públicas de uso comum ou particulares, a administração competente poderá suspender as ditas obras e aproveitamentos.

Art. 97. Não poderá o dono do prédio abrir poço junto ao prédio do vizinho, sem guardar as distâncias necessárias ou tomar as precisas precauções para que ele não sofra prejuízo.

Art. 98. São expressamente proibidas construções capazes de poluir ou inutilizar para o uso ordinário a água do poço ou nascente alheia, a elas preexistentes.

Art. 99. Todo aquele que violar as disposições dos artigos antecedentes, é obrigado a demolir as construções feitas, respondendo por perdas e danos.

Art. 100. As correntes que desaparecerem momentaneamente do solo, formando um curso subterrâneo, para reaparecer mais longe, não perdem o caráter de coisa pública de uso comum, quando já o eram na sua origem.

Art. 101. Depende de concessão administrativa a abertura de poços em terrenos do domínio público.

TÍTULO V

ÁGUAS PLUVIAIS

Art. 102. Consideram-se águas pluviais, as que procedem imediatamente das chuvas.

Art. 103. As águas pluviais pertencem ao dono do prédio onde caírem diretamente, podendo o mesmo dispor delas a vontade, salvo existindo direito em sentido contrário.

Parágrafo único. Ao dono do prédio, porém, não é permitido:

1º, desperdiçar essas águas em prejuízo dos outros prédios que delas se possam aproveitar, sob pena de indenização aos proprietários dos mesmos;

2º, desviar essas águas de seu curso natural para lhes dar outro, sem consentimento expresso dos donos dos prédios que irão recebê-las.

Art. 104. Transpondo o limite do prédio em que caírem, abandonadas pelo proprietário do mesmo, as águas pluviais, no que lhes for aplicável, ficam sujeitas as regras ditadas para as águas comuns e para as águas públicas.

Art. 105. O proprietário edificará de maneira que o beiral de seu telhado não despeje sobre o prédio vizinho, deixando entre este e o beiral, quando por outro modo não o possa evitar, um intervalo de 10 centímetros, quando menos, de modo que as águas se escoem.

Art. 106. É imprescritível o direito de uso das águas pluviais.

Art. 107. São de domínio público de uso comum as águas pluviais que caírem em lugares ou terrenos públicos de uso comum.

Art. 108. A todos é lícito apanhar estas águas.

Parágrafo único. Não se poderão, porém, construir nestes lugares ou terrenos, reservatórios para o aproveitamento das mesmas águas sem licença da administração.

Anexo 05- RESOLUÇÃO NO 266, DE 03 DE AGOSTO DE 2000.

RESOLUÇÃO NO 266, DE 03 DE AGOSTO DE 2000.

O Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentada pelo Decreto no 99.274, de 6 de junho de 1990, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, e considerando a necessidade de estabelecer diretrizes para a criação de jardins botânicos, de normatizar o funcionamento desses e, ainda, de definir os seus objetivos; resolve:

Art. 1º Para os efeitos desta Resolução entende-se como jardim botânico a área protegida, constituída no seu todo ou em parte, por coleções de plantas vivas cientificamente reconhecidas, organizadas, documentadas e identificadas, com a finalidade de estudo, pesquisa e documentação do patrimônio florístico do País, acessível ao público, no todo ou em parte, servindo à educação, à cultura, ao lazer e à conservação do meio ambiente.

Art. 2º Os jardins botânicos terão por objetivo:

I - promover a pesquisa, a conservação, a preservação, a educação ambiental e o lazer compatível com a finalidade de difundir o valor multicultural das plantas e sua utilização sustentável;

II - proteger, inclusive por meio de tecnologia apropriada de cultivos, espécies silvestres, ou raras, ou ameaçadas de extinção, especialmente no âmbito local e regional, bem como resguardar espécies econômica e ecologicamente importantes para a restauração ou reabilitação de ecossistemas;

III - manter bancos de germoplasma ex-situ e reservas genéticas in situ;

IV - realizar, de forma sistemática e organizada, registros e documentação de plantas, referentes ao acervo vegetal, visando plena utilização para conservação e preservação da natureza, para pesquisa científica e educação;

V - promover intercâmbio científico, técnico e cultural com entidades e órgãos nacionais e estrangeiros;

VI - estimular e promover a capacitação de recursos humanos.

Art. 3º O jardim botânico criado pela União, Estado, Município, Distrito Federal ou pela iniciativa particular, deverá ser registrado no Ministério do Meio Ambiente, que supervisionará o cumprimento do disposto nesta Resolução.

§ 1º Compete à Secretaria-Executiva do CONAMA o acompanhamento e a análise dos assuntos relativos à implementação da presente Resolução.

§ 2º A concessão de registros de jardins botânicos será efetuada pelo Ministério do Meio Ambiente, por intermédio do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Art. 4º O pedido de registro de jardim botânico no Ministério do Meio Ambiente deverá ser feito mediante solicitação à Secretaria-Executiva do Ministério do Meio Ambiente, instruída com os seguintes documentos:

- I - cópia do ato de criação e da publicação no Diário Oficial;
- II - memorial descritivo da área protegida;

III - planejamento global contendo proposta de funcionamento, projetos de pesquisa científica e de educação ambiental.

Art. 5o O jardim botânico será classificado em três categorias denominadas "A", "B" e "C", observando-se critérios técnicos que levarão em conta a sua infra-estrutura, qualificações do corpo técnico e de pesquisadores, objetivos, localização e especialização operacional.

Art. 6o Serão incluídos na categoria "A", os jardins botânicos que atenderem às seguintes exigências:

- I - possuir quadro técnico - científico compatível com suas atividades;
- II - possuir quadro de jardineiros e serviços de vigilância;
- III - manter área de produção de mudas, preferencialmente de espécies nativas da flora local;
- IV - dispor de apoio administrativo e logístico compatível com as atividades a serem desenvolvidas;
- V - desenvolver programas de pesquisa visando à conservação e à preservação das espécies;
- VI - possuir coleções especiais representativas da flora nativa, em estruturas adequadas;
- VII - desenvolver programas na área de educação ambiental;
- VIII - possuir infra-estrutura básica para atendimento de visitantes;
- IX - dispor de herbário próprio ou associado a outras instituições;
- X - possuir um sistema de registro informatizado para seu acervo;
- XI - possuir biblioteca própria especializada;
- XII - manter programa de publicação técnico-científica, subordinado à comissão de publicações e/ou comitê editorial, com publicação seriada;
- XIII - manter banco de germoplasma e publicação regular do Index Seminum;
- XIV - promover treinamento técnico do seu corpo funcional;
- XV - oferecer cursos técnicos ao público externo;
- XVI - oferecer apoio técnico, científico e institucional, em cooperação com parques federais, estaduais e municipais, e unidades de conservação, previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza-SNUC, instituído pela Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000.

Art. 7o Será incluído na categoria "B" o jardim botânico que atender às seguintes exigências:

- I - possuir quadro técnico - científico compatível com suas atividades;
- II - possuir quadro de jardineiros e serviços de vigilância;
- III - manter área de produção de mudas, preferencialmente de espécies nativas da flora local;
- IV - dispor de apoio administrativo e logístico compatível com as atividades a serem desenvolvidas;
- V - desenvolver programas de pesquisa visando à conservação das espécies;
- VI - possuir coleções especiais representativas da flora nativa, em estruturas adequadas;
- VII - desenvolver programas na área de educação ambiental;
- VIII - possuir infra-estrutura básica para atendimento de visitantes;
- IX - ter herbário próprio ou associado com outra instituição;
- X - possuir um sistema de registro para o seu acervo;
- XI - possuir biblioteca própria especializada;
- XII - possuir infra-estrutura básica para atendimento de visitantes;
- XIII - divulgar suas atividades por meio de Informativos;
- XIV - manter programas de coleta e armazenamento de sementes próprio ou associado;
- XV - oferecer apoio técnico, científico e institucional, em cooperação com parques federais, estaduais e municipais, e unidades de conservação, previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza-SNUC, instituído pela Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000.

Art. 8o Será incluído na categoria "C" o jardim botânico que atender às seguintes exigências:

- I - possuir quadro técnico-científico compatível com suas atividades;
- II - possuir quadro de jardineiros e serviços de vigilância;
- III - manter área de produção de mudas, preferencialmente de espécies nativas da flora local;
- IV - dispor de apoio administrativo e logístico compatível com as atividades a serem desenvolvidas;
- V - desenvolver programas de pesquisa visando à conservação das espécies;
- VI - possuir coleções especiais representativas da flora nativa, em estruturas adequadas;
- VII - desenvolver programas na área de educação ambiental;

- VIII - possuir infra-estrutura básica para atendimento de visitantes;
- IX - ter herbário próprio ou associado com outra instituição;
- X - possuir um sistema de registro para o seu acervo;
- XI - oferecer apoio técnico, científico e institucional, em cooperação com parques federais, estaduais e municipais, e unidades de conservação, previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza-SNUC, instituído pela Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000.

Art. 9º Fica criada a Comissão Nacional de Jardins Botânicos-CNJB, com a finalidade de assessorar a Secretaria-Executiva do CONAMA no acompanhamento e análise dos assuntos relativos a jardins botânicos.

§ 1º São atribuições da CNJB:

- I - deliberar sobre os pedidos de criação e enquadramento de jardins botânicos;
- II - monitorar e avaliar a atuação dos jardins botânicos.

§ 2º A Comissão Nacional de Jardins Botânicos terá a seguinte composição:

- I - dois representantes do Ministério do Meio Ambiente;
- II - dois representantes da Rede Brasileira de Jardins Botânicos;
- III - dois representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia;
- IV - um representante da Sociedade Botânica do Brasil.

§ 3º Os membros da CNJB serão indicados juntamente com seus respectivos suplentes pelas entidades e órgãos referidos no parágrafo anterior e designados por ato do Presidente do CONAMA, na forma estabelecida em regulamento, não sendo permitida a acumulação de representatividade.

§ 4º O Presidente da CNJB será designado por ato do Presidente do CONAMA, dentre os membros da Comissão.

§ 5º O mandato dos membros da CNJB será de três anos, sendo permitida uma recondução, por igual período, de três dos seus membros.

§ 6º O exercício de mandato na CNJB é considerado de relevante interesse público.

Art. 10. O enquadramento nas categorias mencionadas poderá ser revisto mediante requerimento do interessado endereçado à Secretaria-Executiva do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 11. O jardim botânico deverá preferencialmente contar com áreas anexas preservadas, em forma de arboreto ou unidades de conservação, visando completar o alcance de seus objetivos.

Art. 12. A importação, a exportação, o intercâmbio, bem como qualquer outra forma de acesso a vegetais ou a partes deles, oriundos da flora nativa ou exótica, pelos jardins botânicos, obedecerá à legislação específica.

Art. 13. A comercialização de plantas ou de partes delas obedecerá à legislação específica.

Art. 14. Os casos omissos serão solucionados pelo Ministério do Meio Ambiente, com a consulta a Comissão Nacional de Jardins Botânicos.

Art. 15. O prazo de registro e adaptação dos jardins botânicos aos termos desta Resolução, visando a primeira avaliação, será de 24 meses, a contar a partir da data de sua publicação.

Art. 16. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ SARNEY FILHO

JOSÉ CARLOS CARVALHO

Presidente do CONAMA

Secretário-Executivo

Publicada no DOU de 27 de setembro de 2000.